

# adernos do erceiro mundo

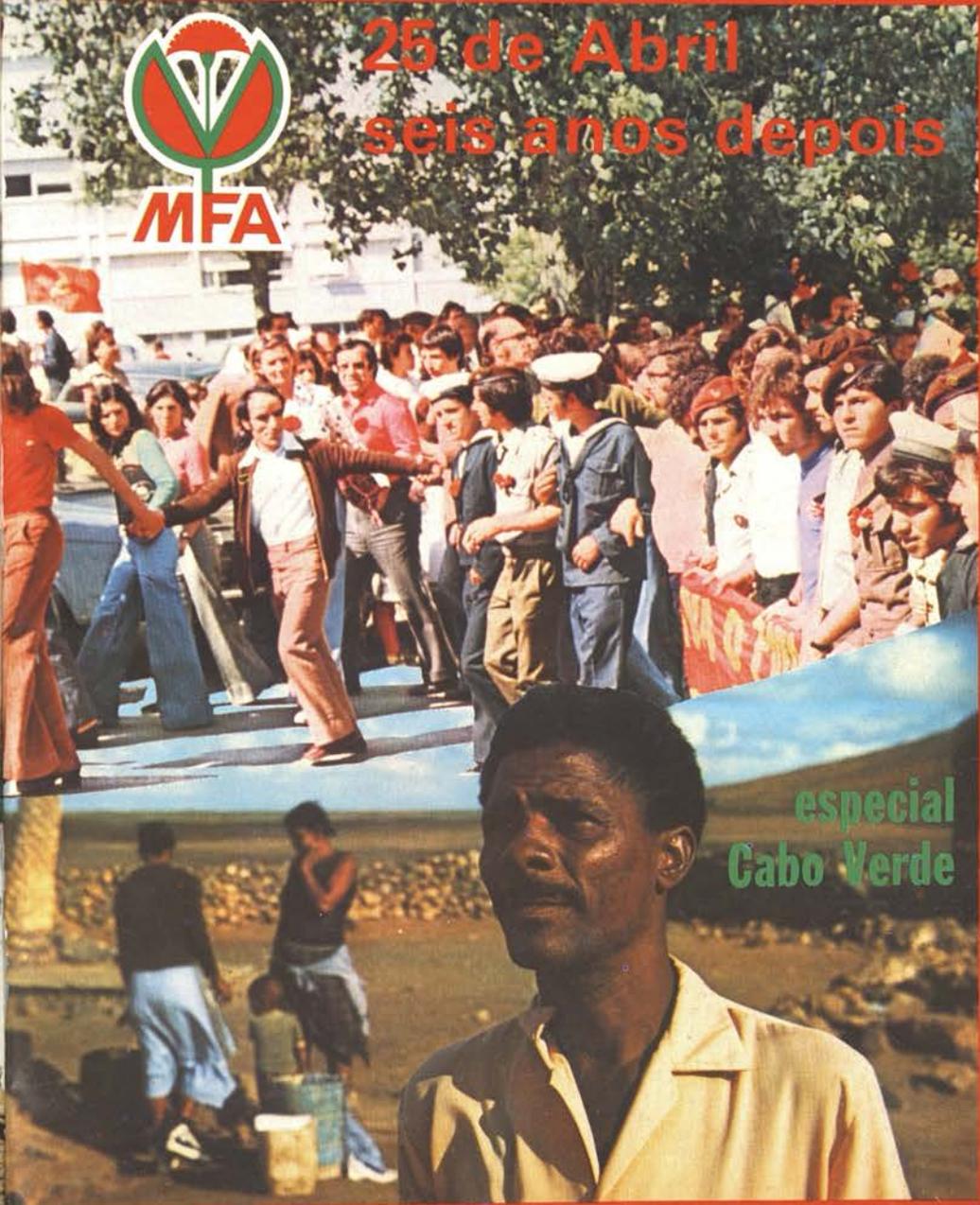
# 23

entrevista  
com Vasco Gonçalves

IO 1980 40\$00 40,00KZ 40\$00MOÇ. 40,00PG 40\$00CV ANO III N.º 23



25 de Abril  
seis anos depois



especial  
Cabo Verde

# 25 de Abril

25 DE ABRIL  
1980



DEFENDER  
A REFORMA AGRÁRIA  
DEFENDER  
ABRIL



CONGRESSO  
DE TODOS OS  
SINDICATOS



1977  
Janeiro



PODER  
POPULAR  
LIDADE  
REVOLUCIONÁRIA



25 DE ABRIL  
DIA DA LIBERDADE



a reacção  
não passara



25 de Abril  
SEMPRE



RA  
REFORMA AGRÁRIA



EMIGRANTE  
UNIDOS, VENCEREMOS

MFA, POVO



POVO, MFA



*neste número:*

*editorial* 4

25 de Abril: Seis anos depois <i>O lugar na Revolução e na Constituição da "Aliança Povo-MFA"</i> Fernando Piteira Santos	8
<i>Do Movimento dos Capitães ao "movimento" dos generais Vasco Cintra de Abreu</i>	15
<i>A descolonização</i> Alberto Freire	23
<i>A descolonização vivida no "teatro de guerra"</i> Manuel Duran Clemente	33
<i>As nacionalizações no Portugal Democrático</i> Sérgio Ribeiro	45
<i>A Reforma Agrária na hora da resistência</i> Oliveira Baptista	52
<i>A Imprensa depois de Abril</i> Ribeiro Cardoso	57
<i>Entrevista com Vasco Gonçalves Baptista da Silva e Carlos Pinto Santos</i>	61



Especial Cabo Verde Baptista da Silva	79
Entrevista com o Comandante Pedro Pirès	94
Chade: O reinício da batalha Carlos Pinto Santos	99

## África



Oceano Índico: Os planos imperialistas J. C. Cabral	108
--	-----

## Ásia

El Salvador: Um Povo em luta contra a opressão	116
---	-----

## América Latina

*panorama* 120



*cultura* 126

Publicação Mensal — N.º 23 — Maio de 1980

*Edição em Português dos "Cuadernos del Tercer Mundo" e "Third World"*

*Director:* Pablo Piacentini

*Editor Internacional:* Neiva Moreira

*Editora Adjunta:* Beatriz Bissio

*Redactor-Chefe:* Roberto Remo

*Apartado Postal 20-572 — México 20, D. F.*

*Apartado Postal 20-572 — México 20, D. F.*

*Edição em Espanhol — Ano IV — N.º 38*

Periodistas del Tercer Mundo, A. C.

San Lorenzo, 153, Desp. 406

México 12, D. F. — Tel. 559-3013

*Editor:* Gerónimo Cardoso

*Edição em Inglês — Ano II — N.º 7*

*Editor:* Fernando Molina

*Edição Brasileira*

Propriedade da Editora Terceiro Mundo

Rua da Lapa, 180, s/L CEP 20021 Rio de Janeiro

*Redacção:* Ruda da Lapa 180, s/L

CEP 2001, Rio de Janeiro

*Edição em Português — Ano III — N.º 23*

Tiragem deste número: 37 000 exemplares

Propriedade da Tricontinental Editora, Lda.

Calçada do Combro 10, 1.º 1200 Lisboa

Redacção e Sede da Administração

Calçada do Combro 10, 1.º — Telef. 320650 1200 Lisboa

*Director:* Altair L. Campos

*Administração:* Ernesto Pádua

*Redacção:* Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, Cristina

Assis e João Escadinha

*Revisão:* Estevam Reis

*Colaboram neste número:* Alberto Freire, Fernando Piteira

Santos, J. C. Cabral, Manuel Duran Clemente, Ribeiro Car-

doso, Sérgio Ribeiro e Vasco Cintra de Abreu

*Os Cadernos do Terceiro Mundo* utilizam os serviços de:

*Agência de Informação Moçambicana (AIM), Angola Press (ANGOP), Inter Press Service (IPS),*

*Irakian National Agency (INA), SHIHATA (Tanzânia), Nipon Agency News (NAN) e Prensa Latina (PL).*

Mantém intercâmbio editorial com as revistas *Nueva* (Equador), *Tempo* (Moçambique), *Novembro* (Angola) e *Prisma latinoamericano* (Cuba)

*Distribuição:* Dijornal/Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda. — Rua Joaquim António de Aguiar, 64, 2.º, Dt.º — Lisboa.

*Composição e Impressão:* Empresa do «Jornal do Comércio» — Rua Dr. Luís de Almeida e Albuquerque, 5 — Lisboa 1200 — Portugal.

## DISTRIBUIÇÃO

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira, Praceta Farinha Leitão, 27, Luanda. BELICE: Cathedral Book Center, Belize City. CABO VERDE: Instituto Caboverdeano do Livro, Rua 5 de Julho, Cidade da Praia. COSTA RICA: Libreria Tercer Mundo, S. A., Contiguo Palácio Municipal, San Pedro Montes de Oca. EQUADOR: Edicionesociales, Córdova 601 y Mendiburo Guayaquil, Ecuador. Libreria Siglo XX, García 420 y 6 de Diciembre, Quito. EL SALVADOR: Libreria Tercer Mundo, Primera Calle Poniente No. 1030. ESTADOS UNIDOS: Libreria Libro-Libre, 220 W. 14th St., N. Y., 10011. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 15005 Paris. GRÁ-BRETANHA: Latin American Book shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e do Disco, Conselho Nacional de Cultura. HOLANDA: Athenaeum Bockhandel, Spui 14-16, Amsterdam. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60 Roma — Feltrinelli, Via del Babuino, 41, Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Banchi Vecchi, 45, Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vendedores de Periódicos, Humbolt N.º 47, México 1, D. F. — Distribuidora Say Rois de Publicaciones, S. A. Mier y Pesado N.º 130, México 12, D. F. — Metropolitana de Publicaciones, Librerías de Cristal, y 100 librerías en todo el país. MOÇAMBIQUE: Instituto Nacional do Livro e do Disco, Av. Ho Chi Minh, 103, Maputo. PANAMÁ: Libreria Cultural Panameña, S. A. Av. España, 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima-1. PORTO RICO: Libreria Puerto Rico, Calle Huanacazo 1009, Rio Piedras, San Juan — Libreria La Tertulia, Amália Marin, esq. Av. González, Rio Piedras. REPÚBLICA DOMINICANA: Instituto Americano del Libro, Calle Arzobispo Noel, 358, Santo Domingo — Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramirez, 41, Santo Domingo. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wennergren-Williams AB, S-10425, Stockholm VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S. A., Av. México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

## ASSINATURAS

### Portugal

Anual (12 números)

Esc. 380\$00

Semestral (6 números)

Esc. 220\$00

*Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe:*

(12 números, via aérea)

Esc. 600\$00

ou US\$ 14.00

### Restantes países

(12 números, via aérea)

US\$ 17.00

Delegação em Luanda — R.P.A.

Luís Henrique

Caixa Postal 3593 — Luanda

Delegação no Maputo — R.P.M.

Etevaldo Hipólito

Rua de Kongwa 153

Polama/Maputo

Delegação no Rio de Janeiro

Rua da Lapa 180 s/L

CEP 20021 — Rio de Janeiro

## Desta vez falamos de Portugal

O golpe militar do 25 de Abril de 1974 em Portugal e o processo revolucionário que se lhe seguiu, teve, incontestavelmente, importantes repercussões, não só internas — evidentes — mas na cena internacional, nomeadamente no ascenso libertador da África Austral. Ao inserimos um extenso "dossier" sobre a natureza do 25 de Abril e das conquistas que o povo português através dele alcançou, não nos move a polémica de saber se Portugal pertence ou não ao Terceiro Mundo, antes sim, dar aos nossos leitores, e muito especialmente aos nossos leitores africanos, um panorama tão vasto quanto nos foi possível do que foi esse acto revolucionário, as vicissitudes por que o processo passou. Alguns dos colaboradores que conosco participaram na elaboração deste "dossier" tiveram figura destacada no desencadear da Revolução de 25 de Abril e no MFA, vendo-se hoje afastados das Forças Armadas por uma hierarquia militar que eles "quiseram prestigiar". Ironias da história!

Uma das figuras que mais simbolizou o período revolucionário português foi, sem dúvida, o general Vasco Gonçalves. Na longa entrevista que ele concedeu em exclusivo aos *Cadernos* está, de certa forma, o balanço da Revolução Portuguesa.

Outros assuntos incluímos neste nosso número. Chamamos especial atenção para a reportagem, em tom de crónica de viagem, que o nosso camarada Baptista da Silva elaborou sobre Cabo Verde e para a entrevista que realizou com o Primeiro-Ministro cabo-verdiano, comandante Pedro Pires.

Referência ainda para o documentado trabalho de J. C. Cabral sobre a situação militar no Oceano Índico e para o artigo em que o nosso director Pablo Piacentini se ocupa da evolução da luta do povo salvadorenho.

Por absoluta falta de espaço tivemos de suprimir vários textos de interesse e o *Correio do Leitor*, este substituído por uma necessária Carta ao Leitor. Disto nos desculpamos.

## Carta ao Leitor

O próximo número da edição portuguesa dos *Cadernos* sairá em simultâneo com o lançamento da edição brasileira. Trata-se de um velho projecto só não posto em prática anteriormente dadas as condições repressivas vividas no Brasil. A "abertura" entretanto surgida, apesar de todas as restrições, possibilita-nos agora iniciar a divulgação da nossa revista no país. Passaremos, assim, a contar com três redacções, México, Lisboa e Rio de Janeiro, além da rede de colaboradores difundida por diversas capitais no mundo.

Tencionamos não ficar por aqui; o projecto dos *Cadernos* e do *Guia do Terceiro Mundo* (a tiragem deste último atinge nas duas edições 35 000 exemplares), queremos isso, não deve estagnar. Na forja estão as edições do Guia 81 em espanhol, português e francês e a divulgação mais aperfeiçoada, e num número superior de países, das três edições dos *Cadernos*.

O número 24 custará ao leitor 60\$00, registando-se também, a partir de Julho, um aumento do preço das novas assinaturas. Apesar da tabela ainda não estar completamente definida será mais do que nunca vantajoso assinar os *Cadernos*.

Estes sensíveis acréscimos nos preços têm duas ordens de factores: nos dois últimos anos em que o nosso preço de capa não se alterou, verificaram-se sucessivos e pesados aumentos dos custos do papel, tipografia, fotografia, encargos fiscais, etc.

Por outro lado, e para instituímos igualdade total entre as edições espanhola, portuguesa, inglesa e agora a brasileira, vamos aumentar o formato e melhorar a qualidade do papel.

Haverá um aumento do preço de capa mas uns melhores *Cadernos* chegarão brevemente às mãos do leitor.

.A Redacção

## Uma revolução para além de Portugal

Na madrugada de 25 de Abril de 1974 seriam muito poucos os capitães do Movimento das Forças Armadas conscientes da tremenda tempestade que iriam provocar no panorama político português e internacional ao derrubarem com o seu acto revolucionário a ditadura fascista, decrépita e senil, mais velha da Europa.

Este acontecimento, inédito no continente, de um processo violento de alterações estruturais vincadamente progressistas ter partido dos quadros intermédios das Forças Armadas, revelou-se no facto mais importante da História de Portugal do século XX e completou uma longa resistência popular à ditadura.

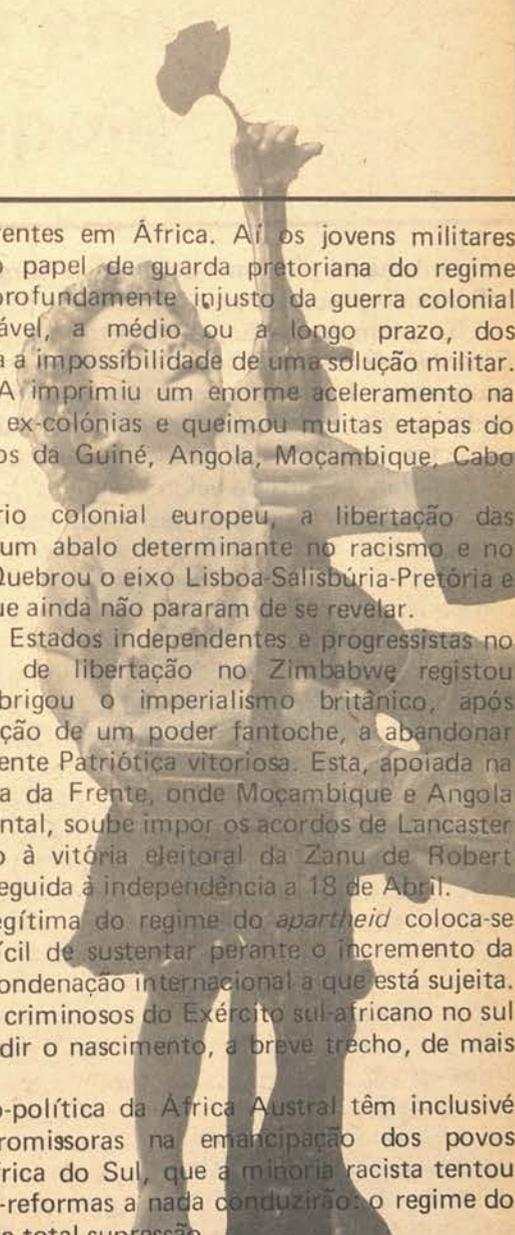
O golpe militar do 25 de Abril foi, horas depois de se desencadear, inundado por um poderoso movimento de massas. Produziu na sociedade portuguesa ao longo de 1974 e até à suspensão da dinâmica revolucionária verificada em 25 de Novembro de 1975, enormes transformações socio-económicas. Assim, hoje elas caracterizam Portugal como um país que, não podendo classificar-se como orientado para uma via socialista (embora a Constituição de 1976 assim o designe expressamente) está longe do sistema capitalista comum a toda a Europa ocidental. A Revolução Portuguesa destruiu o capitalismo monopolista nacionalizando os sectores básicos da economia — banca, seguros, indústrias transformadoras e extractivas, transportes, etc. — e impôs a mais radical alteração da posse social da terra acontecida em todo o Ocidente, ao destruir, num movimento impetuoso, a maior parte dos latifúndios.

Seis anos decorridos sobre Abril de 74, estas realizações impostas pelo processo revolucionário resistem nos seus aspectos essenciais. A recuperação de direita posta em marcha a partir de 1976 e actualmente intensificada pelo governo Sá Carneiro-Freitas do Amaral abriu brechas, é certo, mas mostra-se impotente em destruí-las.

A opção pelo tipo de desenvolvimento político-económico demorará talvez anos. Mas muito difícil se torna à burguesia readquirir os privilégios perdidos sem recurso a uma intervenção armada. Desse perigo estão hoje conscientes um número crescente de sectores democráticos, mesmo dentro das Forças Armadas, que vêem na recente escolha de um general vindo do fascismo para candidato presidencial da direita um passo na estratégia do golpe de Estado.

A consequência histórica mais relevante, porque irreversível, foi, porém, todo o processo descolonizador que o 25 de Abril permitiu.

Como se sabe, a queda do regime colonial-fascista teve a sua causa mais



próxima no terreno das três frentes em África. Aí os jovens militares sentiram na carne, cansados do papel de guarda pretoriana do regime anacrónico, não só o carácter profundamente injusto da guerra colonial como também a vitória inevitável, a médio ou a longo prazo, dos Movimentos de Libertação e ainda a impossibilidade de uma solução militar. Por seu turno, o triunfo do MFA imprimiu um enorme aceleração na conquista da independência das ex-colónias e queimou muitas etapas do percurso revolucionário dos povos da Guiné, Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Destruido o último império colonial europeu, a libertação das ex-colónias portuguesas infligiu um abalo determinante no racismo e no imperialismo na África Austral. Quebrou o eixo Lisboa-Salisbúria-Pretória e levou a consequências em cadeia que ainda não pararam de se revelar.

Com o nascimento de novos Estados independentes e progressistas no sul da África, a luta armada de libertação no Zimbábue registou extraordinário progresso. Obrigou o imperialismo britânico, após infrutíferas tentativas na instituição de um poder fantoche, a abandonar Smith e a negociar com uma Frente Patriótica vitoriosa. Esta, apoiada na rectaguarda pelos países da Linha da Frente, onde Moçambique e Angola deram uma participação fundamental, soube impor os acordos de Lancaster House que conduziram primeiro à vitória eleitoral da Zanu de Robert Mugabe de 29 de Fevereiro e em seguida à independência a 18 de Abril.

Na Namíbia, a oposição ilegítima do regime do *apartheid* coloca-se numa posição cada vez mais difícil de sustentar perante o incremento da luta promovida pela SWAPO e a condenação internacional a que está sujeita. E não serão os bombardeamentos criminosos do Exército sul-africano no sul de Angola que conseguirão impedir o nascimento, a breve trecho, de mais um país independente.

Estas alterações na face geo-política da África Austral têm inclusive provocado movimentações promissoras na emancipação dos povos subjugados dentro da própria África do Sul, que a minoria racista tentou travar e subverter. Mas as pseudo-reformas a nada conduzirão: o regime do *apartheid* só se "regenerará" na sua total supressão.

Na Europa, a Revolução Portuguesa terá de se considerar como a persursora do desaparecimento de outras duas ditaduras: a grega e a espanhola. Se em Atenas a queda dos coronéis em Outubro de 1974, teve a ver essencialmente com a degradação e esvaziamento político, social e económico do regime e com o impasse da questão cipriota, conduzindo-o

## editorial



tranquilamente para uma democracia burguesa conservadora, em Espanha os reflexos do processo revolucionário do país vizinho são mais evidentes.

O exemplo português assustou. A possibilidade ainda que remota (a Espanha não estava mergulhada em 13 anos de guerra colonial, embora nela ocorressem fortes movimentos autonomistas armados), da contestação poder surgir do interior das Forças Armadas, levou a que fossem os extractos mais lúcidos da classe dominante a iniciarem o pós-franquismo ainda durante a vida do velho "caudillo".

No plano mais lato das mudanças das correlações de forças a nível internacional, o processo português coincidiu no tempo com os primórdios da fase crítica do imperialismo norte-americano. Pôde aproveitar as consequências daí derivadas e contribuiu, directa ou indirectamente, para o seu prolongamento.

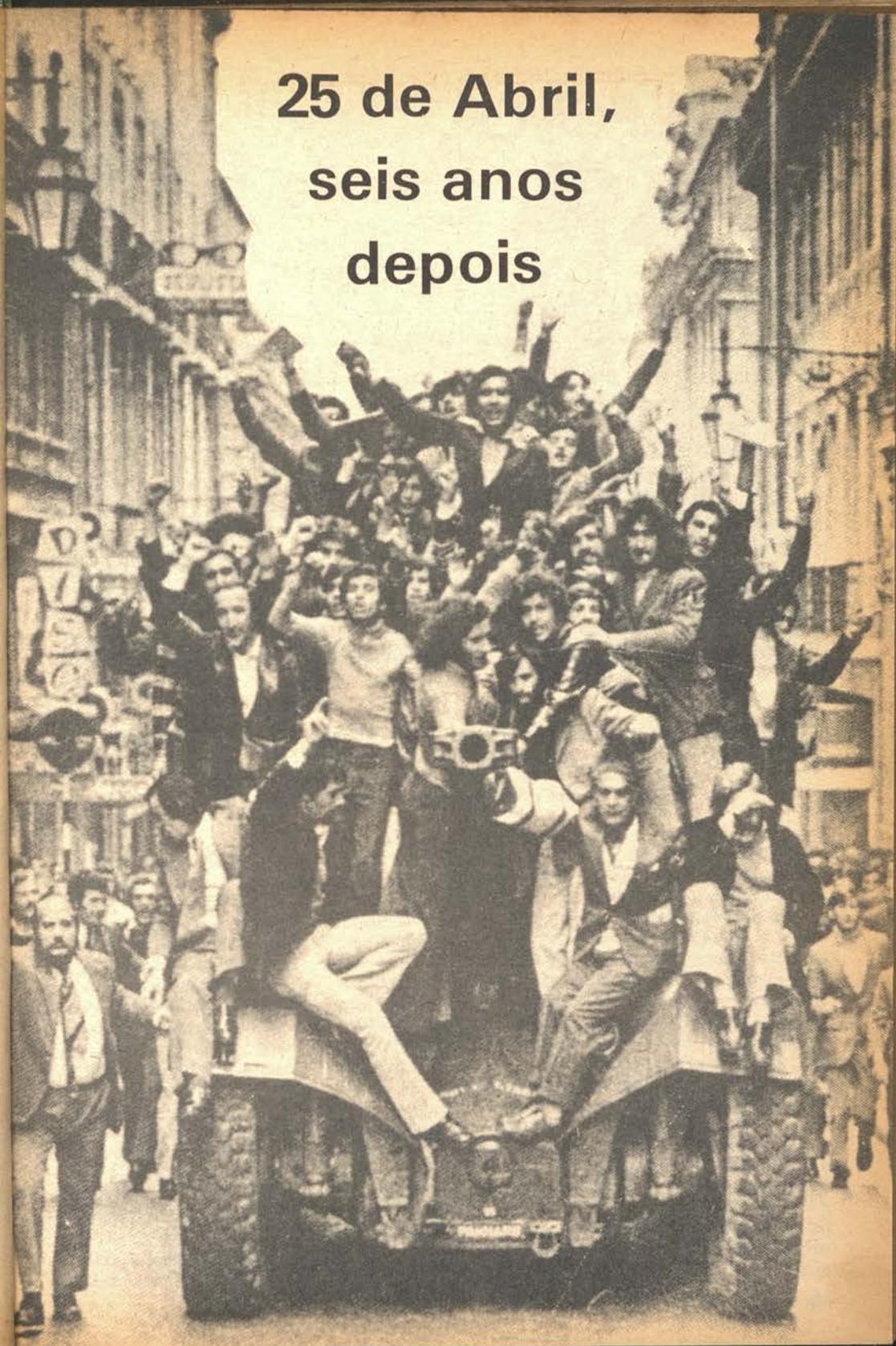
O regime de Salazar-Caetano desmoronou-se sete meses após o golpe de Pinochet, que mesmo antes de se concretizar era por tudo e para todos instigado, programado e comandado pelos interesses de Washington. O banho de sangue a que deu lugar, obrigou mesmo os aliados mais fiéis dos Estados Unidos a demarcarem-se destes e produziu, no próprio seio da administração norte-americana, divergências e teses opostas quanto à atitude e tática a assumir em casos semelhantes ao chileno. Essas opções alternadas tiveram possibilidades de se confrontar meses depois de Abril 74 em Portugal, quando o desenvolvimento revolucionário parecia fazer supor que este pequeno país, fundador da NATO, estava irremediavelmente perdido para a geo-estratégia ocidental.

A intervenção de Carlucci, novo embaixador norte-americano em Lisboa a partir de Janeiro de 1975 e os seus métodos de divisão das Forças democráticas revelaram-se bem mais úteis para o Ocidente que os processos drásticos que Kissinger, então, preconizava.

Mas se Carlucci pôde regressar ao seu país dois anos depois com a missão cumprida (e assumir a título de recompensa o cargo de chefe-adjunto da CIA), os Estados Unidos viam desequilibrar-se em seu desfavor a correlação de forças internacionais.

No meio do trauma do Watergate e com a derrota inflingida no Vietname, a supremacia ianque tinha sido posta rudemente em causa. O novo ajuste geo-político na África Austral, consequente ao 25 de Abril, provocara nos desígnios norte-americanos e no sistema estratégico da NATO, brechas muito difíceis de colmatar.

**25 de Abril,  
seis anos  
depois**





# O lugar na Revolução e na Constituição da «Aliança Povo-MFA»

Fernando Piteira Santos

*Os antecedentes do 25 de Abril, o MFA e a sua natureza de classe e o papel das Forças Armadas na defesa das conquistas de Abril.*

Podemos considerar o "25 de Abril" — antes mesmo de decidirmos se o acto revolucionário continha, em si, a potencialidade de uma Revolução — de três perspectivas diferentes: a do projecto (acto consciente para derrubar um regime ditatorial e dar início a um novo curso político); a da experiência (as transformações, as instituições, a administração da **res publica**); a da esperança (a continuidade possível, o futuro da Revolução, a atitude dos portugueses perante a experiência histórica da Revolução e da Contra-revolução).

pág. 8 n.º 23/Maio 80

Mas qualquer que seja o ângulo de visão e o enquadramento da análise, o Movimento das Forças Armadas, a seguir designado pela sigla universalmente conhecida, MFA, terá de ser focado como o protagonista de um acto revolucionário, como o promotor de uma abertura política de larga amplitude, como factor determinante de profundas transformações na sociedade portuguesa.

Já dissemos, algures, que o acto revolucionário foi um acto militar; militar e breve. O "regime forte", por não possuir uma base social efectiva, era um regi-

me fraco. As estruturas de acção política e os organismos de repressão, estavam desmotivados. As Forças Armadas — historicamente responsáveis pelo advento do regime ditatorial e do ditador, e do sucessor; guarda pretoriana — desgastadas, mais moral do que materialmente por anos de uma mesma guerra (colonial-fascista) travada em três teatros operacionais diferentes, guerra sem sentido (político e militar), sem legitimidade, sem nobreza e sem esperança, responderam ao apelo dos "Capitães de Abril" passando à acção (antifascista) com audácia



*"Foram as massas populares que potencializaram o acto revolucionário do 25 de Abril". Na foto, a rendição de Marcelo Caetano no quartel do Carmo*

ou resgataram-se pela recusa de obedecer às ordens de uma hierarquia que sucumbiu ao ver-se contestada pelas armas, e, sem glória, se desagregou na derrocada do regime, colonialista e fascista.

Na decisão revolucionária, no comando e na coordenação operacional, nos lanços iniciais do processo que desentranhou transformações profundas na sociedade portuguesa, o papel do MFA é central e determinante. Não se esquece, claro está, que foi o povo, que foi a presença e o aplauso, o apoio inequívoco, e também a iniciativa, das massas populares, que potencializaram o acto militar, e constituindo um factor adjuvante, no que concerne a rápida vitória da acção, seria o factor de-

cisivo quanto à sua caracterização revolucionária. Os militares derrubaram o regime fascista, o povo transformou essa vitória militar no ponto de partida para as conquistas revolucionárias.

E, dada a própria natureza do regime derrubado — libertados os presos políticos, regressados os exilados, assegurada aos militantes da oposição legal, semi-legal e clandestina a livre circulação — não será de estranhar que se tenha encarado como forma de organização a solidificar, como enlace político susceptível de ser mantido — a aliança espontânea do MFA e do Povo.

#### REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO

Dirão os doutos — os especialistas da política tal

como ela nos é ditada pela Europa das burguesias, do capitalismo próprio e das multinacionais — que um tal esquema não era compatível com o conceito corrente de Democracia. Acrescentarão que a Democracia é "o regime dos partidos". Acusar-nos-ão de pendermos para regimes de "movimento nacional libertador", de "frente nacional", de "bloco revolucionário". Citarão o Peru (de Alvarado), a Argélia (de Boumediene). Sorridendo aos militares, deles se servindo, procurando manipular a dialética Revolução-Contra-Revolução, pedir-lhes-ão que regressem aos quartéis, que, prestado o serviço do derrubamento do fascismo, desobstruam a vida pública. Para o avanço sócio-político democráti-



*Um regime à beira do vácuo que se refugiava numa fraseologia paternalista*

co? Descontados os perigos, a reivindicação e de apoiar.

Para o "regresso" a 24 de Abril? Estamos perante uma nova questão. Perante uma questão diferente. Que implica um novo trânsito histórico: a Contra-revolução.

A forma de Contra-revolução mais consentânea com a "brandura dos nossos costumes", é a Contra-revolução por esvaziamento democrático, sócio-político e sócio-económico, da Constituição. A ela se tem oposto o que resta do MFA: o Conselho da Revolução.

#### OS ANTECEDENTES DO 25 DE ABRIL

Quem fez o "25 de Abril"? Porquê o "25 de Abril"? A primeira resposta é fácil: o Movimento das Forças Armadas, abreviadamente MFA, desencadeou a operação militar. Sabemos que a constituição do MFA — segundo um dos "Capitães de Abril", o major Otelo Saraiva de Carva-

lho — correspondeu a "uma ideia surgida num grupo de majores e de capitães e que teve por finalidade prioritária debater, apenas, assuntos de carácter profissional" (in "Expresso", 27 de Julho de 1974), ou mais rigorosamente a "movimentação" dos oficiais, desenvolve-se a partir de uma motivação sócio-profissional (a defesa dos interesses profissionais e morais dos oficiais do Quadro Permanente) e apoiava-se numa argumentação relativa à situação do Exército Português" perante a sociedade e a opinião nacional em termos de prestígio corporativo. Num documento difundido em 1973, dizia-se: "O prestígio do Exército Português está muito por baixo. É uma realidade incontroversa e não sabemos mesmo se é possível descer ainda mais, na escala nacional, do que cada um dos seus membros (oficial, sargento ou praça) já desceu".

Estamos no plano da consciência sócio-profissional ofendida dos interesses

e do prestígio de um corpo social que foram feridos, ou estão ameaçados. Estamos no plano de um protesto corporativo, de uma reivindicação sócio-profissional. Na origem, o objectivo não é político. Primeiro, motivação sócio-profissional; depois, coincidência de reivindicações geradas em áreas geográficas diferentes (Portugal e Guiné) com origem na mesma motivação e interessando a mesma camada sócio-profissional. Mas teria sido isto? Teria sido isto só? Não teria entroncado, na luta reivindicativa desse momento, uma aspiração mais antiga e mais profunda?

Com efeito, o próprio Otelo Saraiva de Carvalho, explicando-se, acaba por traçar o trânsito de uma luta reivindicativa a uma luta política: "A certa altura, transcendemos esses problemas, e, praticamente a partir de Dezembro do ano passado (1973), começámos a orientar a nossa acção para qualquer coisa de mais vasto, de mais amplo que as simples reivindicações de carácter profissional, e começámos a consciencializarmo-nos para uma tomada de posição muito firme, muito forte em relação ao Governo". Aos motivos sócio-profissionais, inicialmente "prioritários", que tinham surgido como reacção ao Decreto de Julho de 1973 (da autoria do General Sá Viana Rebelo, Ministro da Defesa Nacional e do Exército) vieram juntar-se outros: a) a consciência de "uma série de condições que nos escravizavam e que nos transformavam numa Guarda Pretoriana do poder constituído"; b) "a guerra

que estávamos a desenvolver em África”.

Otelo Saraiva de Carvalho é, neste ponto, preciso: Na realidade, a base fundamental acabou por ser a guerra que estávamos a desenvolver em África. Mas a motivação foi, sem dúvida, o teor dos referidos decretos. No íntimo de cada um — e foi esse o problema que começou depois a ser francamente abordado por nós nas reuniões posteriores a 1 de Dezembro do ano passado (1973) — estava latente o problema de África. Tomámos consciência de que era necessário resolvê-lo com urgência, porque sentimos que a Nação estava a ser defraudada em relação a uma guerra sem sentido, a uma guerra que não tinha qualquer nexo para nós. Sentíamos que estávamos ali a queimar o futuro do país e o nosso próprio futuro. Foi a partir dessa data que começámos a pensar em termos que ultrapassavam a simples luta contra os decre-

tos”. (in “Expresso”, 27 de Julho de 1974). A luta sócio-profissional reivindicativa, converte-se em luta sócio-profissional política. Uma “consciência de grupo sócio-profissional” gera-se na movimentação reivindicativa contra o Decreto de Julho de 1973; cria-se uma disposição de luta que vai até “uma tomada de posição firme, muito forte em relação ao Governo”, a ela vêm confluír razões mais profundas de “consciência sócio-profissional”, e essas razões conduzem, no desenvolvimento da luta reivindicativa, a uma tomada de consciência política. Então, é posto em causa não só o “Governo”, mas o “regime”. Sob este aspecto, o “Programa do MFA” é significativo.

Mas qual é a verdadeira extensão deste pôr em causa?

#### **DEMOCRARIZAR, DESENVOLVER, DESCOLONIZAR**

Este pôr em causa atingiu expressão concreta na reunião efectuada em S. Pedro do Estoril, em 24 de Novembro de 1973. Surpreendentemente, não foi

um “capitão” mas um tenente-coronel que defendeu a saída extrema: derrubar o Governo. A ideia fez caminho. A partir de Dezembro (reunião de Óbidos) considerou-se inevitável uma acção de força. O documento “As Forças Armadas e a Nação” define uma atitude política de oposição ao regime fascista. Não é um lamento sócio-profissional, uma contestação corporativa. É um documento político. É um documento que põe em causa o regime e propõe outro quadro institucional: a “democracia política”.

O “Programa do Movimento das Forças Armadas” desenvolverá esta temática e dará forma aos objectivos políticos logo nos considerandos iniciais, mas não previa a extensão da rotura. Se o objectivo democratizar é claro, se podemos considerar implícito o objectivo desenvolver, são menos precisas as alusões ao problema colonial. O objectivo descolonizar ainda é iludido, adiada uma clara formulação que, democraticamente, se remete para a Nação, para os seus representantes legítimos.

Acusa-se “o sistema político vigente” de não ter sabido “definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os Portugueses de todas as raças e credos”, fórmula esta que poderia ocorrer no discurso político do general Spínola; preconiza-se: “a) Reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar; b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino; c) lançamento dos fundamentos de



Otelo Saraiva de Carvalho, uma figura popular com papel contínuo na Revolução

uma política ultramarina que conduza à paz”.

Não se fala em descolonizar. Esta, a da guerra e da paz, é a zona cinzenta do Programa do MFA. A própria terminologia adoptada — “treze anos de luta em terras do ultramar”, “política ultramarina”, “solução das guerras do ultramar” — evoca mais uma continuidade (embora susceptível de democratização) do que uma rotura, radical e irreversível com os conceitos de “império colonial” ou de “Nação una”.

Quanto ao objectivo desenvolver, a vinculação de “uma nova política económica” a uma “estratégia antimonopolista” e à “defesa dos interesses das classes trabalhadoras”, marca uma rotura com a política do Estado-de-classe que funcionou, ao longo de quatro décadas, como “o monopólio do Poder (político) exercido a favor do poder (económico) dos monopólios”. Mas, sejamos realistas, não abrangia necessariamente, a adopção de modificações estruturais. O desenvolvimento económico orientado por uma “estratégia antimonopolista” não implica, necessariamente, o socialismo; ter essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os Portugueses”, pode conduzir a um reformismo socializante, não ir além da democracia formal que, como objectivo político, se preconizava. A democratização era desejada, constituía um objectivo explícito, representava em relação ao “sistema vigente” uma rotura clara, mas era enca-

rada com algumas limitações. Assim, quanto à “liberdade de reunião e de associação” entendia-se: “Em aplicação deste princípio será permitida a formação de associações políticas, possíveis embriões de futuros partidos políticos, e garantida a liberdade sindical, de acordo com lei especial que regulará o seu exercício”.

Os “partidos” eram admitidos como uma possibilidade futura, a “liberdade sindical” ficava dependente de uma futura “lei especial”. O “Programa do MFA” confia o poder executivo e atribui o poder legislativo a uma Junta de Salvação Nacional. Para as “províncias ultramarinas” e nos distritos continentais e insulares regulamenta a sucessão administrativa com o pessoal servidor do “antigo” regime.

Evitam-se roturas. Considera-se que “a substituição do sistema político vigente terá que processar-se sem convulsões internas que afectem a paz, o progresso e o bem estar da Nação”. A “resolução da grande crise nacional que Portugal atravessa” não passa pela Revolução.

O que se punha em causa — no desenvolvimento de uma reivindicação sócio-profissional —, não era a estrutura social do regime, mas a sua política. Por extensão, as próprias instituições políticas do Estado-de-classe, mas não, em si, esse Estado-de-classe.

### O MFA E A SUA NATUREZA DE CLASSE

Na sua primeira fase — a da movimentação reivindicativa sócio-profissional —, o MFA exprime o descontentamento dos oficiais do “Quadro Permanente” — e parece-nos possível afirmar que é pequeno-burguesa a sua natureza de classe. Esta natureza de classe não foi alterada pela “tomada de consciência política” nos planos anteriormente citados: a) a consciência do papel de “Guarda Pretoriana do poder constituído”, b) o erro militar e político que representava “a guerra que estávamos a desenvolver em África”. Esta natureza de classe também não terá sido alterada pela participação dos oficiais milicianos, na sua grande maioria re-



Tempo em que as armas do sistema se voltaram contra ele próprio



*Ruas tornadas palco de uma grande festa*

presentativos, eles igualmente, de camadas da pequena-burguesia. Poderão os oficiais milicianos ter contribuído, nalguns casos, para uma certa radicalização ideológica. Mas a imagem sociológica do MFA permaneceu; as suas bases de classe foram (e são) as diferentes camadas da pequena-burguesia. E no movimento — considerado já na sua expressão reivindicativa, já na sua expressão organizacional —, reflectiram-se contradições decisivas: a) entre os interesses, relativos à exploração colonialista, de uma burguesia, média e pequena, e os interesses dos grandes grupos capitalistas; b) entre os interesses “portugueses” na exploração colonial, entre o “colonialismo português”, e os interesses do imperialismo internacional na exploração dos territó-

rios sob dominação colonial portuguesa.

Estas contradições foram determinantes para a tomada de consciência política e o pôr em causa do regime fascista e do seu colonialismo. Não esqueçamos que faziam a guerra, nas fileiras das Forças Armadas, portuguesas oriundos e representativos de camadas sociais que não estavam efectivamente, ou exclusivamente, interessadas na exploração colonialista. A natureza de classe da movimentação sócio-profissional e a natureza de classe da “tomada de consciência política” não parecem oferecer dura resistência à análise. Estamos no horizonte de classe da pequena-burguesia.

#### **A EXPLOÇÃO POPULAR**

A Revolução foi na rua. Unidos nos mesmos bra-

dos, abraçados na mesma decisão revolucionária, soldados e povo. Foi a presença, o aplauso e o apoio das massas populares que potencializou o acto militar, que lhe deu um conteúdo social e o radicalismo intrínseco das revoluções. Tornou-se claro que não se pretendia uma mudança apenas, que se queria uma transformação. E se as limitações (de classe) do MFA não o vocacionavam para desempenhar o papel de vanguarda revolucionária (com que alguns sonharam e com o qual alguns se têm iludido), a função, no entusiasmo de Abril-Maio de 1974, afigurou-se que poderia ser preenchida por essa aliança espontânea, nascida na rua, nos campos, nas fábricas, nas empresas, nos serviços públicos e comunitários, do Povo e das Forças Armadas.

A "aliança Povo-MFA" foi, com efeito, o motor, e a garantia de um processo de democratização e de transformação da sociedade portuguesa de 25 de Abril de 1974: democratizar, descolonizar, desenvolver. E o desenvolvimento, partindo da concepção de que "uma nova política económica" implicaria "necessariamente... uma estratégia antimonopolista" e teria que ter em conta "a defesa dos interesses das classes trabalhadoras", criou a esperança e abriu a via do socialismo.

Mas a palavra socialismo não é pronunciada ou escrita. Nem nos "documentos" do Movimento (até 25 de Abril de 1974), nem no "Programa" oficializado pela Junta de Salvação Nacional e publicado com a assinatura do seu Presidente, António de Spínola, nem nos documentos de reforma constitucional e anunciadores de uma nova ordem democrática: Lei N.º 1/74, de 25 de Abril; Lei N.º 2/74, de 14 de Maio; Lei N.º 3/74, de 14 de Maio; Decreto-Lei N.º 203/74, de 15 de Maio.

A fusão das reivindicações democráticas e das aspirações socialistas, seria realizada no seio do movimento das massas populares e o mérito histórico da "aliança Povo-MFA" foi ter sido incentivo, motor e escudo desse avanço sócio-político. O movimento de massas, com a participação activa dos militares democratas, converteu o acto militar em acção revolucionária, deu à Revolução de 25 de Abril uma dimensão económica e social, deu-lhe a valorização que resultou de ter assumido o carácter de resposta revolucionária

a uma situação concreta de crise nacional, elevou o acontecimento à dignidade de um projecto, o protesto reivindicativo ganhou a força de uma afirmação, a cor da esperança.

#### A CONSTITUIÇÃO E AS FORÇAS ARMADAS

A Constituição da República consagraria os resultados positivos dos movimentos das massas populares, inscreveria no seu articulado as conquistas de Abril, adoptaria como objectivo nacional o projecto revolucionário.

Sendo o natural desenvolvimento do "programa do MFA" e da situação resultante do derrubamento do Estado fascista (e colonialista), traduzindo as conquistas de Abril e fazendo-se porta-voz das aspirações populares, a Constituição valorizou o papel histórico do MFA.

O Movimento das Forças Armadas — e a aliança Povo-MFA, terão o seu lugar na Lei fundamental. Cabe-lhe um papel decisivo, assume uma responsabilidade constitucional. Citamos:

Art. 3.º, N.º 2: "O Movimento das Forças Armadas, como garante das conquistas democráticas e do processo revolucionário, participa, em aliança com o povo, no exercício da soberania, nos termos da Constituição."

E o Art. 10.º da Constituição da República define o "processo revolucionário" e refere expressamente o objectivo socialista. Citamos: 1 — A aliança entre o Movimento das Forças Armadas e os partidos e organizações democráticas assegura o desenvolvimento pa-

cífico do processo revolucionário. 2 — O desenvolvimento do processo revolucionário impõe, no plano económico, a apropriação colectiva dos principais meios de produção." A Constituição conferindo ao Estado democrático o objectivo de "assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras", define (Arts. 273.º, 274.º, 275.º e 276.º) as funções nacionais das Forças Armadas e atribui-lhes a dignidade de componente militar do Poder. A tarefa de assegurar "o prosseguimento da Revolução de 25 de Abril de 1974" qualifica-as como intérpretes — juntamente com os representantes eleitos — da vontade democrática da Nação. São aliadas do Povo e a sua isenção partidária concretiza-se no "serviço do povo português, e não de qualquer partido ou organização..."

De toda a evidência esta missão nacional não é pacífica, nem neutra. Na dialéctica Revolução-Contra-revolução, a componente militar, sem tutelar o poder democrático, deve assumir a defesa intransigente dos valores revolucionários inscritos na Constituição da República e cumprir o mandato da revolução de Abril.

---

Fernando Piteira Santos  
Professor universitário da Faculdade de Letras de Lisboa e Director-Adjunto do Diário de Lisboa. Autor de várias obras de investigação histórica entre as quais Geografia e Economia da Revolução de 1820



# Do Movimento dos Capitães ao «movimento» dos generais



*Numa óptica predominantemente militar, o nosso colaborador Vasco Abreu faz uma breve análise histórica sobre a génese do movimento militar que derrubou o regime fascista. Salientando a discriminação dos militares que fizeram a Revolução, pela hierarquia às ordens da NATO, conclui pela esperança popular depositada numas Forças Armadas profundamente transformadas pela Revolução*

## Vasco Cintra de Abreu

O "Movimento das Forças Armadas" que derrubou uma das mais velhas ditaduras do planeta e liquidou o mais antigo e derradeiro sobrevivente dos impérios coloniais europeus, não surgiu, naturalmente, por geração espontânea nem começou por visar tão transcendentais objectivos.

Constituído exclusivamente por oficiais dos quadros permanentes dumas forças armadas que eram o principal sustentáculo da política colonialista portuguesa de então, não poderia esperar-se que fossem de ordem política os factores principais da sua motivação.

Existia no seu seio, é certo, um núcleo de oficiais conscientes da natureza colonial-fascista e anti-popu-

lar do regime fundado por Salazar. No entanto, a grande maioria, indispensável a qualquer tentativa de derrube do governo, começou a aglutinar-se fundamentalmente, por razões de ordem sócio-profissional entre as quais avultava o crescente desprestígio dos militares aos olhos da população.

Paradoxalmente mal pagos pelo regime que só se mantinha pelo seu apoio, e sujeitos a constantes campanhas de dois anos nas três frentes da guerra colonial — Guiné, Angola e Moçambique — os militares começaram a sentir-se as vítimas mais directas duma política isolacionista, aberrante e sem perspectivas.

Caluniados por auferirem compensações materiais nas colónias e constan-

temente separados das famílias e das suas casas, iam decorridos já treze anos de guerra que se saldavam nas forças armadas portuguesas, por milhares de mortos e mais de 30000 mutilados.

Entretanto, não se dividia por parte dos governos Salazaristas / Caetanistas qualquer perspectiva de solução política dos conflitos.

Em flagrante oposição à orientação do governo, cedo se começou a generalizar entre os oficiais a convicção de que a solução da guerra colonial só poderia ser política e de que ao exército competia apenas assegurar àquele o tempo necessário para essa solução.

Acreditavam, com efeito, que a guerra não seria perdida em termos militares.

Ao fim de 13 anos porém, a incapacidade do regime era total.

Cada vez mais isolado no plano internacional, só os sectores mais reacçãoários e racistas do imperialismo, eles próprios em desespero de causa, como Israel, África do Sul e a Rodésia de Smith, se atreviam a dar-lhe apoio descarado.

Mesmo os EUA, principais beneficiários da exploração colonial, acabariam por se ver forçados a tirar ao regime o apoio diplomático nunca antes recusado.

No plano interno, iludida que foi a expectativa de alguns incautos em relação ao início do consulado de Caetano, a repressão redobrou de ferocidade. A PIDE, especialmente nos meios urbanos, a GNR nos meios rurais e a censura em toda a imprensa escrita e falada, mantinham o país prisioneiro e amordaçado.

#### O MOVIMENTO DOS CAPITÃES

É neste contexto, agravado por outras contradições

do regime no plano militar, que se começa a esboçar a organização do que viria a ser o "Movimento dos Capitães".

Na verdade, a maioria dos capitães do quadro permanente, esgotados por sucessivas campanhas no comando de companhias operacionais, tinham muito limitadas as suas perspectivas de carreira. Com os quadros muito exíguos para os efectivos envolvidos na guerra, em vez do alargamento daqueles, o governo de Marcelo Caetano cria, em princípio de 1973, o "Quadro Especial de Oficiais" destinado a recompensar os milicianos que mais se haviam distinguido nas colónias.

Esta via de acesso ao quadro permanente que garante àqueles milicianos as suas antiguidades de incorporação, veio prejudicar directamente os oficiais oriundos da Academia Militar. Era uma gota de água cuja importância foi subestimada pelo governo moribundo de Caetano.

Paralelamente, começa a sentir-se cada vez mais, no interior das fileiras, a influência dos milhares de jovens estudantes recrutados todos os anos para satisfação das crescentes exigências de "carne para canhão".

Herdeiros e continuadores do movimento estudantil de 1962, é a pujança do debate político então iniciado que aqueles jovens transportam para o interior das forças armadas ganhando a adesão entusiástica dos jovens oficiais de carreira, seus companheiros do dia a dia.

É finalmente dos próprios guerrilheiros, seus adversários, no contacto multifacetado que a ousadia e o absurdo da guerra proporciona, que recolhem a parcela de humanização sempre ausente da desumana e monolítica instrução militar que receberam.

#### O 25 DE ABRIL DE 1974

A tomada de consciência dos militares sobre a verdadeira natureza do regime que oprimia o seu Povo e os povos irmãos das colónias, era imparável. As derradeiras tentativas para isolar o movimento dos capitães e recuperar artificialmente o apoio das forças armadas não tinham já qualquer hipótese.

Foi o fracasso do Congresso dos Combatentes em fins de 1973. Projectado pelos mais aguerridos "falcoes" operacionais da chamada "guerra patriótica do Ultramar" para apoio da política colonialista do governo, não chegou a realizar-se pela firme oposição do movimento dos capitães



O MFA foi durante muito tempo uma esperança para o movimento operário



e dos muitos oficiais superiores a ele já ligados.

Foi a grotesca comédia hoje conhecida por "Brigada do reumático", poucos dias após o malogrado golpe militar de 16 de Março de 1974. Constituída pela quase totalidade dos generais e almirantes portugueses, tão decrepitos quanto o regime, ensaiaram o seu "canto do cisne" sob a forma de um ignóbil e ridículo beija-mão ao chefe do Governo fascista...

Já não foi a tempo a prisão e o desterro de alguns responsáveis do movimento. Na madrugada de 25 de Abril, a popular canção "Grândola Vila Morena", emitida pelo Rádio Clube Português, servia de senha à arrancada vitoriosa do Movimento das Forças Armadas para o início da revolução democrática e nacional que o mundo veio a consagrar como a "Revolução dos Cravos".

O espectacular apoio popular à revolução que nascia, prontamente manifestado de norte a sul do País, foi expressivamente simbolizado nos cravos de esperança oferecidos aos solda-

dos para substituir as balas nos canos das G-3...

Assim caiu, sem estrondo nem oposição, um regime cruel e anacrónico. De acordo com o Programa do MFA começa a desmantelar-se um império colonial que datava dos descobrimentos do século XV.

Liderados por movimentos de libertação, legítimos representantes dos seus povos, Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique prosseguem, com o acesso à independência, revoluções nacionais rumo à paz e ao socialismo.

Alterando duma forma radical a correlação de forças internacionais naquela zona do globo, o 25 de Abril destruiu assim dum só golpe o edifício laboriosamente construído pelo imperialismo para domínio das rotas do petróleo e das matérias-primas, da África Austral e do Atlântico Sul.

## O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Os militares assumiram o poder sob o signo da alian-

ça Povo-MFA, verdadeira pedra de toque da revolução portuguesa.

"O povo está/com o MFA" e "soldado amigo/o povo está contigo" eram as palavras de ordem gritadas por um povo inteiro que descobria, ao fim de 50 anos, o significado da liberdade e da alegria de viver.

Abolida a censura, extintos os principais órgãos de repressão, libertados os presos políticos, regressados os exilados da Pátria e estabelecido o cessar fogo nas guerras coloniais, o povo português reencontrava-se com a sua História e o seu destino mirando-se enternecido nos seus filhos fardados...

Com a ingenuidade característica de tantos revolucionários, os capitães de Abril entregaram o poder a uma Junta de Salvação Nacional constituída por sete generais, logo promovidos com a 4.<sup>a</sup> estrela.

Contra a decisão do Movimento que designara Costa Gomes, Spínola auto-nomeia-se Presidente, aproveitando-se do último gesto do ditador depositeo que lhe "entrega" dramaticamente



Após a queda do I Governo Provisório, o MFA passa a intervir mais directamente na cena política. Na foto, Sá Carneiro, Spínola e o primeiro-ministro Palma Carlos

os destinos da Nação para que o "poder não caia na rua".

Começavam as vicissitudes do processo...

Conhecedora da ambição de Spínola e dos seus projectos neocolonialistas divulgados em livro no momento oportuno para "romper" com o regime fascista que sempre servira, a direita civil e militar lança o slogan do "regresso aos quartéis".

Não caem no logro os capitães, que impõem a queda do I Governo Provisório constituído por Spínola, nomeando Vasco Gonçalves (destacado elemento do MFA), para presidir ao II.

O Movimento só retomaria a direcção efectiva do processo, porém, após o afastamento do próprio Spínola, na sequência do fracasso do seu apelo à "maioria silenciosa" da Nação em 28 de Setembro.

Costa Gomes assume a Presidência da República.

Ensaiam-se as primeiras

tentativas de democratização e politização das forças armadas, que acabariam por fixar-se nas assembleias das unidades e nas dos ramos que culminaram na do MFA que integrava representações da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

Coordenavam em cada ramo a dinamização e o esclarecimento político, Gabinetes de Coordenação do MFA, ligados ao "Conselho dos 20", precursor do futuro Conselho da Revolução.

Iniciada na Assembleia do MFA a discussão do plano económico "Melo Antunes", que dá origem aos primeiros projectos de nacionalização, a direita entra em pânico e força Spínola a novo golpe.

Utilizando aviões e pára-quedistas que iludem, os golpistas atacam em 11 de Março uma unidade do MFA e sofrem nova derrota por acção decisiva das massas populares. É o grande avanço da Revolução, que abandona tibiezas para

não sossobrar.

São nacionalizados a Banca, os Seguros e os sectores básicos da economia. Institucionaliza-se o MFA num órgão de soberania e conquistam representação na Assembleia do MFA os sargentos e os soldados. Começa a dinamização cultural em todo o País. Surge o IV Governo Provisório, de novo presidido por Vasco Gonçalves.

É declarado pelo MFA o rumo socialista da Revolução!

Reflectindo o recrudescimento da luta de classes, o espectro da divisão começa a minar o MFA, sabiamente alimentado pelo imperialismo, que decide fazer de Portugal a "vacina da Europa"...

As intrigas servilmente forjadas pela reacção interna instalam a desconfiança no seio do Movimento e seguindo uma tática já experimentada, polarizam em Vasco Gonçalves, o inimigo a destruir. Assim "nascem" gonçalvistas, otelistas e o grupo dos nove... Os naturais erros que todos cometeram são utilizados para aprofundar a divisão, para inviabilizar o diálogo.

Torna-se inevitável a queda do último Governo de Vasco Gonçalves que legisla incansavelmente durante pouco mais de um mês.

Sob os auspícios do "grupo dos 9" é criado o último Governo Provisório que vai enfrentar o mais violento período de agitação social de todo o processo.

#### O 25 NOV. 75 — "MOVIMENTO" DOS CORONÉIS!

Consumada a divisão no MFA, arditamente cavada sob a batuta experiente

do embaixador norte-americano Frank Carlucci (hoje n.º 2 da CIA), estavam criadas as condições para o que viria a ser o 25 de Novembro de 1975.

É nesta situação que surge na imprensa lisboeta a denúncia do chamado "plano dos coronéis" que previa detalhadamente as medidas para a tomada do poder pela direita incluindo a drástica "limpeza" do aparelho militar.

De facto, muitos tenentes-coronéis e coronéis até aí aparentemente alheios ao "processo revolucionário em curso", vindo na crise que se vivia o momento oportuno para aprofundar a divisão do MFA, desencadeiam toda a sorte de pressões concertadas junto dos elementos mais destacados do "grupo dos 9".



Frank Carlucci, um trunfo de Washington jogado em Lisboa

Fomentando medidas alarmistas que vão desde a criação de situações de "prevenção" não oficiais até à transferência de aviões, combustíveis e munições para bases pretensamente mais bem localizadas, logram trazer para as casernas o clima de agitação social e desconfiança que se vivia nas ruas.

A indisciplina, encorajada nos quartéis dependentes do COPCON, por elementos aventureiros ou idealistas, bem como a dificuldade das suas unidades operacionais na prevenção das constantes provocações (muitas vezes ingenuamente apoiadas por numerosos militantes da esquerda) constituiu o pretexto que faltava. Foi o caso da manifestação no Patriarcado, os problemas com a Rádio Renascença, o incêndio na Embaixada de Espanha...

Com o prestígio que lhe advinha de ter sido o comandante operacional do 25 de Abril, a substituição de Otelo por Vasco Lourenço, também ele capitão de Abril desde a primeira hora, foi o golpe final na unidade do MFA já fortemente abalada desde a demissão de Vasco Gonçalves de Primeiro-Ministro e de C.E.M.G.F.A.

Para completar o cenário do "plano dos coronéis" só faltava o afastamento do Presidente da República, general Costa Gomes, obstáculo conhecido a qualquer aventura que pudesse degenerar em guerra civil.

São porém ultrapassados pela operação relâmpago em várias unidades da Força Aérea, simbolicamente ocupadas pelas tropas pára-quedistas em protesto contra a perseguição que lhes era movida pelo Chefe

do Estado-Maior, general Morais e Silva.

Com efeito, aquelas tropas especiais estavam a ser submetidas a verdadeiras medidas de retaliação que iam desde a suspensão de verbas para alimentação até à liquidação das carreiras profissionais de dezenas de sargentos com vários anos de serviço. Defraudados pela sua utilização abusiva na operação sem precedentes, de destruição de uma emissora de rádio, determinada por aquele general, os pára-quedistas tinham exigido a sua transferência para a dependência directa do Presidente da República, cansados de serem enganados pelos seus chefes como já acontecera no 11 de Março.

Foram porém abandonados por 123 dos seus oficiais, que a instâncias do próprio general graduado Morais e Silva, desertam da unidade deixando os sargentos como únicos quadros.

Obtida a promessa de que o Conselho da Revolução, na sua reunião de 24 de Novembro, iria resolver a sua situação, tomam conhecimento que naquela agitada sessão o seu problema tinha sido esquecido. É pois, esgotados por estes adiamentos e pelas pressões dos oficiais desertores, exemplarmente descrita no insuspeito artigo "Vermeelho oito" publicado no jornal "Expresso", que improvisam, durante a madrugada, a operação que iria evitar a iniciativa militar golpista.

Não evitou, no entanto, que esta se mantivesse no plano político.

Incapazes de resistir à sanha revanchista dos operacionais da direita, seus



Seis dos "nove". Da esquerda para a direita: Sousa e Castro, Vítor Crespo, Melo Antunes, Vítor Alves, Costa Neves e Pizarat Correia

aliados oportunistas da véspera, o "grupo dos 9" já não conseguiu controlar a escalada repressiva sem precedentes que se abateu sobre aqueles que, a despeito das divergências "fabricadas" pelo inimigo comum, nunca deixaram de ser os seus verdadeiros companheiros dos ideais de Abril.

Com efeito, em sintonia com o "plano dos coronéis" é desencadeada de imediato uma vaga de prisões que abrange centenas de elementos do MFA ao mesmo tempo que são passados compulsivamente à vida civil os milhares de participantes no 25 de Abril ainda nas fileiras. No caso das tropas pára-quadistas, nem um dos contestatários do prepotente ma-

jor Morais e Silva permaneceu no serviço activo.

O saneamento militar é completado com o afastamento do Conselho da Revolução dos elementos progressistas não afectos ao "grupo dos 9" enquanto o chefe operacional do 25 de Novembro, tenente-coronel Ramalho Eanes é admitido como Chefe do Estado-Maior do Exército, graduado em general de 4 estrelas.

Apesar da colagem estratégica aos líderes político-militares da época, não conseguiu o "movimento" dos coronéis (hoje quase todos eles generais) explorar integralmente o sucesso do seu golpe no plano político.

Com inegável coragem política o "grupo dos 9"

impede que o estado de sítio vigente sirva de pretexto à "caça às bruxas", desejada pelos ultras, quando em declarações à TV, Melo Antunes e Costa Gomes deixam clara a importância do contributo dos comunistas ao País, em pé de igualdade com os demais democratas.

É devido a estes factos, que são afinal a expressão da consciência democrática predominante, que a derrota do 25 de Novembro se confinou à esquerda militar. A prova-lo está o facto de ninguém ter podido evitar que socialistas e comunistas conseguissem a aprovação por larga maioria na Assembleia Constituinte de uma das mais avançadas Constituições políticas do chamado mundo ocidental.

Manteve-se no entanto a falta de alternativa democrática para o Poder dada a dramática impossibilidade de entendimento entre os Partidos Socialista e Comunista. É neste clima — que ainda hoje não foi ultrapassado — que decorrem as primeiras eleições constitucionais para a Assembleia da República, Autarquias Locais e Presidência da República.

### O "MOVIMENTO" DOS GENERAIS

Designado pelo Conselho da Revolução candidato das Forças Armadas, foi eleito Presidente da República o general Ramalho Eanes. Apesar de atitudes políticas altamente controversas, tem merecido o generalizado respeito das forças democráticas pela sua defesa da Constituição e iniciativas no campo da política externa.

É, no entanto, acusado, no plano militar, de seguir

## Que foi feito dos Capitães de Abril?

A profundidade da tentativa de recuperação do aparelho militar português por parte da hierarquia pós-25 de Novembro, pode ser avaliada pelo conhecimento do destino que foi imposto aos elementos do MFA que se mantiveram fiéis ao 25 de Abril.

Para mencionar somente alguns dos mais conhecidos:

O General Vasco Gonçalves, membro da Comissão Coordenadora (C.C.) do MFA e Primeiro-Ministro de 4 governos provisórios, foi passado compulsivamente à reserva;

Otelo Saraiva de Carvalho, comandante operacional do 25 de Abril e Comandante-Adjunto do COPCON, foi passado do mesmo modo à reserva pelo Conselho Superior de Disciplina (C.S.D.);

O Almirante Rosa Coutinho, membro da Junta de Salvação Nacional, Alto-Comissário em Angola e membro do Conselho da Revolução, foi passado à reserva pelo Chefe do Estado-Maior da Armada contra parecer do próprio C.S.D. Anulada esta decisão pelo Supremo Tribunal Militar, continua em casa sem quaisquer funções;

O Major Costa Martins, membro da C.C. do MFA e ministro do Trabalho em vários governos provisórios, foi passado compulsivamente à disponibilidade sem quaisquer vencimentos;

O Major Corvacho, Comandante da Região Militar do Norte, aguarda sem quaisquer funções, desde Novembro de 1975, julgamento em C.S.D.;

O Major Pereira Pinto, membro da C.C. do MFA e do Conselho da Revolução, foi passado compulsivamente à disponibilidade sem quaisquer vencimentos.

O Major médico Cruz Oliveira, secretário de Estado da Saúde em dois governos provisórios, foi passado compulsivamente à reserva pelo C.S.D.;

O Capitão Santos Silva, que ocupou o Rádio Clube Português na madrugada do 25 de Abril, foi passado à reserva pelo C.S.D.;

O Major Sardinha Dias, Comandante de uma unidade de engenharia em 1974/75, foi passado à reserva pelo C.S.D.;

O Comandante Xavier e o 1.º Tenente Rodrigues Soares, foram passados à reserva pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, contra parecer do próprio C.S.D.; etc., etc...

Em relação aos gabinetes de coordenação dos 3 ramos das forças armadas e da 5.ª Divisão do E.M.G.F.A., dos elementos do MFA que os integravam, nenhum ocupa funções de qualquer responsabilidade, tendo sido a maioria passados à reserva, à disponibilidade ou privados do exercício das suas funções.

Muitas dezenas de outros, aguardam julgamento em C.S.D., privados de funções há mais de 4 anos.

Em funções de responsabilidade formal, mas marginalizados (pelos chefes do Estado-Maior) dos ramos que representam, mantêm-se somente no Conselho da Revolução os seguintes capitães de Abril:

Vasco Lourenço, Melo Antunes, Costa Neves, Victor Alves, Victor Crespo, Sousa e Castro, Pizarat Correia, Franco Charais, e Martins Guerreiro...

uma política vincadamente direita ao permitir que os Chefes dos Estados Maiores, por si nomeados, prossegam medidas discriminatórias e prepotências sem paralelo, não poupando sequer os militares democratas considerados próximos do "grupo dos 9".

Constitui na verdade escândalo nacional a privação do desempenho das suas funções militares a dezenas de oficiais e sargentos contra os quais não impedem quaisquer acusações dos órgãos judiciais competentes ou amnistiados por lei da A.R.

Elegendo como órgãos privilegiados de saneamento os "Conselhos Superiores de Disciplina", originariamente criados como "instituto legal de defesa dos arguidos", aqueles generais utilizam dezena e meia de outros generais por si nomeados nos três ramos das Forças Armadas, para formalizar depurações ilegais decididas de antemão à revelia de quaisquer princípios de ética militar.

Invocando legislação militar que mantém diversos preceitos frontalmente contrários à Constituição, os saneamentos são completados através da chamada "3.ª condição geral de promoção". Processo subtil que implica a imediata passagem compulsiva à reserva, após três preterições na promoção ao posto imediato. Tal como nos "Conselhos Superiores de Disciplina" a sessão é secreta, à porta fechada e sem direito a advogado...

Não será de estranhar que não tenha tido provimento qualquer das dezenas de recursos interpostos ao Supremo Tribunal Militar, se se atender a que

também todos os generais que compõem aquela alta instância judicial, são igualmente nomeados pelos Chefes dos Estados Maiores...

Apesar desta metódica depuração e da rigorosa selecção ideológica praticada no recrutamento, as forças armadas portuguesas estão longe de corresponder às expectativas da actual hierarquia reaccionária.

Nos actos comemorativos do 6.º aniversário do 25 de Abril que ainda há dias reuniram milhares de militares em Lisboa, Guimarães, Almada, Açores, Madeira e Macau, esta realidade ficou claramente demonstrada.

Particular significado político assumiram as reuniões de 2200 sargentos em Almada e a do Pavilhão dos Desportos de Lisboa, que reuniu 1500 oficiais dos quadros permanentes. Usando da palavra neste último, três dos sobreviventes do 25 de Abril no Conselho da Revolução — Vas-

co Lourenço, Vítor Crespo e Costa Neves — denunciaram violentamente as prepotências da hierarquia militar e o falso apartidarismo de alguns dos seus membros, numa clara alusão ao candidato da direita às eleições presidenciais, general Soares Carneiro.

O aumento de 50 por cento no número de participantes nas manifestações (não oficiais) deste ano, traduz inequívoco reforço das forças democráticas nos quartéis e um isolamento cada vez mais flagrante dos generais e da sua política interna repressiva e antinacional.

Este isolamento explica-se também pelo alto grau de consciência política, manifestado pela generalidade dos jovens que todos os anos entram para as fileiras e a que não é estranha a aguda luta de classes que se vive em Portugal. Na sua maioria oriundos da classe trabalhadora e amadurecidos em pleno proces-

so revolucionário, constituem o manancial que torna ineficazes os saneamentos políticos, no seu objectivo de transformar a instituição militar num corpo estranho à própria Nação, *num exército invasor na sua própria terra!*

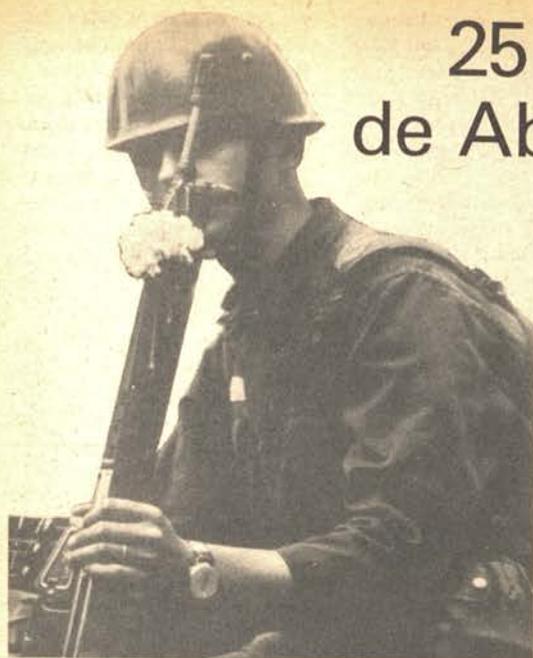
Por isso a direita reaccionária não conseguiu ainda destruir as principais conquistas da revolução; por isso tem vindo a adiar sucessivamente o golpe de força de que carece para conquistar efectivamente o Poder (não é aliás por acaso que se assiste ao reforço em homens e material bélico sofisticado, das forças profissionais de segurança), porque sabe não poder contar com os batalhões, ao invés dos generais, como instrumentos de repressão do seu Povo.

São particularidades como estas que fazem do português, o exército porventura menos "convencional" dos exércitos convencionais do mundo de hoje.



Aspecto parcial de uma assembleia do MFA. Dos militares que se vêem na foto mais de 50 por cento foram saneados após o 25 de Novembro

25  
de Abril



## A descolonização

*Da partilha da África  
consagrada no Tratado de Berlim  
à agonia das últimas teses coloniais*

**Alberto Freire**

Não restam dúvidas de que foi a guerra colonial que constituiu a causa mais importante, o factor de maior mobilização para a arrancada do 25 de Abril. Não é, portanto, de estranhar que o Programa do Movimento das Forças Armadas se inicie com uma clara referência à mesma "considerando que, ao fim de 13 anos de luta em terras do Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à

paz entre os portugueses de todas as raças e credos; (...)". Deste modo, considerando — como realmente foi — o problema ultramarino como o factor mais influente da revolução e a descolonização a sua resolução prática, tendo o MFA assumido a responsabilidade integral da sua conduta, com o apoio tímido e limitado de algumas das forças políticas nacionais — nem todas participaram — é natural que tenha atraído contra si o furor de todos, aqueles a quem a

descolonização prejudicou os seus interesses pessoais, nem sempre legítimos.

No entanto, a descolonização, como fenómeno histórico, surge como um imperativo inevitável porque a colonização traz consigo a génese da descolonização. Trata-se, portanto, dum acto natural, consequência lógica de um outro acto que, muito embora se apresente, por vezes, com outras aparências justificativas, visa sempre o aspecto económico.

No entanto, mesmo

constituindo um facto histórico, imperativo, não deixa, contudo, ainda hoje de ser encarada de diversas formas. Deste modo, "para alguns, descolonizar conduz a renunciar, a abdicar, a renegar a hereditariedade do passado. Para muitos, pelo contrário, a descolonização permite, enfim, viver entre gente de bem, na paz desejada. Para outros, a descolonização é um facto histórico e constante". (1)

É evidente que não vamos considerar o primeiro aspecto, que mais não traduz que um desejo imperialista de domínio, falsamente patriota e de perigosas consequências, como os anos que decorreram desde a última guerra mundial largamente têm demonstrado. O último, é um imperativo histórico, que não admite discussão, logo, descolonizar é estabelecer uma nova forma de convívio que permita viver, "na paz desejada", "entre gente de bem". Porém, se para Roma, o estender ou o encolher do Império não se reflectia, de imediato, no quotidiano da metrópole, hoje, num planeta superpovoado, com problemas sociais e económicos de grande amplitude, requer a procura e a definição duma política de cooperação bilateral entre os dois estados interessados no processo.

As forças contra-revolucionárias, bem conhecedoras desta realidade, tudo têm feito, desde a primeira hora, no sentido de perturbarem a concretização, indispensável, duma política de franca cooperação, entre Portugal e as suas antigas colónias, de modo a ocasionarem perturbações graves, tanto num como no outro lado. Na verdade, o

complexo quadro de interligações sócio-económicas entre Portugal e as ex-colónias só seria susceptível de ser superado, com um mínimo de perturbações, nos dois campos, desde que fosse possível estabelecer um clima de franca cooperação e boa vontade. Esta necessidade tem vindo a ser sistematicamente sabotada por forças que estão apostadas em provocar um colapso político em ambos os lados, afim de servirem interesses pessoais e externos.

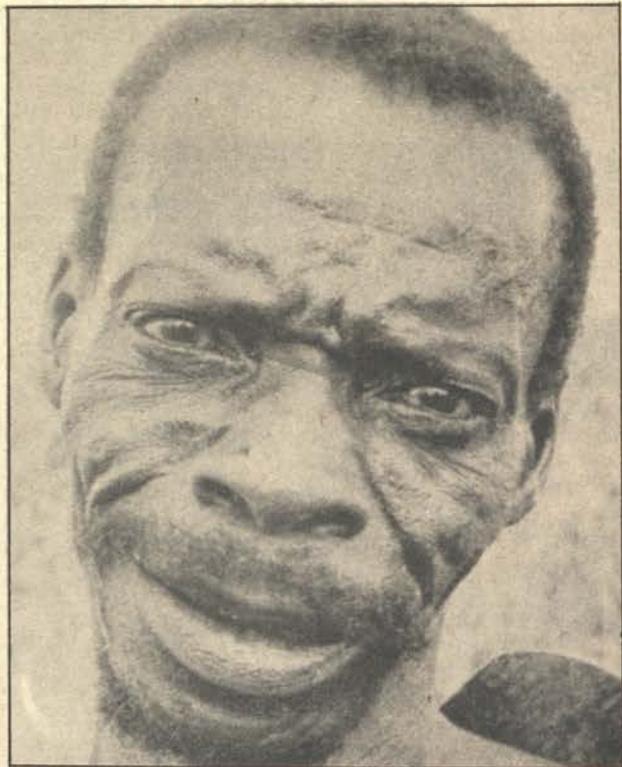
#### ÁFRICA: O TERCEIRO IMPÉRIO

Portugal construiu, ao longo da sua história, três impérios bem caracterizados que, muito embora se tenham sobreposto no tem-

po, não deixaram de ter períodos de preponderância bem diferenciados.

O primeiro, o do Oriente ou das Índias, foi sem dúvida o mais brilhante e chega por si só e sobeja para o afirmar como Nação independente e adulta numa altura em que a Europa, extensa manta de retalhos, onde os grandes senhores feudais se degladiavam entre si e entre si e o Rei, símbolo dum poder central e absoluto que contestavam, começava a despertar, lentamente, da longa noite medieval.

É certo que Portugal atingiu a África antes da Índia, mas seria esse o seu verdadeiro propósito? A resposta dá-nos João de Barros quando, ao referir-se a D. João II, nos diz que o rei "bramia à volta



Quinhentos anos de colonialismo gravados na memória

de África como um leão esfaimado”.

O Oriente, a Índia, era o objectivo; a África, um obstáculo a ter de ser superado.

Recordemos que os descobrimentos foram uma empresa de carácter vincadamente mercantilista cuja concepção obedecia ao modelo fenício, adoptado, posteriormente, por cartagineses e gregos. Consistia em ir estabelecendo, na costa e ao longo da rota, feitorias que comercializavam com os nativos, decretando o monopólio mercantil para os monarcas.

Não se começou por colonizar. As fortalezas e as feitorias da costa africana destinavam-se, para além e acima da função já referida, a constituírem pontos de apoio para as esquadras que percorriam a rota do Oriente. Os padrões, implantados em África, não colonizaram nem “civilizaram” ninguém.

Com a dominação castelhana, o Império das Índias acelerou a sua caminhada para o ocaso.

Após a restauração da nacionalidade, o Brasil, dado que se perdera, em definitivo, o Império das Índias muito embora o estertor tivesse chegado até aos nossos dias, polarizou as atenções e para lá se canalizaram todos os recursos e energias. Os presídios da costa africana, onde outra as naus da Índia se reabasteciam, passaram a servir de entrepostos onde se transaccionavam os escravos negros que ajudaram a desbravar os imensos e férteis sertões brasileiros. Se outros motivos não houvesse, a necessidade de três milhões de escravos negros, de que o Brasil carecia, te-



“Orgulhosamente sós”, símbolo arcaico do salazarismo

ria sido o suficiente para evitar que caíssem em ruínas as dependências africanas.

## INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Com a independência do Brasil, contra a qual “erradamente lutou Portugal” porque “nem devia, nem podia” e assim “passou pela vergonha de ver desonradas as armas portuguesas, entregues ao inimigo as relíquias de sua marinha e inteiramente aniquilado seu comércio”, (2) Portugal atravessou um período de grandes convulsões e lutas sangrentas que se prolongaram por cerca de trinta anos, destroçando o país.

Quando em 1851 sucedeu a “Regeneração”, o caos reinava por todo o Império. No entanto, haviam-se criado condições internas que possibilitaram, de novo, estruturar uma política colonial. Só que era tarde, a Europa havia já “descoberto” a África.

Como consequência dum acentuado marasmo a que o comércio e a indústria

européia começavam a estar submetidos devido ao desenvolvimento do sistema económico capitalista, a procura de novos mercados tornou-se uma necessidade vital para as potências europeias que, numa expansão imperialista, na África e na Ásia, procuraram a solução para os seus problemas económicos.

No último quartel do século XIX, teve início o grande movimento de expansão colonial, em África. A partilha fez-se por via diplomática e Portugal, ainda mal refeito das duras provações das longas lutas intestinas, viu-se coagido a entrar na corrida contra vontade, uma vez que se considerava com direitos históricos indiscutíveis a vastas regiões do continente africano, mercê dos padrões que lá havia implantado, séculos atrás. Em 1884, Portugal e a Inglaterra assinaram um tratado sobre o Congo ao qual o bloco franco-belga, a quem mais tarde se juntou a Alemanha, logo reagiu. Emile Bourgeois considerou-o como tendo sido feito “em

virtude de um direito mítico", logo inaceitável.

### CONFERÊNCIA DE BERLIM

Foi este tratado que provocou a Conferência de Berlim, iniciada nesta cidade no dia 15 de Novembro de 1884, destinada a resolver o problema do Congo. Estiveram presentes quinze nações, entre as quais Portugal, apesar da Alemanha se haver esquecido de o convidar. Por três meses se arrastaram as sessões que no fim acabaram por consagrar uma nova forma de direito público colonial, expresso na Acta Geral da Conferência, no Capítulo VI, em que se substituiu o antigo pacto colonial pela política da ocupação efectiva, que exigia das potências coloniais "a existência de uma autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos". Portugal, que até então sempre baseara a sua soberania no direito histórico, viu-se espoliado de vastos territórios onde outros já se haviam instalado e ameaçado de novas perdas por carência de uma ocupação efectiva.

Começou a corrida à África que, em pouco mais de vinte anos, haveria de modificar por completo a fisionomia do continente. Com efeito, até ao início da I Grande Guerra, toda a África foi subjugada por potências europeias, com excepção da Libéria e da Etiópia (mesmo esta seria, posteriormente, em 1936, anexada pela Itália).

Nas possessões africanas portuguesas só nos fins do século passado, princípios do actual, mais acentuada-

mente após a I Grande Guerra, a colonização se começou a estender para o interior, pois a fixação dos brancos só se tornou possível depois das campanhas militares de pacificação, às quais seria mais próprio chamar de ocupação. A colonização portuguesa, do tipo paternalista, foi permitindo que os nativos continuassem a viver dentro dos seus hábitos e costumes. Portugal garantiu a conservação da sociedade tribal mas, em contra-partida, nunca se preocupou em dignificar as autoridades tradicionais gentílicas, investindo-as como autoridades de facto, nem tão pouco promoveu, nem encorajou, como devia, a evolução das tribos. Desta forma se pretendeu prolongar a presença em África, *ad aeternum*. Por isso, Amílcar Cabral, ao analisar a acção civilizadora de Portugal, na Guiné, constata: "a percentagem máxima de assimilados é de 0,3 por cento da população total na Guiné-Bissau, depois de 500 anos de presença civilizadora e 50 de "paz colonial".

### O FIM DO COLONIALISMO

A II Guerra Mundial trouxe consigo o fim do colonialismo. Ainda durante ela, o General Charles De Gaulle, em Brazzaville, pressagiu o que iria acontecer, no pós-guerra: a autodeterminação da África e da Ásia.

Ao aproximar-se o fim do grande conflito, Roosevelt e Estaline, em Yalta, por razões idênticas, se bem que com desígnios diferentes, acordaram em apoiar a descolonização

dos povos subjugados logo após o fim das hostilidades que já se avizinhava. O colonialismo sofreu, pois, nessa conferência, a sua sentença de morte, uma vez que as duas grandes potências, que emergiam como as grandes vencedoras, assim haviam acordado. Não interessa especular sobre as razões que as levaram a tomar tal opção, o que importa considerar é que, uma vez decidida, o destino das colónias estava traçado, do mesmo modo que a colonização da África se tornou inevitável após a Conferência de Berlim de 1884/85.

A concretização das resoluções acordadas em Yalta começou a esboçar-se na Conferência de S. Francisco, em 1945, que agrupou 51 Estados e onde as mesmas foram aprovadas sem grandes alterações, tendo surgido, desde logo, três blocos anti-colonialistas: as duas Américas; a União Soviética e os Estados árabes e a Índia. Tinham chegado, pois, a seu termo as circunstâncias que haviam possibilitado a colonização e, a partir desse momento, a descolonização era inevitável uma vez que as tendências internacionais, impulsionadas pelas duas grandes potências, as apadrinhavam, tendo-se a ONU constituído no seu porta-voz.

O Governo português, desprezando esta realidade, opôs ao espírito de S. Francisco o espírito de Berlim, sessenta anos afastados no tempo. Deste modo, Salazar colocou deliberadamente Portugal fora do tempo e da história. Por isso os portugueses ficaram, "orgulhosamente sós".

## A DESCOLONIZAÇÃO PELO "ESTADO-NOVO"

A descolonização do ultramar português começou, de facto, quando nacionalistas africanos, armados, se sublevaram no Norte de Angola contra a dominação portuguesa. Cinicamente, o grande responsável pelos acontecimentos, após haver neutralizado uma tentativa de golpe de Estado levado a efeito por um grupo de militares, entre os quais se contavam o General Botelho Moniz e o agora General Costa Gomes, que tentavam derrubá-lo a fim de impedir que o País mergulhasse na insensata aventura africana, aparece, perante o povo português, a declarar: "se é preciso uma explicação para o facto de assumir a pasta da Defesa Nacional (...) a explicação pode concretizar-se numa palavra e essa é Angola.

(...) Andar rapidamente e em força é o objectivo que vai pôr à prova a nossa capacidade de decisão".

Só havia duas hipóteses para fazer face à situação criada: o diálogo ou a guerra. Salazar optou, cogamente, pela guerra.

Em Dezembro de 1961 cai o Estado Português da Índia, anexado pelo poderoso vizinho. O ditador sabe o que se prepara e qual vai ser o desfecho mas, mesmo assim, não abdica da sua teimosia e dita, com cruel frieza, a sentença de morte da pequena guarnição militar daquela possessão. As derradeiras ordens são precisas: "(...) organizar a defesa pela forma que melhor possa fazer realçar o valor dos portugueses, segundo velha tradição na Índia. É horrível pensar que isso pode significar o sacrifício total, mas recomendo e espero esse sacrifício co-

mo única forma de nos mantermos à altura das nossas tradições e prestarmos o maior serviço ao futuro da Nação. Não prevejo possibilidades de tréguas nem prisioneiros portugueses, como não haverá navios rendidos, pois sinto que apenas pode haver soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos (...)". (3)

A fúria, a inconsciência, o desvario, são evidentes. Salazar enfrenta algo que o supera, algo para que não estava preparado, que não se enquadra na sua política caseira, míope e mesquinha, que lhe destrói todo um sistema laboriosamente montado. As possessões africanas, que nunca visitou mas às quais se acabou por afeiçoar, vêm, no final da sua vida, criar-lhe problemas económicos muitíssimo mais sérios dos que se lhe apresentaram no início da sua governação. O regi-



Através de grandiosas encenações o regime colonial-fascista procurava manter a "fé no império"

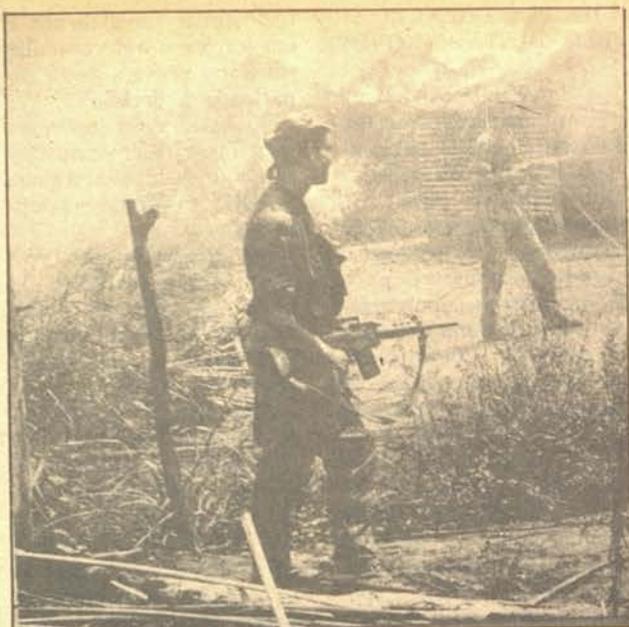
me que implantou não vai conseguir resistir a tão dura prova, a queda da cadeira salva-o de assistir à desagregação de toda a sua obra.

### O MARCELISMO

Marcelo Caetano, depois dumas tímidas, mas logo abandonadas, atitudes liberalizantes, mantém-se fiel à ortodoxia salazarista muito embora ela se encontrasse já em adiantado estado de decomposição. A luta das colónias dera-lhe a machadada final. Incapaz de encontrar uma solução para o problema procura, habilidosamente, transferir para os militares a responsabilidade do desfecho do conflito. "Resistir nesta guerra é meio caminho andado para vencer, nunca foi mais verdadeiro o princípio de que é vencido aquele que primeiro a si próprio se considerar vencido". (4) O "ilustre" estratega coloca, deste modo, as questões em termos meramente militares indicando, mesmo, a receita para 50 por cento da vitória: resistir. A outra metade, não refere mas, em contra-partida, indica, muito claramente, a causa dum possível derrota: a auto-consciencialização da mesma.

### OS "ULTRAS" E O SPINOLISMO

Ante a incapacidade do governo marcelista em conseguir arranjar uma solução política para o problema ultramarino, dois chefes militares concebem projectos de alternativa à política governamental a fim de se tentar sair do impasse em que se caíra com a institucionalização da guerra e da crescente deterioração da



*A juventude portuguesa viu-se arrastada para uma guerra com a qual nada a identificava*

situação político-militar, como consequência directa desta. Visando, embora, o mesmo objectivo as duas concepções eram, porém, antagónicas e mesmo irreconciliáveis. Para um deles, o General Kaúlza de Arriaga, a saída deveria concretizar-se por uma escalada, isto é, por uma intensificação do esforço militar. O outro, o General Spínola, defendia a abertura ao diálogo, admitindo que a unidade se conseguia por uma reestruturação nacional em termos diferentes, fortemente descentralizada e que tomasse, na devida consideração, a heterogeneidade do todo português. Esta reestruturação englobava, também, uma certa liberalização política do país.

Entretanto, Marcelo Caetano viu gorarem-se todas as manobras que pretendeu executar para ganhar espaço que lhe permitisse uma efectiva governação, liberto

da permanente pressão dos "ultras-salazaristas".

Irresoluto, deixa-se dominar e assiste, quase sem reacção, ao desmoronar do seu mundo e da sua época. Nos últimos discursos, revela bem o desalento e a amargura que o dominam. Rememora factos como já pertencentes a um passado morto. Tem a plena consciência de que se deixou passar o tempo certo para se tomarem as medidas convenientes que acautelassem o futuro e agora que ele se aproxima, inexorável, alarma-se e horroriza-se com as consequências que advirão do somatório de tantos erros e crimes cometidos. Qual será o preço?

A resposta, que não ignora, gela-lhe o ânimo e, assim, tenta regateá-la lançando uma proposta em que já ninguém pega: "Procuraremos as fórmulas justas e possíveis para a evolução das Províncias Ultramarinas de acordo com os

progressos que façam e as circunstâncias do mundo: mas uma só condição, a de que a África Portuguesa continue a ter a alma portuguesa e que nela prossiga a vida e a obra de quantos se honram e orgulham de portugueses ser!" (5)

Cerca de um mês depois o Governo era derrubado por um golpe militar e, com a sua queda, terminava a descolonização catastrófica que os diversos governos, salazaristas e marcelistas, haviam escolhido para as colónias portuguesas.

#### A DESCOLONIZAÇÃO DO 25 DE ABRIL

O regime fascista legou aos homens do 25 de Abril uma pesada herança; um processo de descolonização em curso, por via violenta, expresso em guerras de libertação nas três mais importantes possessões africanas.

O "Le Courier" da UNESCO, no número referente ao mês de Novembro de 1973 e dedicado ao problema colonial português, fornece os seguintes dados:

##### "ANGOLA

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) publicou o seu primeiro manifesto em 1956. O seu objectivo, declarou, é a independência imediata e total de Angola. Controla mais de 1/3 do território, região povoada por cerca de um milhão de habitantes.

A União das Populações de Angola (UPA) fundiu-se em 1962 com a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Esta estabeleceu em 1962 o Governo Revolucionário de An-

gola no Exílio (GRAE). A FNLA mantém a sua luta nas regiões norte do território.

##### MOÇAMBIQUE

O principal movimento de libertação do território é a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) constituída em 1962 pela fusão de três movimentos. Em 1971 os delegados da FRELIMO representaram Moçambique nas reuniões da Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CEA). A FRELIMO declara ter libertado do controlo português mais de 1/4 do território.

##### GUINÉ

O Partido para a Independência da Guiné (Bis-

sau) e das Ilhas de Cabo Verde (PAIGC) foi fundado em 1956 por Amílcar Cabral. O PAIGC declara ter libertado mais de 3/4 do território e de ter 2/3 sob o seu controlo. A sua acção levou, no fim do ano de 1972, à eleição da primeira Assembleia Nacional Popular e depois à proclamação da República da Guiné-Bissau".

Entre este panorama e o que nos apresenta Marcelo Caetano, vai uma distância abissal:

"Apesar do apoio militar cubano, russo ou chinês, apesar do dinheiro que lhes é dado por suecos, noruegueses ou dinamarqueses, apesar da simpatia actuante



Muitos jovens militares perceberam que a razão estava do outro lado

dos partidos socialistas e cristãos-democratas e da respectiva imprensa, os movimentos terroristas em África não conseguiram ainda coisa nenhuma — senão inventar a mentira dos territórios "libertados". (6)

As autoridades portuguesas não podiam admitir a existência de zonas já descolonizadas no Ultramar porque isso equivaleria à pública confissão da falência da política do Governo. Portanto, recorriam à mentira, mesmo sabendo da existência de milhares de pessoas, nacionais e estrangeiras, que já haviam testemunhado o contrário.

Aos novos governantes, saídos do movimento de 25 de Abril, competia a difícil e ingrata tarefa de transformar um processo violento, em três colónias, com uma já proclamada, unilateralmente, independente e reconhecida por mais de oitenta nações, num processo amigável.

#### SPÍNOLA: A DERRADEIRA CARTADA

O General António de Spínola, que assumiu as funções de Presidente da Junta e, logo a seguir, as de Presidente da República, sendo o criador de uma das duas correntes de opinião mais discutidas para a resolução do problema ultramarino, possuía conhecimentos precisos sobre o problema, encontrando-se, à partida, muito bem credenciado para conseguir levar a bom termo tão momentosa questão.

Mas também tinha, contra si, alguns factores negativos os mais importantes dos quais eram: ter sido, até há pouco tempo, Go-

vernador e Comandante-Chefe de uma das colónias em guerra; haver escrito um livro, de indubitável importância para o processo histórico português mas aonde apresentava uma proposta, muito concreta, para a resolução do problema ultramarino. Só com muita habilidade e argúcia poderia superar estes dois óbices e Spínola, não só não as teve como ainda por cima acumulou erros em demasia.

Começou por rejeitar a redacção primitiva do Programa do MFA, no referente à política ultramarina a desenvolver pelo Governo Provisório, suprimindo uma alínea que previa o reconhecimento do direito à autodeterminação aos povos das colónias e recomendava a tomada de medidas que fossem susceptíveis de promover a sua autonomia política, sem marcar prazos.

Com esta amputação, a parte do Programa que tratava da política ultramarina saiu muito vaga e imprecisa, com uma inquietante indefinição para os olhos dos movimentos emancipacionistas que conduziam a luta armada.

"A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

a) Reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política, e não militar;

b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;

c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz". (7)

Era muito pouco, não sendo — como aliás não foi — susceptível de desmobilizar os movimentos nacionalistas, desconfiados da pessoa do Presidente da República, avessos à sua tese federativa e a verem, na transição política portuguesa, uma ocasião única de conseguirem atingir o fim por que tão arduamente lutavam.

Contudo, este programa, se pouco disse aos nacionalistas africanos, disse, porém, muito aos soldados portugueses esclarecendo-os que o problema não era com eles, mas sim com os políticos, que tinham de criar condições que possibilitassem a paz. E as já muito desmotivadas Forças Armadas Portuguesas, desmotivaram-se, então, de vez.

#### SPÍNOLA, NIXON E MOBUTU

Outro erro grave foi o desastroso discurso proferido a 11 de Junho de 1974, no acto de posse dos Governadores de Angola e Moçambique, eles próprios outro erro, principalmente o primeiro. Ao traçar a linha da política ultramarina portuguesa o General revela que já se encontra ultrapassado pelo tempo e pelos acontecimentos. O seu programa de descolonização, assente em quatro pontos, não passa, afinal, da reactivação do Plano de Paz para a Guiné, concebido pelo Presidente Senghor, dois anos antes; restabelecimento da paz, reconstrução e desenvolvimento, acelerados; implantação de amplos esquemas democráticos de participação e de uma acelerada regionalização das estruturas políticas, económicas e so-

ciais; consulta popular como fórmula final de corporização dos princípios enunciados. Apenas uma novidade, o recurso à consulta popular.

Os movimentos emancipalistas, que tão longa e tenazmente haviam lutado pela independência, contra a dominação portuguesa, enfrentando com determinação, coragem e persistência um potencial bélico devastador, não podiam aceitar um programa destes que precisaria, no mínimo,

duas bons dez anos para se poder concretizar. E depois, que garantias podia oferecer um Presidente da República, provisório, dum regime ainda mal consolidado?

O que Spínola pede é um cheque em branco e nenhum dos movimentos nacionalistas lho passa.

Na sucessão de erros cometidos, seguem-se os célebres encontros com Nixon e Mobutu. Ninguém ignora que Mobutu representa, em África, os interesse

capitalistas, nomeadamente os dos americanos, e que apoiava abertamente a FNLA sendo cunhado do seu mais importante dirigente, Holden Roberto. Spínola não pode desconhecer que "precisamente um dos sonhos dos imperialistas norte-americanos, de que é mero instrumento o famigerado Holden Roberto (...) é a reconstituição do primitivo reino com que depararam, há cinco centúrias, os navegadores portugueses, dando assim origem ao país de África de maiores riquezas potenciais e mais próprio, por consequência, dado o seu desenvolvimento, para as manobras de um colonialismo económico tão caro aos magnates da indústria dos Estados Unidos" (8). Como, em política, o que parece é, Spínola ao encontrar-se com Nixon e Mobutu, revelou cumplicidade com o jogo americano em África.

#### "INDEPENDÊNCIA PARA AS COLÓNIAS"

Todos estes factos, aliados a uma franca hostilização aos três movimentos emancipalistas de raiz portuguesa, tidos pelo General como comunistas, tiraram toda a credibilidade à sua política de descolonização. A partir daí, perde a confiança do MFA e das forças políticas progressistas, passando a enfrentar severas críticas. Spínola não se encontrava na Guiné de outros tempos, coberto por uma máquina repressiva e censora. Por isso, se vê desmascarado e impedido de concretizar os seus desígnios nebulosos. Vencido e sem alternativas, profere a comunicação de 27 de Ju-

## AVISO À POPULAÇÃO

O inimigo atravessa o Rio Zambeze para fugir da presença da Tropa e também para fazer milando com outras populações.

A Tropa tem que defender as populações desses bandidos. Mas a Tropa quando vê gente no rio não sabe se é gente da população, se é bandido.



A população não deve atravessar o rio.  
A população não deve andar junto com bandido.

Tropa vai matar bandido que atravessar o Rio Zambeze.

Tropa vai deitar fogo a todos os barcos.

Não atravessem o rio. Foge dos bandidos.

**SE NÃO, MORRERÁS.**

Panfleto lançado pelo exército português no norte de Moçambique

lho onde, sem ambiguidades mas também sem convicção, reconhece o direito dos povos das colónias à independência, em termos muito mais avançados do que os que constavam da alínea que suprimiu ao Programa inicial do MFA.

Os três movimentos (PAIGC; MPLA; FRELIMO) tiveram a sua origem remota na antiga Casa dos Estudantes do Império, no MUD juvenil, englobando estudantes africanos na metrópole, que decidiram criar, então, um movimento anti-colonialista que contribuisse, integrado na luta antifascista, para o derrube do regime de Salazar e libertação do povo português e das colónias. Sendo todos jovens de expressão portuguesa, foram sensibilizados para o drama que vivia o povo da metrópole, subjugado por uma feroz ditadura de aparência paternalista, e decidiram participar na luta contra o poder autocrático, combatendo o colonialismo que

mais não era do que a outra face e o sustentáculo do fascismo. Deste modo, a luta destes movimentos contra a dominação portuguesa em África, enquadra-se no amplo campo da luta antifascista que, durante anos, foi sendo desenvolvida por milhares de patriotas de todas as raças que, não aceitando a ordem salazarista/marcelista, a combatem, tenazmente, quer no interior quer no exterior do país.

### O MFA

Quando, após o 28 de Setembro, o MFA chamou a si a pesada responsabilidade da planificação da conduta da descolonização, encontrou-se perante uma situação extremamente delicada. Apenas uma actuação e uma política coerentes, de absoluta transparência, seriam susceptíveis de conduzir à solução de tão transcendente problema e possibilitar a concretização da comunicação de 27 de Julho.



À partida, tudo se afigurava difícil e complexo e foi só o crédito de que o MFA dispunha junto da quase totalidade dos movimentos emancipalistas — nomeadamente dos de expressão portuguesa — que já obstara que a situação se tivesse deteriorado bastante mais, durante os meses anteriores, que possibilitou a concretização dum projecto viável e que não deslustra nenhuma das partes. Bem pelo contrário, chega quase a parecer impossível como se conseguiu, num curto prazo, superar as queixas acumuladas por treze longos anos de luta implacável.

Portugal descolonizou criando condições para se poder viver entre gente de bem, na paz desejada. Cumpriu um imperativo histórico, encerrou o ciclo da expansão ultramarina e colocou-se, de novo, no tempo e na história. Com o 25 de Abril!

(1) — Paul Masson: "Revue de Défense Nationale", Junho de 1962

(2) — Almeida Garrett: "Portugal na Balança da Europa" (1830)

(3) — Extracto da mensagem enviada por A. O. Salazar ao Governador e Comandante-Chefe do Estado Português da Índia, General Vassalo e Silva, nas vésperas da invasão da colónia, por forças da União Indiana.

(4) — Marcelo Caetano: conversa em Família, Setembro de 1973.

(5) — Marcelo Caetano: conversa em Família, 28 de Março de 1974.

(6) — Marcelo Caetano: conversa em Família, Setembro de 1973.

(7) — Programa do MFA: B-Medidas a Curto Prazo;

(8) — Cunha Leal: "Ilusões Macabras", 1964.

# A descolonização



vivida no  
«teatro de guerra»

*Duran Clemente, um dos capitães de Abril e do MFA na Guiné-Bissau, relembra-nos que a verdadeira descolonização começou em pleno teatro de guerra com o abraço fraterno dos militares portugueses com os guerrilheiros do PAIGC, FRELIMO e MPLA.*

## Manuel Duran Clemente

### I - TOMADA DE CONSCIÊNCIA

Após seis anos da madrugada do 25 de Abril já muito se escreveu sobre o tema em epígrafe.

Mas os acontecimentos, quer ligados ao dia da Liberdade, quer ligados às suas mais belas conquistas, são quase sempre descritos tendo por enquadramento os factos passados em 1974 e 1975. É normal que assim seja e não vamos fugir à regra. Apenas o tema "descolonização" nos sugere, para reflectir, uma questão sobre a qual somos ten-

tados a descrever muito sucintamente alguns episódios:

### A DESCOLONIZAÇÃO DOS MILITARES

Estamos em 1969. Mobilizado como capitão havíamos chegado a Nampula — norte de Moçambique. Enquanto aspirante, alferes e tenente — quatro anos, — tínhamos sido instrutores de jovens a enviar para a fornalha da "guerra colonial" nas três frentes: Guiné, Angola e Moçambique... A simples circunstância dum filho do ministro

do Exército ser do nosso curso da Academia Militar adiou o início prático da nossa descolonização mental. (Para privilegiar o seu filho o ministro decidira determinar que a partir de então "os oficiais de carreira acabados de sair da Academia Militar só iriam para o Ultramar quando fossem capitães").

Chegados a terras de África é de facto difícil ficar-se impassível perante as contradições fundamentais que diariamente nos levariam a questionar?

— O quê e quem defendemos?

— O quê e quem atacamos?

E a nossa mente, de jovens militares de carreira, começava a ser desbloqueada das falsidades ridículas que nela haviam sido introduzidas nos cursos académicos, ou nas escolas práticas que lhes seguiam, se é que não remontavam já, ao tempo do ensino secundário, como no nosso caso, e no de tantos outros, de escolas militares: Colégio Militar ou Pupilos do Exército.

Absurdos atrás de absurdos, feriam a nossa sensibilidade e consciência. Agudizavam a necessidade dum conhecimento mais real e mais profundo dos acontecimentos em que éramos "marionettes". Injustiças, prepotências e atrocidades germinavam na maior parte de nós, um sentimento de revolta que ao longo dos anos ia tomando forma e adquirindo autonomia/acção.

Como estávamos referindo havíamos sido colocados em Nampula. Nesta cidade moçambicana situava-se o Quartel-General do Norte de Moçambique das Forças Armadas Portuguesas. O porto de Nacala fica a menos de duzentos quilómetros. A este chegavam os barcos, vindos de Lisboa, apinhados de militares: Oficiais e Sargentos de carreira, Oficiais e Sargentos milicianos, Soldados...

Era hábito fazer deslocar a Nacala, em estilo de recepção, um grupo de oficiais do Quartel-General. Quase todos, com missão preestabelecida, contactavam os batalhões que "desciam" em Nacala para tomar o "comboio" — longa fila de carruagens — onde, à semelhança de animais,

entravam compactamente milhares de militares empunhando as suas automáticas timidamente manobradas. Tudo aquilo observado da colina de Nacala tinha o aspecto, o cheiro e o sabor dum "acidente". Minutos antes os Oficiais do Estado-Maior, munidos da sua ciência e dos seus mapas, haviam feito o "briefing" da praxe, mesmo no bar do barco, aos comandos dos respectivos batalhões.

Por razões ligadas ao serviço de intendência era obrigado a ir sempre a Nacala quando chegava o barco de Portugal.

Quantas vezes o alferes, o furriel ou o soldado condutor, que me acompanhavam, olhavam para mim, ou entre si, reprovando todo aquele acidente. Mas lá íamos indo... cada vez tomando mais consciência de que os maiores "acidentes" não ficavam por ali... era um pouco o princípio oficial da anormalidade.

Numa dessas "recepções" a bordo do paquete NIASSA — que provavelmente já sabia o caminho de cor entre Lisboa e Nacala — almoçámos, em ambiente grave uns dez oficiais, quase todos capitães, quase todos contemporâneos da Academia Militar (1). A maioria destes, em fim de comissão, já estava em Lourenço Marques (hoje Maputo) aguardando o regresso a Portugal. Falta-valhes um mês para completar os dois anos. Kaulza de Arriaga em desespero, fora buscá-los, e aos seus batalhões, para uma operação especial. Era o tempo da operação "NÓ GÓRDIO". O conhecido general quis aproveitar tudo e todos; não se fez rogado indo

repescar homens fartos do mato (alguns com dezoito meses de estacionamento no interior daquele território) que já se encontravam de malas feitas para regressar às suas famílias.

Nesse curto almoço vimos a revolta dos nossos camaradas de armas. Esta revolta não era uma questão episódica, ou de ocasião, pelo transtorno causado. Apesar de, já há algum tempo, esperarmos por coisas parecidas, ficámos surpreendidos com a veemência das afirmações "proféticas":

— "Isto não dura mais quatro anos"/

— "A malta que vai na quarta comissão já tem os olhos abertos"/

— "Mas o que é que a gente anda aqui a fazer enquanto os gajos do Estado-Maior não saem de Lisboa"/

Nós que estávamos, pelas razões já aludidas, na primeira comissão, não percebíamos como é que se aguentava, sem interrupção, o ciclo de permanência na guerra: dois anos em África, nove meses em Portugal, dois anos em África, nove meses em Portugal... e assim sucessivamente. Para os Oficiais das armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia era esta a sequência inexorável.

Depois daquelas afirmações regressámos a Nampula mais pensativos mas também mais esperançados.

A "descolonização" estava mesmo a dar-se. A descolonização do conhecimento, é evidente.

Já não havia qualquer atordoamento ou alienação que bastasse, que travasse a consciencialização — nem mesmo aumentos de orde-

nados ou outras panaceias demagógicas.

O contacto, terra a terra, com os povos colonizados, com as suas realidades, as contradições dentro e fora de Portugal, foram factores subestimados pelo FASCISMO que parecia confiar cegamente nos seus militares. Pelo FASCISMO foi também subestimada a dialéctica de todos os processos em que se confrontam as características mais odientas do homem (opressão, exploração, tortura, etc.) com os valores que verdadeiramente o dignificam (sentido da justiça, da verdade, da libertação, solidariedade, etc.)

## OS GRAVES ACIDENTES

Para avaliar da confrontação interior que levaria à descolonização dos militares e desta ao 25 de Abril podíamos ir buscar inúmeros relatos que, prenden-

do-se com o tema geral do nosso escrito, são partes integrantes dum dos mais graves acidentes na história da humanidade — o colonialismo. Os militares foram tendo conhecimento dos casos mais inconcebíveis, uns directamente outros indirectamente. Para muitos a descolonização começou com eles. Por isso não resistimos à tentação de citar o seguinte relato de José Ervedosa (1) major piloto-aviador sobre a situação em Angola em 1970:

É de José Ervedosa, major-piloto-aviador da Força Aérea portuguesa, o seguinte relato sobre a situação em Angola em 1970:

As companhias exigem uma repressão implacável. Esta greve, querem eles que ninguém possa mesmo sonhar que tenha existido algum dia. O Governador-Geral é um "moderado". Mas a seu lado, há um homem experimentado em Goa, o

general Monteiro Libório.

O homem moderado pensa com resignação que há coisas desagradáveis que devem ser feitas. O homem experimentado de infantaria, os aviões "PV-2" e "T-6" e suas bombas de napalm, vindos especialmente das bases da NATO em Portugal (Ota e Montijo), recebem ordens precisas: atirar à vista sobre qualquer grevista na Baixa do Cassange.

"Chegávamos sobre as aldeias que estão alinhadas umas atrás das outras ao longo da estrada, conta um oficial que recusou, por seu turno, participar no massacre. Estavam lá, sentados em fardos, imóveis à vista do avião. Só um sádico poderia ter atirado sobre estas pessoas que não queriam senão dinheiro para comer. Então largávamos bombas nos sítios desertos e voltávamos a Luanda com um peso na consciência, porque não tínhamos tido co-



"Os barcos partiam para África apinhados de soldados"

ragem de voltar com elas”.

Mas depois vieram outros, que não tiveram escrúpulos e que cumpriram a tarefa. Mais tarde outros “TV-2”, outros “T-6”, ainda com napalm, vieram como reforço das bases da Nato do Montijo e Ota, as suas asas resplandecendo com a Cruz de Cristo, insígnia da aviação militar portuguesa. Dezassete aldeias ficaram destruídas e 5 mil homens, mulheres e crianças queimados na Baixa do Cassange.

Hoje as flores de algodão embranquecem de novo o solo. As máquinas fazem o trabalho dos homens.

(in José Ervedosa, *AFRICASIA*, n.º 9, 1970).

(1) José Ervedosa, major piloto que se recusou a continuar a guerra em Angola e se exilou em França.

Mas não fique a ideia de que só em África é que os militares iam aprendendo.

Em Portugal o regime fascista era obrigado, após a morte de Salazar, a encenar uma aparente abertura com a colocação de Marcelo Caetano na direcção dos negócios políticos. As suas “conversas em família” não convenciam ninguém, e muito menos os militares, quando este tinha o desplante de afirmar (sic) “continua a ser possível a um turista percorrer desarmado os territórios da África portuguesa”...

Que poderiam achar desta mais descarada falta de respeito pela verdade, entre outras coisas, os militares que no interior dos territórios colonizados se limitavam a circular em patrulhas, ou em colunas, por zonas perfeitamente limitadas e muito perto dos seus estacionamentos!?

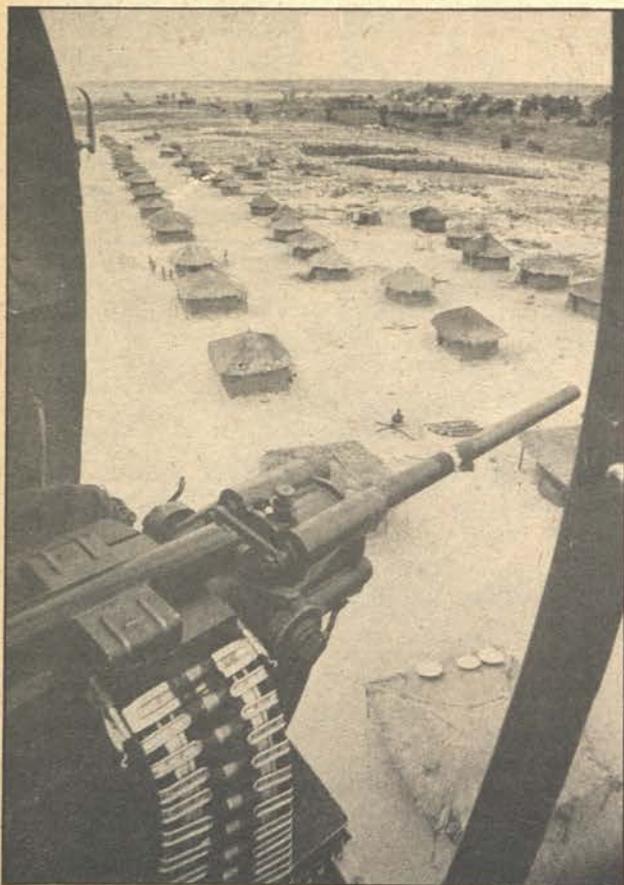
Essa aparente abertura foi também aproveitada por toda a oposição portuguesa. Não foi por acaso que vimos em Aveiro, no 3.º Congresso da Oposição Democrática, alguns militares interessados nos trabalhos e trazendo consigo matéria para estudo e reflexão com outros!

## II – O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO

### A MESMA LUTA

O 25 de Abril trouxe o fim da guerra colonial e impôs a rápida independência dos povos submetidos ao colonialismo português: mas será importante não esquecermos que o reconhecimento do direito dos povos à independência – completa e imediata – não se tratou apenas de uma atitude de justiça para com esses povos. Correspondeu também aos verdadeiros interesses do próprio povo português, ao progresso da humanidade e à causa da Paz.

Os opressores do povo português e toda a reacção fascista, enquanto autores directos e indirectos de todos os crimes e atrocidades contra os povos subjugados, nas então colónias, recolhiam força e recursos, de toda a espécie, para tentar perpetuar a sua dominação. Daí que as lutas pela Liberdade e pela Democra-



*Havia quem se recusasse a reprimir*



Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Agostinho Neto conheceram de perto a luta antifascista em Portugal

cia em Portugal contassem em si como elemento integrante a solidariedade para com a luta libertadora dos povos colonizados. Da mesma forma a luta destes povos foi activamente solidária para com a luta do povo português contra o fascismo. Amílcar Cabral, com a objectividade e clareza que sempre caracterizaram as suas posições, afirmou várias vezes que considerava o povo português como aliado do povo da Guiné e Cabo Verde na sua luta contra a guerra colonial.

A conquista da independência da Guiné-Bissau, de Cabo Verde, Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe e o desejo de verdadeira independência, são aspirações convergentes. A luta pela verdadeira independência de Portugal tornou-se inseparável do reconhecimento do direito à independência dos povos submetidos ao colonialismo. Sabemos quanto se acentuava cada vez mais a dependência de Portugal do monopolismo capitalista internacional. Por isso, com a libertação do fascismo o "Portugal do 25 de

Abril", cortando com um passado de vergonha nacional, emergiu, desde logo, como um país amigo e solidário dos países até então vítimas do colonialismo. Daí o significado histórico, dignificador e redentor do 25 de Abril.

Mas a nossa contribuição, a contribuição da Revolução Portuguesa, não se limitou à chamada "Descolonização", isto é: ao processo conduzido pelos governos, às formalidades, aos acordos e soluções oficiais. Temos que considerar e não esquecer toda a luta travada pelas forças revolucionárias portuguesas e pelos militares progressistas (que nalguns casos oportunamente excedeu a política oficial) para pôr fim imediato à guerra, para que os verdadeiros movimentos de libertação fossem os únicos interlocutores válidos para as negociações e para formar governo após a independência.

No processo de descolonização estiveram sempre presentes as lutas internas e o curso difícil e acidentado da Revolução Portuguesa. Esteve sempre presente o

conflito entre as forças revolucionárias, solidárias com a luta de libertação, e as forças reaccionárias conservadoras, que buscavam desesperadamente uma solução neocolonialista. Mas os resultados finais existem para mostrar que, no fundamental, a contribuição portuguesa para a descolonização se concretizou num saldo muito positivo: uma vitória, esta sim, irreversível, das forças revolucionárias contra as forças do colonialismo e do neocolonialismo.

### AS ORIENTAÇÕES PARA A DESCOLONIZAÇÃO

Derrubado o fascismo podemos considerar que três orientações se instalaram, nos órgãos do poder após o 25 de Abril, visando cada uma a seu modo o cumprimento do programa do MFA.

- Uma pretendia continuar a guerra até obter um acordo tendente a um futuro plebiscito;
- Uma outra admitia formalmente a independência mas pretendia ganhar terreno para que fossem mantidas as posições dominantes de Portugal impedindo a subida ao poder dos movimentos de libertação que fizeram a luta;
- A terceira orientação defendia o fim imediato da guerra e negociações com os movimentos de libertação com vista à independência completa.

No primeiro caso tal orientação levava a que em vez de "independência" se falasse em "autodetermina-



Spínola na mata da Guiné. Estava ainda longe a tese neocolonial do federalismo

ção” mas, com o fim de que esta impedisse aquela. Spínola um mês depois do 25 de Abril falava violentamente contra os movimentos de libertação. Declarava que a independência imediata era a negação dos ideais democráticos e por exemplo, relativamente à Guiné pretendia a todo o custo reanimar o dito “Congresso do Povo” — organização fantoche dominada por antigos súbditos dos colonos, manipuláveis e dispostos a novas formas de colonialismo. Sá Carneiro, Palma Carlos, e outros, afectos a esta orientação, propalavam a ideia de que nos “programas” não se falava em “independência” mas sim em “autodeterminação”. Exigiam “eleições em Portugal e no Ultramar”; em suma, defendiam a tese federalista (conhecida da segunda parte do livro “Portugal e o Futuro” e estimada por outros pensantes), isto é, independência fictícia para as ex-colónias no esquema duma “federação luso-tropical” com capital em Lisboa ou em Luanda. Esta a tese dos sectores reacçãoários e conservadores, de Spínola e seus apaniguados, de Sá

Carneiro e do seu partido, etc.

Quanto à segunda orientação, com mais ou menos variantes, era a tese de alguns dirigentes do PS e de alguns sectores do próprio MFA. Mário Soares, civil e exilado, não conhecia a extensão do fracasso militar português na Guiné e em Moçambique, nem a profundidade da revolta dos militares contra a guerra. Achamos oportuno citar um conhecido escritor político, Márcio Moreira Alves, pelas referências que faz no seu livro “Os Soldados Socialistas de Portugal”; parecem-nos a propósito as seguintes passagens que falam de Mário Soares:

“(…)” O seu partido, mais uma ideia do que uma organização, não lhe dava ainda um peso específico na vida do país e não desejava ele arriscar as vantagens que o aparelho de Estado poderia trazer à sua consolidação recusando-se a seguir as ordens que, por muitas razões, acreditava serem representativas do MFA. Além disso, Mário Soares era um político da Europa onde vivera sempre, onde se formara ideologicamente, onde encon-

trara apoios materiais e políticos. Os problemas africanos, as lutas dos povos subdesenvolvidos pela sua independência não tinham muito lugar na experiência do seu mundo “...” Quando Mário Soares tomou o avião para Dakar penetrava num jogo complicado, de múltiplos parceiros sem conhecer perfeitamente as suas cartas e arriscando a ser, a qualquer momento, sabotado pelo General Spínola ou pelo aparelho diplomático herdado do fascismo e que se conservava intacto. Os seus trunfos poderiam ter sido uma firme posição política a favor da independência das colónias, e comunicações directas com os verdadeiros líderes do MFA (2). Não possuía nem um nem outro. O máximo que poderia fazer eram declarações anónimas e marcar um encontro posterior para Argel “(…)”

Quanto à terceira orientação que defendia o fim imediato da guerra e a subida ao poder dos movimentos de libertação era a posição dos sectores revolucionários, das forças progressistas do país, da sua opinião democrática, e do sector mais consciente do MFA.

A confrontação entre estas três concepções iria dar-se de forma muito irregular e num processo não menos sinuoso. O próprio Spínola pressionado pelos acontecimentos (ver mais adiante a moção aprovada em Bissau a 1.7.74) acabaria por declarar em 27 de Julho de 1974 o reconhecimento do direito à independência dos povos colonizados. Mas até à proclamação da independência de

Angola a luta manter-se-ia acesa.

### OS TRAÇOS COMUNS DO PROCESSO

Excluídas as duas excepções, Timor e Macau, e apesar de diferenças nos processos de descolonização que, após o 25 de Abril, conduziram à independência os vários territórios colonizados pelo fascismo português, verificaram-se traços comuns a todos eles. Vale a pena defini-los e desenvolvê-los um pouco a seguir:

— primeiro traço comum: o neocolonialismo inicialmente proposto pe-

los órgãos do poder como solução foi ultrapassado pela luta das forças revolucionárias quer portuguesas quer africanas;

— segundo traço comum: as diversas tentativas de criação de movimentos fantoches fracassaram perante a força dos movimentos de libertação e a luta das forças revolucionárias portuguesas;

— terceiro traço comum: a tentativa de aproveitamento dos elementos, que nas forças armadas portuguesas pretendiam conter os movimentos de libertação, e impor soluções neocolonialistas, foram ultrapassados pelo MFA que en-

tendeu dever agir para concretizar a independência dos povos;

— quarto traço comum: fracassaram as grandes tentativas de golpes armados nas ex-colónias conjugados com as tentativas contra-revolucionárias em Portugal.

### a) NEOCOLONIALISMO

Estamos recordados que no programa do MFA sob o tema "política ultramarina" se apontava para a solução política, para o debate do problema e para uma acção que conduzisse à Paz. Mas este texto final já foi uma cedência a Spínola pois corresponde a uma adulteração do texto inicial dos capitães de Abril onde constava uma chamada "ao claro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação". Assim, tal texto na sua forma final adia a solução de fundo. Embora o programa acabasse por ser ultrapassado pelos factos as forças adversas da Revolução não se davam por vencidas.

O episódio que a seguir narro é bem a expressão dessa persistência. Estávamos como sabemos, na Guiné-Bissau, onde a Comissão do MFA reunia todos os dias, ao fim da tarde, com o então Brigadeiro Carlos Fabião. Este militar (apesar de todas as críticas pontuais que possamos fazer-lhe) teve o mérito histórico de não decidir nada de fundamental sem obter o consenso das estruturas do MFA através dos órgãos próprios e representativos do Movimento. Uma tarde, acabados de chegar, depáramos com uma montanha de fotografias coloridas do General Spínola então Presidente da República. Eram

BOLETIM INFORMATIVO N.º 1 - 1-JUNHO-74

# M.F.A. NA GUINÉ

SECRETARIADO - AVENIDA ARNALDO SCHULTZ, 32 - BISSAU

## Directivas para a estruturação democrática do M.F.A. e preservação da disciplina e hierarquia

1 - O Movimento das Forças Armadas da Guiné, seguindo a orientação política do Partido da Revolução Africana, tem como objectivo a libertação da Guiné e a realização de um processo democrático de desenvolvimento social, económico e cultural. Este processo é a expressão da vontade popular e a base da construção de uma sociedade socialista.

2 - O Movimento das Forças Armadas da Guiné, seguindo a orientação política do Partido da Revolução Africana, tem como objectivo a libertação da Guiné e a realização de um processo democrático de desenvolvimento social, económico e cultural. Este processo é a expressão da vontade popular e a base da construção de uma sociedade socialista.

3 - O Movimento das Forças Armadas da Guiné, seguindo a orientação política do Partido da Revolução Africana, tem como objectivo a libertação da Guiné e a realização de um processo democrático de desenvolvimento social, económico e cultural. Este processo é a expressão da vontade popular e a base da construção de uma sociedade socialista.

4 - O Movimento das Forças Armadas da Guiné, seguindo a orientação política do Partido da Revolução Africana, tem como objectivo a libertação da Guiné e a realização de um processo democrático de desenvolvimento social, económico e cultural. Este processo é a expressão da vontade popular e a base da construção de uma sociedade socialista.

5 - O Movimento das Forças Armadas da Guiné, seguindo a orientação política do Partido da Revolução Africana, tem como objectivo a libertação da Guiné e a realização de um processo democrático de desenvolvimento social, económico e cultural. Este processo é a expressão da vontade popular e a base da construção de uma sociedade socialista.

6 - O Movimento das Forças Armadas da Guiné, seguindo a orientação política do Partido da Revolução Africana, tem como objectivo a libertação da Guiné e a realização de um processo democrático de desenvolvimento social, económico e cultural. Este processo é a expressão da vontade popular e a base da construção de uma sociedade socialista.

## REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

1 - O Movimento das Forças Armadas da Guiné, seguindo a orientação política do Partido da Revolução Africana, tem como objectivo a libertação da Guiné e a realização de um processo democrático de desenvolvimento social, económico e cultural. Este processo é a expressão da vontade popular e a base da construção de uma sociedade socialista.

2 - O Movimento das Forças Armadas da Guiné, seguindo a orientação política do Partido da Revolução Africana, tem como objectivo a libertação da Guiné e a realização de um processo democrático de desenvolvimento social, económico e cultural. Este processo é a expressão da vontade popular e a base da construção de uma sociedade socialista.

3 - O Movimento das Forças Armadas da Guiné, seguindo a orientação política do Partido da Revolução Africana, tem como objectivo a libertação da Guiné e a realização de um processo democrático de desenvolvimento social, económico e cultural. Este processo é a expressão da vontade popular e a base da construção de uma sociedade socialista.

Fac-simile do n.º 1 do boletim do MFA, na Guiné

nada menos do que 27.000 exemplares que o megalómano General enviara a Fabião com a ideia de as fazer distribuir na Guiné, convencido (!) de que o povo guineense o elegeria num plebiscito. Carlos Fabião e o MFA hesitaram em contrariar as pretensões do General, não só neste caso, como sobretudo noutros de maior importância. Conosco, MFA na Guiné, de facto Spínola tinha duas grandes desvantagens que fortemente contrariavam os seus desígnios: — conhecia-mo-lo melhor que ninguém; — era bastante odiado pelos revolucionários africanos que não podiam esquecer o assassinato de Amílcar Cabral; mas, Spínola estava talvez convencido do contrário. Depositava inexgotável confiança nos militares que tinham trabalhado sob as suas ordens até há pouco tempo. Esqueceu-se de muita coisa fundamental, como por exemplo, da seriedade de Fabião (em princípio seu homem de confiança) ao analisar as verdadeiras realidades do processo revolucionário da descolonização em comunhão de raciocínio com os jovens capitães do MFA em Bissau. Na falta de argumentos, hoje, Spínola escreve livros repletos de meias verdades, difamando tudo e todos com ideias contrárias às suas. Deviam-lhe incutir algum respeito, porque não é utilizando a calúnia que se rebatem as ideias opostas. Spínola no seu livro "Rumo ao Futuro" mais não faz do que colocar-se na dimensão que lhe resta, faz ficção com a mente perturbada de quem rasteja com a mentira, a falsidade e a deturpação

pág. 40 n.º 23/Maio 80

dos acontecimentos que nem sequer viveu. Ao atacar os oficiais do MFA da Guiné diz o pior que lhe vem à cabeça provavelmente por frustração, por raiva, por ter perdido... Com tão mau perder nunca podia ter sido alguma vez um vencedor de causas justas.

Ainda em relação a Cabo Verde, Spínola, em Agosto de 1974, afirma que pelo facto de ali não ter havido guerra era levado a concluir que a autodeterminação se deveria processar através dum referendo. Três dias depois, mas agora em relação a Angola, era a própria Junta de Salvação Nacional que preconizava eleições por sufrágio universal, directo e secreto. Antes do 28 de Setembro, Spínola, recebia agentes do colonialismo, e privadamente conversava com delegados da FNLA, sob a justificação ridícula de "representantes das populações de Angola". Também com Moçambique as coisas não variavam muito: grande esforço faziam para que não fosse a FRELIMO a assumir a responsabilidade de formar governo com a capa do plebiscito.

#### **b) TENTATIVA DE CRIAÇÃO DE MOVIMENTOS NEOCOLONIALISTAS**

Em todos os casos as forças adversas à Revolução fizeram esforços para afastar do processo os movimentos de libertação que durante mais de uma dezena de anos conduziam a luta.

Na Guiné-Bissau: apareceram a FLING, a Liga Popular dos Guinéus, a Frente Unida para a Libertação, a União Democrata da Guiné e outras.

**Em Moçambique:** com grande propaganda Joana Simeão, Domingos Arouca e outros lançaram os seus grupos — a FUMMO, a GUMO, a FICO, etc.

**Em Angola:** onde pela sua extensão e características especiais da luta, toda a convulsão se deve especialmente à desesperada cobiça do capitalismo nacional e internacional. Por isso já no tempo do fascismo se apoiava a UNITA... procurou-se dar agora a ideia de que tal flexibilidade (!) obedecia a uma estratégia revolucionária (!) de Jonas Savimbi. E a UNITA foi assim promovida a "Movimento de Libertação". As contradições e dificuldades do processo deram-lhe assento em Alvor. Também a FNLA, apoiada por tudo o que era ideologia e material contra-revolucionário, foi "distinguida" com o rótulo de movimento de libertação. Mais do que rotulada; pelas mesmas razões acabaria por ter assento nos acordos de Alvor.

**Em Cabo Verde:** apareceram a União Democrática de Cabo Verde e a União Para a Independência de Cabo Verde. Ambas tinham ligações, a elementos da PIDE e a neocolonialistas, que planeavam assassinar quadros dirigentes do PAIGC.

Mas as justas posições dos militares conscientes do MFA, que sabiam não estar sozinhos, anularam todas as tentativas para inverter o curso da história. Com eles evidentemente a luta incessante a todos os níveis, não só dos autênticos Movimentos de Libertação, cujos combatentes patrioticamente há muito lutavam pelo fim do colonialismo, como também a



*Aristides Pereira e Luís Cabral conversam com o major Hugo dos Santos, na altura delegado do MFA*

luta solidária do povo português e de outros povos do mundo que inclusivamente viriam a associar-se à libertação no terreno da luta armada, v.g. libertação de Angola.

### **c) A ACTUAÇÃO PRONTA DO MFA**

Existem tendências nas Forças Armadas, e no próprio MFA, receptivas não só à contenção dos movimentos de libertação como a servir os desígnios dos que pretendiam soluções neocolonialistas, com ou sem disfarces.

Desse perigo nos apercebemos logo a nível do MFA na Guiné-Bissau. De tal forma que, perfeitamente conscientes, fomos obrigados a remeter para Lisboa a principal hierarquia que em Bissau substituíra Spínola e seu Estado-Maior há cerca de um ano. Nos

principais postos foram, imediatamente a 27 de Abril, colocados homens do MFA e quando, como delegado da Junta, o Brigadeiro Carlos Fabião, em 7 de Maio, chegou a Bissau, numa tentativa "in extremis" de Spínola, para recuperar o seu terreno perdido, o MFA da Guiné, disciplinadamente, obedeceu à decisão da Junta mas logo entrou em diálogo franco e aberto com o novo chefe político-militar. Diálogo que, como dissemos, foi correspondido por este. Foram-lhe presentes todos os planos de acção, adequados ao momento histórico que se estava vivendo, e, inclusivamente para evitar a indisciplina (calcanhar de Aquiles muito aproveitado pela reacção) foram feitas directivas para a estruturação democrática do MFA e a preservação da disciplina e hierarquia (ver anexo).

De notar que este documento elaborado pelo MFA/Guiné-Bissau e assinado pelo então Brigadeiro Carlos Fabião foi uma verdadeira bóia de salvação para os comandos militares. Estes debatiam-se com sérias dificuldades para conter, por um lado, as justas reivindicações dos seus subordinados, mas por outro, muitos exageros e radicalismos oportunistas. Foi exactamente com a criação das "delegações do MFA", que integravam além do Comandante de cada unidade, 2 oficiais, 2 sargentos e 2 praças, que a disciplina se normalizou e se passou a acatar todas as directivas superiormente difundidas quer de carácter político quer de carácter estritamente militar. Por isso entre Spínola e as Forças Armadas na Guiné-Bissau chegou a existir uma situação de conflito aberto.

Spínola acusava de "traidores" aqueles que se opunham aos seus planos, e, para cúmulo, chegou a chamar a Lisboa, para os prender, cinco oficiais do secretariado do MFA na Guiné-Bissau e o trissemanário que o MFA mantinha em publicação em Bissau foi o primeiro jornal a mandar suspender. No entanto, como a situação real era clara e não tinha nada a ver com as pretensões de Spínola, Costa Gomes interferiu e nem os militares "traidores a Spínola" foram presos nem a publicação do jornal de Bissau deixou de continuar a fazer-se.

Os militares — soldados, sargentos e oficiais — negavam-se a retomar os combates e confraternizavam com os combatentes do PAIGC, da FRELIMO e do MPLA. Em correspondência com esta evolução e correlação de forças os militares conservadores eram substituídos nos lugares de chefia das colónias por militares progressistas.

Aquilo que, com Spínola, não era reconhecido em

Lisboa era reconhecido pelas Forças Armadas no terreno, junto do povo das próprias colónias. Documento disso significativo é a moção aprovada em Assembleia Geral do MFA realizada em Bissau a 1 de Julho de 1974, em que cerca de mil militares (praças, sargentos e oficiais) se pronunciaram em esmagadora maioria (apenas com duas abstenções) por uma descolonização sem ambiguidades. Dada a sua extensão limitamo-nos a citar a parte final da mesma:

(...)

Repudiando uma eventual solução do problema, sem o acordo do Governo Central, devido às consequências negativas que provocaria na situação política em Portugal, além de criar um grave precedente que instigaria as forças reaccionárias do racismo branco a tentarem também soluções unilaterais em Angola e Moçambique;

Verificando que o impasse da solução política para a Guiné está a contribuir para a deterioração da situação política em Portugal comprometendo a credibilidade interna e externa do Governo Provisório por

fazer duvidar da sua real capacidade para executar uma "política ultramarina que conduza à paz";

Tendo em conta que a assinatura de um acordo político justo na Guiné constituiria um importante contributo para a consolidação da democracia em Portugal e abriria o caminho para o encontro de soluções políticas mutuamente aceitáveis para Angola e Moçambique na base do reconhecimento inequívoco do direito à independência;

E tendo em conta, a existência de um perigo real de recomeçarem as operações militares, o que seria trágico não só pelas vítimas inúmeras a que tal daria lugar mas sobretudo por ser possível a derrota militar que justamente o 25 de Abril quis evitar;

Delibera:

1. Repudiar qualquer solução local e unilateral que não seja aceite pelo Governo Central de Portugal;

2. Exigir que, vencendo os obstáculos levantados pelas forças reaccionárias e neocolonialistas, o Gover-



O comandante Julinho, comissário político das FARP, confraterniza com dois oficiais portugueses na Guiné-Bissau



Cacine, sul da Guiné, 1974. Encontro entre os militares portugueses e os guerrilheiros do PAIGC. A guerra tinha acabado

no português, de acordo com as resoluções pertinentes da ONU, reconheça imediatamente e sem equívocos, a República da Guiné-Bissau e o direito à autodeterminação e independência dos povos de Cabo Verde, única política susceptível de conduzir à paz verdadeira;

3. Exigir que sejam imediatamente reatadas as negociações com o PAIGC, não para negociar o direito à independência mas tão só os mecanismos conducentes à transferência dos poderes;

4. Exigir que sejam desde já dadas por findas as comissões de todos os militares com 18 meses no mato ou 21 meses em Bissau, processando-se a evacuação gradual dos restantes militares nos termos dos acordos a celebrar com o PAIGC;

5. Apelar para que os militares portugueses enca-

rem a sua presença actual e futura na Guiné, como uma forma de prestar à sua cooperação desinteressada ao povo da Guiné, assim contribuindo para o pagamento da dívida histórica criada pelo colonialismo português. "(...)"

(Assembleia do MFA — Bissau — 1 de Julho de 1974).

#### **d) GOLPES CONTRA- REVOLUCIONÁRIOS FRACASSADOS**

O mundo capitalista não só temia perder as suas posições nas antigas colónias portuguesas como não podia admitir que pela natureza revolucionária dos movimentos de libertação os novos países independentes adoptassem uma firme política anticapitalista. Ainda hoje estamos por saber o que foi tratado e acordado

entre Spínola e Nixon (16/9/74), entre Spínola e Mobutu (14/9/74) e entre Mário Soares e Kissinger (18/9/74).

Depois dos "maus exemplos" para a contra-revolução, relativamente à Guiné-Bissau e a Moçambique, toda a reacção moveu esforços para que o mesmo não acontecesse com Angola e Cabo Verde. Estes países, para além do mais, eram considerados indispensáveis à segurança e estratégia dos Estados Unidos. Não podia o MPLA nem o PAIGC assumir nesses o poder. Para tais aspirações os acontecimentos voltaram a não correr pelo melhor; assim, tendo o PAIGC assumido também o poder em Cabo Verde, todos os esforços dessas forças mais se concentraram sobre Angola.

Tropas sul-africanas invadem Angola e avançam para o norte. Com elas merce-

nários de diversas origens. Ao mesmo tempo a partir do Zaire a FNLA também com mercenários e dispondo igualmente de tanques e apoio aéreo avança em direcção ao sul. Encurrular o MPLA em Luanda e esmagá-lo era o objectivo.

Enquanto isto, em Portugal, não admira que as forças reaccionárias fizessem coro com o espantinho da balcanização do território de Angola, etc., etc., exigindo a formação de um governo com os três movimentos. O que admira é que o PS e Mário Soares tivessem responsabilidades históricas no erro monstruoso do VI Governo Provisório: no dia 11 de Novembro de 1975 não foi oficialmente reconhecida a República Popular de Angola por Portugal.

As forças políticas portuguesas, desde o PS às mãis à sua direita, jogaram no êxito da intervenção armada sul-africana. Mas não foi só esse o erro cometido. Quando o MPLA constituiu governo e derrotou, não só no campo da luta armada, os seus adversários, como mesmo no campo da diplomacia, ao ser reconhecido por quase uma centena de países, nem mesmo assim o governo português de então mudou de atitude. E mais uma vez foi ainda a intervenção dos militares (Costa Gomes e Melo Antunes) que tentou salvar a honra do concerto "obrigando" a um reconhecimento apesar de incrivelmente tardio (fomos o 88.º país a reconhecer a R.P.A.).

Mas se a independência de Angola marcou o fim do colonialismo português

marcou também a intensificação da conspiração e da revanche neocolonialista.

As forças contra-revolucionárias pela boca dos seus porta-vozes tecem toda a espécie de críticas à descolonização. As Forças Armadas são acusadas de não ter honrado a sua história. A descolonização é dado o epíteto de "abandono", "entrega", "venda", "traição", "derrota".

### VITÓRIA DAS FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS

Mas no fundamental, e isso é que efectivamente a reacção nacional e internacional não perdoam, a realidade foi esta:

— a 26 de Agosto de 1974 deu-se o reconhecimento oficial português da já independente Guiné-Bissau;

— a 25 de Junho de 1975, a independência de Moçambique;

— a 5 de Julho de 1975, a independência de Cabo Verde;

— a 12 de Julho de 1975, a independência de S. Tomé e Príncipe;

— a 11 de Novembro de 1975, a independência de Angola.

Contra todas as tentativas, das quais procurámos descrever as mais significativas, à frente dos novos Estados ficaram os movimentos revolucionários e os seus dirigentes, voltados para a construção de sociedades progressistas.

Foi uma grande vitória do 25 de Abril. Tornou-o um acontecimento de pro-

fundas repercussões, não só para os portugueses como para os povos da África Austral e modificou o panorama político mundial.

Os reflexos não param. Com orgulho podemos referir a recente independência do Zimbabwe. Com orgulho, qualquer que tenha sido para nós, no campo pessoal, a consequência do nosso empenhamento na luta estamos de cabeça levantada, certos de que com o cumprimento do nosso dever contribuímos um pouco para resgatar e redimir Portugal e merecer o verdadeiro heroísmo dos que morreram e sofreram pela Libertação dos Povos.

(1) De sublinhar que a partir do início da "guerra colonial" a Academia Militar abriu as portas aos filhos das classes mais desfavorecidas. A elite militar deixou de mandar para lá os seus filhos. Este factor é apontado como muito importante na preparação do 25 de Abril.

(2) Contra a posição do MFA, Spínola impediu sempre que militares da Guiné estivessem presentes nas negociações de Argel ou de Londres. E estas acabariam por só ter algum progresso depois da intervenção de Melo Antunes e após contacto deste com os seus camaradas do MFA da Guiné.

**Duran Clemente: um dos fundadores do Movimento dos Capitães na Guiné-Bissau, em Julho de 1973.**

**Fez parte da comissão coordenadora do MFA na Guiné; regressado a Portugal foi oficial da 5.ª Divisão do EMGFA e entre outras funções foi porta-voz da Assembleia do MFA. Após o 25 de Novembro, a hierarquia militar de direita então emergente afastou-o compulsivamente das Forças Armadas.**



## As nacionalizações no Portugal Democrático (reflexão em Abril de 1980)

*Realizadas numa situação de emergência e resultado do avanço revolucionário, as nacionalizações dos sectores base da economia são hoje alvo da recuperação capitalista*

Sérgio Ribeiro

### EVOLUÇÃO PRÓXIMA DA ECONOMIA PORTUGUESA

A evolução da economia portuguesa durante o fascismo, se evolução própria do modo de produção capitalista, portanto de sistema, apresenta características particulares inerentes às condições da sociedade portuguesa e ao regime (e sua concretização), resultantes da relação de forças sociais. Para a compreensão do processo das nacionalizações — não teórico mas real — é indispensável uma caracterização mínima dos antecedentes, e do processo em que se insere, ainda que em momento de ruptura. Aliás, a ruptura com um (ou de um) processo de desenvolvimento social (ou tão-só de crescimento eco-

nómico), mesmo realizando-se totalmente, não invalida a necessidade de considerar, e ter de enfrentar, as condições “herdadas”.

A criação de grupos monopolistas é inevitável na evolução do capitalismo. Resulta do desenvolvimento incessante das forças produtivas que, por sua vez, implica (e é acelerado) a centralização e concentração do capital. No caso de Portugal, a centralização e concentração do capital, e assim a formação de grupos monopolistas, não resultaram, no entanto, do que se poderia considerar um processo natural, antes foram impostos, ou acelerados de forma violenta, por intervenção superestrutural, pelo governo fascista.

Sem se ter a intenção de apresentar o “modelo sala-

zarento”, dir-se-á que a criação de grupos monopolistas, por via do Estado, com medidas legislativas e despachos ministeriais, é um dos seus traços definidores.

Até ao final da década de 30, em simultâneo com e depois da “construção do edifício” do Estado Novo, arquitectado na Constituição de 33, no Estatuto do Trabalho Nacional de 34 e na Lei de Reconstrução Económica de 35, o que melhor caracteriza a política económica do fascismo português foi o deliberado apoio à criação de grandes grupos financeiros. Esse apoio tomou formas i) directas, como pressões para “casamentos” de capital fundiário e transitário com capital bancário, ii) semi-directas, como concretiza-

ção de todo o tipo de protecções por via repressiva (direitos civis e sindicais, concorrência externa e interna), iii) indirectas, como obras públicas e "fornecimento" de infra-estruturas adequadas utilizando dinheiros públicos.

Esta fase, embora interrompida pela guerra e interpenetrada pela fase que se lhe seguiu, prolongou-se até ao fim da década de 40 (a LRE, com a duração de 15 anos!, terminou em 1950), e nela se teriam estruturado os grupos monopolistas que dominariam o Capitalismo Monopolista de Estado português, que começou por existir sem existirem (ou enquanto se formavam) os monopólios.

Uma segunda fase começou com a "viragem" da política portuguesa (alianças privilegiadas) a meio da guerra, e a verificação de qual o lugar de Portugal entre os países da Europa. Essa verificação, feita por tecnocratas investidos em responsabilidades políticas que têm homólogos mais contemporâneos nos eurocratas, era também uma confissão e um anseio (1). Não foi indiferente a tomada de consciência de que, antes da guerra, Portugal estava em 22.º lugar na Europa, no que respeita a indicadores de desenvolvimento económico, com 14,4 por cento do indicador da Suíça, e só tendo com níveis inferiores a Lituânia, a Roménia, a Bulgária e a Albânia.

Foi a fase da "industrialização", da necessidade de capacidade "concorrencial", da opção "fomento", com projectos de "carácter mais vincadamente produtivos" (2). Durante esta fase, consolidou-se o domí-

nio dos grupos criados ou em formação, particularmente associando capital industrial, ou tomando iniciativas nessa área. E a centralização e concentração de capital, apressada quando não promovida pela intervenção estatal, levou ao aparecimento de grupos monopolistas ligando capital fundiário, transitário, financeiro e industrial, embora não se tendo modificado o "environnement" proteccionista.

Esta fase prolonga-se por uma outra, marcada pela necessidade de "abrir" a uma Europa em processos capitalistas de concerto de economias nacionais, pelo afrouxamento do proteccionismo relativamente ao capital estrangeiro, pela crescente importância das relações externas, exportação como necessidade, remessas de emigrantes reflexo do histórico êxodo, receitas do turismo jogada a carta do sol, e do verão a passar o inverno em Portugal. Pela(s) guerra(s) colonial(ais)!

De qualquer modo, uma dúzia de grupos monopolistas controlavam e dominavam a economia portuguesa no decurso e termo de uma evolução, reforçado esse domínio e controlo mesmo quando a economia parecia "abrir-se", até porque a importância dos bancos nos grupos era enorme, o capital estrangeiro arriscava pouco e aproveitava todas as "facilidades" bancárias que eram pródigas. E pode dizer-se que a economia portuguesa cresceu *o que e como* esses grupos quiseram ou foram capazes.

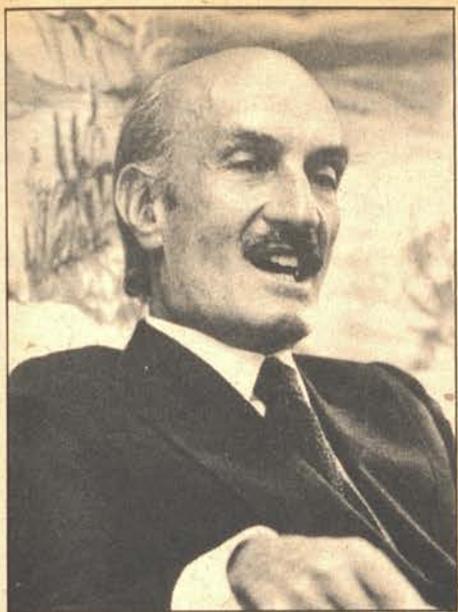
Só a título de exemplo: a CUF (Mellós), com adubos,

tabacos, celulose, sabões, bancos, seguros, transportes, construções navais, produtos farmacêuticos, edição; Champalimaud, com cimentos, siderurgia, bancos, seguros, celulose, jornais; Espírito Santo, com bancos, seguros, petróleo, transportes, electricidade, cervejas; e o Banco Português do Atlântico, e o grupo Vinhas, e o grupo Borges, e o grupo Delfim Ferreira, e o BNU e as colónias. Diversificados, concretizando fusão de capitais, particularmente bancário e industrial, os grupos monopolistas tinham sido criados, estavam instalados, "eram" a economia portuguesa, um Capitalismo Monopolista de Estado modesto e doméstico.

#### A NECESSIDADE DAS NACIONALIZAÇÕES

Os documentos que, procurando soluções políticas de acordo com os objectivos dos signatários, analisavam e analisam a situação e evolução económicas de Portugal, não podiam deixar de ponderar cuidadosamente o peso desses grupos monopolistas.

Os autores e forças políticas que, por origem de classe e/ou por se inserirem numa perspectiva histórica, entendem dever conhecer o passado e o presente, não para os perpetuar ou prolongar, mas para os modificar, para transformar o mundo, esses autores e essas forças políticas não podiam deixar de considerar que os grandes grupos monopolistas "nacionais", nalguns casos associados a transnacionais, sempre com pontes e participando no imperialismo, dominavam a



Champalimaud e Vinhas chefes de dois grupos monopolistas destruídos pelo processo revolucionário

vida nacional, pela sua capacidade de domínio e controlo da vida económica.

Não se pode estranhar, por isso, que o importante documento "Rumo à Vitória" (3) escreva explicitamente: "Liberte-se Portugal da dúzia de grandes grupos monopolistas e o povo e o país libertar-se-ão dos seus maiores e principais inimigos" (4).

Esta verdadeira conclusão decorria da análise da evolução e situação económicas, feita no começo dos anos 60, e estava entre os últimos parágrafos de um capítulo com o título "Pela abolição dos monopólios", que era o segundo do relatório, de imprescindível leitura para a compreensão das "coisas portuguesas". Logo depois, pode ler-se: "A nacionalização dos bancos e dos grupos monopolistas arrancará às mãos gananciosas de uma centena de famílias parasitárias os sectores fundamentais da

economia nacional" (5) e "Só a libertação do poder dos monopólios poderá permitir o aproveitamento das riquezas nacionais, o amplo desenvolvimento da economia..." (6).

Parece-nos, no entanto, que é importante sublinhar que, entre estas duas frases, se afirmava que a "tal nacionalização (dos bancos e dos grupos monopolistas) pode operar-se sem qualquer perturbação séria no curso da produção e na vida económica e financeira do país." Também nos parecia possível ou, como hoje se diz, cenário... Mas a esta possibilidade voltaremos.

Poder-se-ia recorrer a outros documentos para, no mesmo sentido, mostrar a consciência da necessidade das nacionalizações para uma efectiva transformação social. Só acrescentamos mais uma frase de um outro, o "Programa da Comissão Democrática Eleitoral de Lisboa (CDE), de

1969, onde se lê: "... devem nacionalizar-se, incluindo nesta expressão a passagem à propriedade municipal, as empresas que se dirigem à satisfação de *necessidades colectivas, aquelas que controlam sectores-chave do desenvolvimento planeado à escala nacional e regional, e aquelas que servirão para promover a reconversão de sectores regressivos*" (7).

Desta citação última, importa reter i) a preocupação relativa ao que hoje se relaciona com a política das autarquias locais, ii) a referência expressa ao desenvolvimento planeado ligando-o a sectores-chave, e iii) a enumeração "arrumada" das empresas a nacionalizar. Neste documento, também estava expressa a prevenção quanto ao cuidado a ter para que as nacionalizações não viessem a servir os interesses capitalistas, mas sim a "classe trabalhadora", e a preocupação quanto às interligações

entre os interesses privados e administração pública.

É evidente que a questão do Estado é a questão central, e por ela se terá de medir a questão das nacionalizações. De qualquer modo, a situação da economia portuguesa, no ano de 1974, tornava claro que só a reforma agrária, e a colocação ao serviço de um desenvolvimento planificado (ou de uma transição para que ele fosse exequível) do domínio tido pelos grandes grupos monopolistas sobre a economia global, tornavam possível modificações de fundo na sociedade portuguesa, e não a adaptação a novas condições prosseguindo os objectivos da exploração da força de trabalho.

#### AS NACIONALIZAÇÕES NO PROCESSO DESENCADEADO PELO 25 DE ABRIL

Dentro desta perspectiva, a Revolução, como efectiva transformação da sociedade portuguesa, tem duas etapas: a democrática e nacional e a socialista. Como escreveu Álvaro Cunhal,

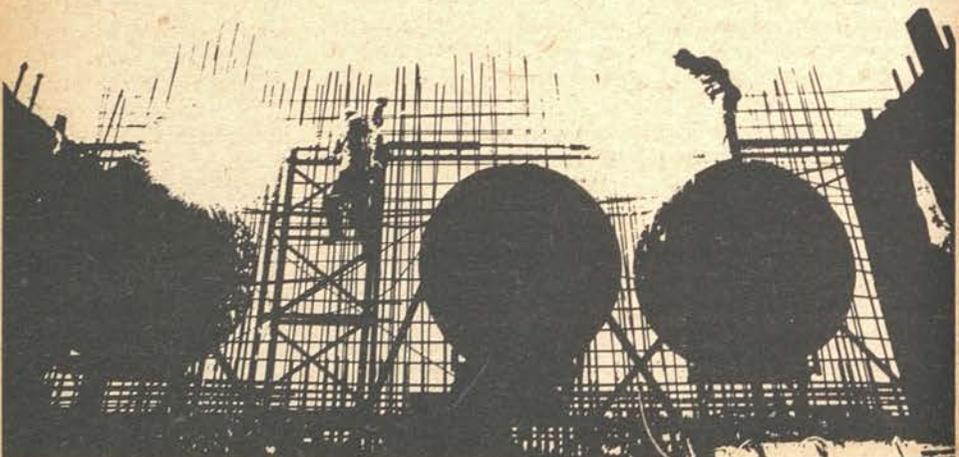
“uma democracia burguesa, por mais avançada que fosse, não poderia satisfazer as reivindicações e objectivos indicados pelo PCP para a Revolução Democrática e Nacional (liquidação do poder dos monopólios, nacionalizações na escala indicada, reforma agrária, libertação do imperialismo, reconhecimento da independência dos povos coloniais, etc.)” (8). O processo das nacionalizações aproximou as etapas e/ou levou à coincidência de elementos das duas num certo momento (histórico) e veio perturbar e desorientar forças políticas, fazendo explodir as suas contradições (9).

Surge, aqui, o convite, à retrospectiva, do que “poderia ter sido” a concretização do processo desencadeado pelo 25 de Abril. Em termos de exercício, o processo de transformação social dependeria do comportamento dos grupos monopolistas (e mecanismos decorrentes instalados), que dominavam e controlavam a actividade económica, face aos objectivos e à força do movimento popular. Ou joga-

vam o “jogo democrático”, aceitando a concretização da etapa democrática e nacional, ou procuravam manter (e recuperar) o controlo sobre o poder político, o aparelho militar-repressivo, com outras formas e expressões, com outra inserção no imperialismo, mudando o necessário e inevitável (a situação colonial, por exemplo) para tudo ficar como dantes...

O aparecimento do MDE/S (Movimento Dinamizador Empresa/Sociedade, que também podia dar Democrático, Económico, e Social ou Socialista ou Socializante) pode traduzir o esforço para concretizar a segunda alternativa sob a capa de se estar optando pela primeira. Mas não foi só o MDE/S mistificador e de inspiração champallimaudeana, foi todo um conjunto de acções de sabotagem económica e de conspiração política a partir dos ainda grandes senhores da economia portuguesa.

Outra reacção não seria de prever, mas a sua amplitude e carácter subversivo obrigaram a uma contra-



-ofensiva. As nacionalizações foram, assim, resposta sem alternativa, parte das medidas de emergência e de defesa do processo revolucionário, e contribuíram para a aproximação da etapa democrática e nacional da etapa socialista.

As nacionalizações, mais do que uma ofensiva na concretização do processo revolucionário, foram um contra-ataque necessário para salvaguarda do percorrido e continuidade do processo. A aceitação da "nova ordem" em formação, o respeito pelos objectivos sociais em trânsito de definição, por parte dos grupos monopolistas, corresponderia à subordinação do poder económico ao poder político. O grau de centralização e concentração do capital, também a sua "sedeação" em Portugal, "possibilitavam" (e facilitaríamos) a consumação da etapa democrática e nacional da Revolução "sem qualquer perturbação séria no curso da produção e na vida económica e financeira do país", e com a "colaboração" dos grupos monopolistas nacionais. Hipótese que, eventualmente possível, em toda a sua maleabilidade, com um outro faseamento entre as duas etapas da Revolução, só se apresenta, agora, como exercício simplificador e — desejamo-lo — capaz de contribuir para mais clara compreensão e melhor enquadramento das nacionalizações.

Assim, foram indispensáveis as nacionalizações como condição de continuidade do processo revolucionário. E não foram motivadoras de graves perturbações sociais e políticas pois a relação de forças so-

ciais não o consentiria, e não foram motivadoras de perturbações insuperáveis ou até muito graves na vida económica, dadas as características do aparelho económico e financeiro, e porque graves perturbações só poderiam decorrer de sabotagem sobre mecanismos, a partir de conspiração política, então e durante algum tempo pouco viável. Embora com intenção sempre latente, e à espera da cobertura da "contra-revolução" legal que ia sendo preparada.

### O PESO DO SECTOR NACIONALIZADO

Se era difícil ter a exacta dimensão dos grupos monopolistas — e de cada um deles —, e do seu quantificado peso na vida económica nacional, dadas as ligações e cruzamentos, com o processo de nacionalizações tornou-se clara, ou redundante, a importância dos grupos, e da rede por eles criada ou tecida.

Entre Setembro de 1974 e Agosto de 1976, foram nacionalizadas 254 empresas, que arrastaram participação maioritária do Estado em outras 192 empresas. A estas, podem juntar-se 184 empresas com participação do Estado inferior a 50 por cento, também resultando e reflectindo peso no sector nacionalizado formado a partir dos grupos monopolistas.

Considerando só o sector público tradicional e o sector nacionalizado, parcela do que integra a área da propriedade social, ter-se-ia, em 1975, quase um terço do VABef (valor acrescentado bruto a custo de factores), mais de metade da FBCF (formação bruta



de capital fixo) e cerca de 20 por cento do emprego total.

Não sendo um peso excessivo, se confrontado com estruturas de formações económicas de outros países (mesmo "ocidentais"), a importância das nacionalizações, com a reforma agrária e outras transformações reais e não afirmações de princípios, reflectia a possibilidade do sector público ter o papel de verdadeiro motor do desenvolvimento económico nacional.

### NACIONALIZAÇÕES AO SERVIÇO DE QUEM?

A questão-chave é a de saber qual a estratégia de desenvolvimento, e ao serviço de que interesses serão as nacionalizações instrumento. Em muitos casos, as nacionalizações aparecem inseridas no desenvolvimento do capitalismo, como transferência de sectores não rentáveis, como sobrevivência inevitável de sectores abandonados pela iniciativa privada, como concretização de indispensáveis infra-estruturas, consagrando formas do CME. O que não conduz à linear conclusão de que as (essas)

nacionalizações são factor regressivo. Como se concluiu em mesa-redonda promovida pela Revista Internacional (11), "o nascimento do Estado (em Estados em vias de desenvolvimento), embora Capitalismo de Estado por excelência, foi objectivamente um passo em frente na via de libertação e da reconstrução das forças produtivas". E, além disso, sendo a questão do Estado a questão central, um importante sector estatal, ainda que criado ao serviço dos monopólios, é necessidade de adaptação e pode vir a ser decisivo instrumento de um poder democrático contra esses mesmos monopólios.

As nacionalizações do processo português pós-25 de Abril tiveram carácter bem diferente. Não foram elas que, por si só, modificaram a natureza capitalista das relações de produção, mas inseriram-se, como vimos, num processo de democratização, contendo elementos, ou sendo-o, para a transformação da sociedade. O que não conduz à linear conclusão de que as (estas) nacionalizações são conquista irreversível, instrumento do movimento popular insusceptível de recuperação pelas forças capitalistas no esforço de reconstituição de monopólios, que se escora na reconquista do poder político-militar.

As nacionalizações não foram só empresas que deixaram de ser posse de monopólios e passaram para a posse do Estado. Foram alicerce sobre que assentaram a organização económica e social portuguesa, consagrada na Constituição da República Portuguesa,

foram organização de sectores de actividade, procurando-se definir quais os básicos e estratégicos, foram elemento fundamental para um desenvolvimento planificado. Por concretizar, por respeitar. Ainda.

Tal como realizadas no processo português, as nacionalizações não se podem confinar a fórmulas como de "coexistência concorrencial" (12) e outras invenções. Existe uma diferença qualitativa entre o sector nacionalizado e o sector privado (não monopolista), articulados no planeamento constitucional. O sector nacionalizado tem função social, função de arranque, função de preenchimento de áreas abandonadas, ao serviço de uma estratégia global, enquanto o sector privado (não monopolista) tem os seus objectivos próprios aceitáveis se (e só se) compatíveis com e subordinados aos objectivos globais e sociais.

O único critério de avaliação da acção do sector nacionalizado baseia-se no modo como o sector nacionalizado cumpre essas suas tarefas (aproveitando racionalmente os recursos!), e não depende da discricionariedade de um qualquer governo "arbitrando", como se neutral fosse, a partir de regras de concorrência e eficiência na reprodução do capital. Só assim o (este) sector nacionalizado será a continuidade do que foi criado e está inscrito na Constituição, com o papel que esta lhe atribui.

#### **A IMPORTÂNCIA DAS NACIONALIZAÇÕES NO QUE ESTÁ EM CAUSA, HOJE**

Se, como já repetidamente foi escrito, a questão

central é a do Estado, pareceria que a recuperação do poder político, e do aparelho militar-repressivo, pelas forças monopolistas, implicaria a subalternização das outras questões. Só que essa recuperação será sempre incompleta, e precária, enquanto não tiver os seus alicerces/instrumentos integrados, e tal passará pela recuperação das nacionalizações. Se o CME "à portuguesa" começou por ter de criar monopólios, a recuperação de Portugal para o CME "à CEE" (ou para o mecanismo único transnacional) tem de passar pela monopolização das nacionalizações, quer pela privatização do que for entendido de desnacionalizar, quer pela reconversão ao capitalismo do que for de manter como remanescente do sector privado.

A divisão em sector público e sector privado pode apresentar-se de forma curiosa que — julgamos — será esclarecedora. A chamada delimitação dos sectores público e privado, em que é decisiva a dimensão e função das nacionalizações, define-se, na CRP, considerando que à iniciativa privada estão abertos os sectores de actividade que, por não serem básicos, lhes não estão interditos. Assim, parece pacífico que a posição de fundo corresponde a limitar alguns sectores de actividade ao sector de propriedade social, interditando-os à iniciativa privada, a esta ficando acessível tudo o resto desde que subordinando os seus objectivos particulares aos objectivos globais (13). É permitido à iniciativa privada o que não lhe está vedado...

A progressiva recuperação capitalista tem procu-



rado inverter os termos desta relação. Nada ser vedado à iniciativa privada, tudo lhe ser permitido... Tal inversão corresponde a recusar o que torna o sector privado remanescente e subordinado. Depois de um equilíbrio concorrencial, isto é, a partir de critérios privados, há a tentativa de tornar o sector nacionalizado remanescente e subordinado, para ele se remetendo sectores de actividade não rentáveis, obsoletos, infra-estruturas indispensáveis à actividade dos monopólios e à reprodução dos capitais investidos. Mas tal recuperação é, em si mesma, limitada. A relação de forças não lhe é favorável, as contradições são grandes e crescentes em gravidade. As nacionalizações, embora tão-só instrumento, nasceram com determinada característica e começaram por ser parte, fundamento, motor de um desenvolvimento planificado a concretizar. Por concretizar. Ainda! São conquistas do povo português, dificilmente se tornarão, ainda que temporariamente, instrumento para a recuperação dos monopólios e renovada exploração dos trabalhadores portugueses.

(1) - "O aparecimento de planos de fomento económico é, na vida das nações, uma con-

fissão e um anseio - confissão de uma fraqueza e anseio de vida nova a remir e esquecer pecados velhos. É patente a fraqueza que neste momento nos traz contritos. O rendimento nacional por habitante, que o relatório deste Plano de Fomento nos aponta em comparação com o de outros países da Europa, poderá conter erros e imprecisões, mas estes não afectam a ordem de grandeza dos resultados, única noção a reter; de outros índices económicos com que se tem procurado aferir a nossa posição, poderá dizer-se que não são barómetros fiéis do fenómeno que querem exprimir; mas sobre esta base flutuante ergue-se uma certeza que muitos vêem, mas nem todos confessam oportunamente: a estreiteza da nossa economia". - Parecer da Câmara Corporativa relativo ao I Plano de Fomento (entre outros relatores Ferreira Dias, Jor.)

(2) - "O caminho para o futuro pode ser traçado por dois processos: um seria a elaboração de uma nova lei de reconstrução económica que, por período mais ou menos longo, dominasse a actividade da administração e, até certo ponto, a orientação da economia; outro, a meu ver, preferível, consistiria na definição de um plano de fomento, preciso e restrito, que se ativesse mais de perto às possibilidades financeiras e desse prioridade a alguns grandes empreendimentos de carácter mais vincadamente reprodutivo. Não se pode querer tudo ao mesmo tempo; e é a altura de definir critérios de preferência". - Discurso pronunciado por Oliveira

Salazar, em 12 de Dezembro de 1950, transcrito no "frontespício" do I Plano de Fomento.

(3) - Relatório ao Comité Central do Partido Comunista Português, apresentado pelo secretário-geral Álvaro Cunhal, em Abril de 1964, elemento fundamental nos trabalhos do VI Congresso, de 1965. - Edições "A Opinião", 1974.

(4) - pg. 36.

(5) - pg. 36 de "Rumo à Vitória".

(6) - pg. 37.

(7) - pg. 43 do "Programa político da CDE de Lisboa", Out. 69.

(8) - pgs. 73/4 de "O Radicalismo Pequeno-burguês de fachada socialista", Ed. Avante, 3.ª edição, 1974.

(9) - "Foi contra a passagem da 1.ª fase (democrática e nacional) à 2.ª fase (socialista) que se rebeliou a direcção do PS, especialmente Mário Soares e principais seguidores". - Capitalismo de Estado em Portugal?, artigo de Gorjão Duarte, em EC n.º 21, Junho/Julho de 79.

(10) - Para eventual aprofundamento é imprescindível ler e estudar "As nacionalizações - defesa e dinamização", edição de Edições Avante dos textos da "Conferência das organizações do PCP para a defesa e dinamização do sector nacionalizado da economia", Março de 78.

(11) - "O papel do sector de Estado nos países em vias de desenvolvimento".

(12) - Expressão utilizada pelo 1.º Ministro do 1.º Governo Constitucional, na discussão do programa de Governo, para definir como deveriam ser as relações entre os sectores privado e sector nacionalizado.

(13) - v. art. 85.º da CRP.

**Colaborador do Ministério do Trabalho depois do 25 de Abril, tendo sido Director-Geral do Emprego. Professor do Instituto Superior de Economia e autor, entre outros, dos seguintes livros Portugal e a Integração e Textos Económicos.**

# A Reforma Agrária na hora da resistência

Oliveira Baptista



*Após o 25 de Abril, os camponeses do sul empreenderam a Reforma Agrária ocupando os latifúndios e passando a explorar colectivamente as terras. Hoje, a direita pretende que elas sejam de novo entregues a quem sempre as teve.*

A Reforma Agrária encontra-se na mira destruidora do Governo AD. Como a presente ofensiva não é novidade para os trabalhadores das cooperativas e unidades colectivas de produção, que vêm suportando ataques desde 1976, embora nesta hora, em consequência dos inevitáveis desgastes da longa batalha travada nos últimos anos, a Reforma Agrária se encontra numa fase de *resistência*. O nosso objectivo central é, precisamente, procurar apresentar os principais pilares em que assentam os ataques da AD contra a Reforma Agrária e explicitar algumas das suas consequências.

Comece-se pela legislação referente à estrutura agrária. Como é amplamente conhecido, é a Lei 77/77, de autoria de um Governo do Partido Socialista (I Governo Constitucional) que no plano legal, define actualmente o quadro da estrutura agrária aplicável à Reforma Agrária. Não vamos insistir de novo nas características da contra-reforma agrária desta lei, até por ser matéria já amplamente divulgada, apesar das constantes reafirmações em contrário por parte de elementos proeminentes do PS. No entanto, embora não seja nossa intenção abordar hoje a questão esclarecedora das sucessivas posições do PS face à Reforma Agrária, permita-se-nos recordar a esses defensores da Lei 77/77, cuja linha central de argumentação se resume a afirmarem que a lei só não se tem mostrado *boa* porque não tem sido *bem utilizada*, o uso que o próprio PS dela fez quando esteve sozinho no Ministério da Agricultura

(I e II Governos Constitucionais): área expropriada — 15 mil hectares; área entregue em reservas aos grandes agrários — 64 mil hectares.

### A REPRESSÃO E A LEI 77/77

Apenas duas notas sobre a Lei 77/77. Numa estimativa, que se toma como exemplo, relativa ao concelho de Beja, verifica-se que a aplicação desta lei conduziria à seguinte dimensão, em percentagem da superfície do concelho, dos sectores considerados: pequenos e médios agricultores — 25 por cento; Reforma Agrária — 32 por cento; capitalismo agrário — 43 por cento. Compare-se agora este panorama com o que resultaria da aplicação da legislação promulgada em 1975: pequenos e médios agricultores — 25 por cento; Reforma Agrária — 65 por cento; capitalismo agrário — 10 por cento. No entanto, estas diferenças não recobrem toda a profundidade das alterações introduzidas pela Lei 77/77, cujo articulado, ainda a título de exemplo, é no sentido de integrar preferencialmente no sector capitalista as construções, plantações e melhoramentos fundiários, restando apenas terras mais descapitalizadas nas unidades de produção da Reforma Agrária.

A aplicação da Lei 77/77 vem, por sua vez, sendo efectuada num clima de violência e repressão contra os trabalhadores e de confessa fraude e ilegalidade por parte dos serviços do Ministério da Agricultura. Reservas entregues a falsos

rendeiros, a funcionários do Ministério, a mortos e desconhecidos, sem qualquer processo instruído, desrespeito pelos próprios acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, etc., tudo isto são facetas do dia a dia do processo da Reforma Agrária. É certo que este ambiente de corrupção e de regresso ao antes-25 de Abril, ganhou ultimamente um acentuado incremento, mas convém recordar que desde o I Governo Constitucional estes condimentos apareceram na actuação do Ministério da Agricultura. O mesmo se pode afirmar, de resto, da violência e repressão contra os trabalhadores de que a GNR, desde 1977, vem sendo o agente nos campos do Sul e que tem contribuído para uma situação de intranquilidade e insegurança que tem, forçosamente, afectado o próprio processo produtivo.

Desta aplicação da Lei 77/77 já resultou a amputação de cerca de 250 mil hectares à Reforma Agrária, ou seja, quase um quarto da terra integrada nas cooperativas de unidades colectivas.

### ASFIXIA ECONÓMICA

O movimento de ocupação de terra que se traduziu na Reforma Agrária, foi principalmente levado a cabo pelos trabalhadores agrícolas temporários, num processo em que a luta pelo emprego teve um lugar amplamente decisivo. Esta componente prolongou-se e permaneceu na economia das cooperativas e unidades colectivas que, pelo menos tendencialmente, pautam as suas opções económicas pela maximização do em-



Demonstração de tractores no II Aniversário da Reforma Agrária (1977), em Montemor-o-Novo

prego. Dado o panorama do mercado de trabalho em Portugal e nos países para onde, nas últimas décadas, tradicionalmente se dirigia a emigração portuguesa, compreende-se facilmente que, nestes últimos cinco anos, a preocupação com a defesa do emprego não tenha deixado de estar na primeira linha dos objectivos das unidades de produção da Reforma Agrária. Tem-se assistido, mesmo, com frequência, à organização da rotação dos trabalhadores pelos postos de trabalho disponíveis em cada cooperativa ou unidade colectiva de produção (Coop./UCP), no sentido de evitar a formação de fracturas (desemprego/emprego) entre os trabalhadores dos campos do Sul.

O facto da lógica económica das Coop./UCP passar pela maximização do emprego, coloca-as em confronto com a economia capitalista dominante na so-

riedade portuguesa que, como é evidente lhes vai provocando uma erosão constante. Um exemplo claro das diferentes situações a que conduz o confronto das duas economias é fornecida pelo índice de emprego nas explorações capitalistas (reservas) de Santarém e nas Coop./UCP do mesmo distrito. Enquanto nestas se tem 26 ha por trabalhador, nas reservas a relação é de 205 ha por trabalhador.

A política económica que tem sido seguida desde 1976 não só não tem defendido a viabilidade económica das unidades de produção da Reforma Agrária, actuando como correctora do desgaste provocado pela economia capitalista, como até tem acentuado esta acção demolidora da economia dominante, criando mesmo condições bem mais desfavoráveis às Coop./UCP que ao capitalismo agrário.

Alguns exemplos desta política: duas determinações governamentais (ambas de Março, mas uma de 1977 e outra de 1979) interferem de modo arbitrário e nefasto para a economia das Coop./UCP, na utilização de terras das unidades de produção da Reforma Agrária; um despacho ministerial (Fevereiro de 1979) impõe limitações acentuadas à gestão, pelos trabalhadores, do equipamento das Coop./UCP; o Decreto-Lei 266/78 (II Governo Constitucional) retira, em larga medida, o controlo do património florestal existente nas Coop./UCP aos trabalhadores nelas integrados; o Decreto-Lei 260/77 (I G.C.), conhecido como lei da cortiça, é a base que tem permitido subtrair às unidades de produção da Reforma Agrária uma larga fatia dos proventos realizados com a cortiça. É evidente que nenhuma destas medidas, nem mesmo esta última, se aplica ao sector das empresas capitalistas que assim se encontra em situação muito mais favorecida na gestão dos meios de produção, nas receitas realizadas e na capacidade de delas dispor.

Ainda dois exemplos. A portaria 409/78 (II G.C. - PS) fixa o processo a seguir no cálculo da contraprestação a pagar pelas Coop./UCP ao Estado, pela utilização da terra que as integram. Um trabalho recente (Adriano de Carvalho, *Contraprestação e renda*) mostra, na análise de um caso concreto, que a contraprestação não só é onze vezes superior à contribuição predial rústica que o sector privado paga ao Estado, mas é mesmo,

15 por cento superior à renda paga, em média, pelos rendeiros da zona onde foi feito o estudo. Refira-se, finalmente, a discriminação de que as Coop./UCP vêm crescentemente sofrendo na política de crédito, quer a curto prazo quer para investimentos que lhes permitissem, nomeadamente, transformar o sistema de produção ainda largamente dominante na Reforma Agrária.

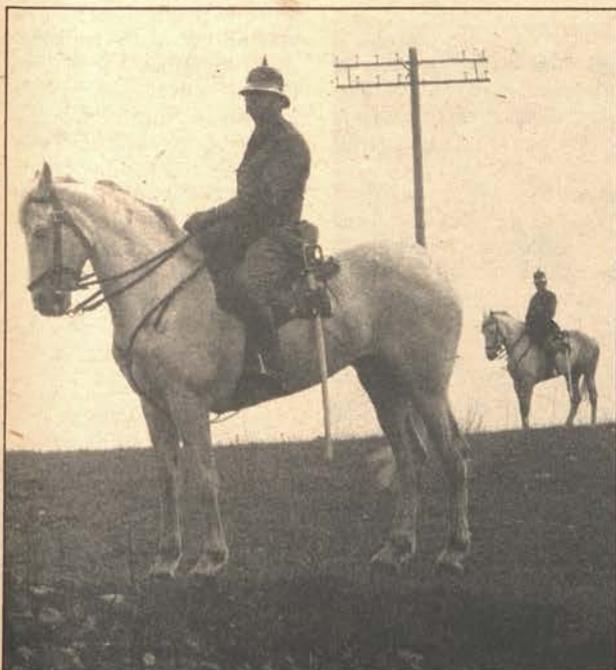
Esta última referência remete para um aspecto relevante. O sistema de produção ainda dominante nas unidades de produção e cooperativas é o herdado do latifundismo e do capitalismo agrário e a intensificação operada pelos trabalhadores, orientada pela preocupação de incrementar o emprego, fez-se, fundamentalmente, através da realização de operações culturais que, face à renta-

bilidade capitalista, já não se justificavam e em trazer ao cultivo terras menos férteis, que os critérios do capitalismo agrário tinham condenado ao abandono. É evidente a fragilidade desta situação, pois qualquer pequena variação do mercado e o próprio confronto com a economia dominante ameaçam constantemente a manutenção duma economia que se preocupa sobretudo com o emprego, mas que repousa num sistema de produção moldado em torno da obtenção do máximo lucro.

A defesa de elevados níveis de emprego nas Coop./UCP, em especial nas localidades em manchas de terra menos férteis e mais ingratas, exige uma profunda reconversão do sistema de produção agrícola. Esta transformação, além da determinação em a

efectuar, passa pelo saber técnico, em certos casos por uma adaptação estrutural das unidades de produção e pelo recurso a elevados montantes de crédito.

A concessão deste crédito — que de qualquer modo os sucessivos Governos Constitucionais têm boicotado — teria, em todo o caso, de ser feita segundo critérios não capitalistas. De facto, a reconversão do sistema de produção exigiria investimentos elevados, que, sendo rentáveis em relação à produção e ao emprego, não o são contudo em relação aos critérios do lucro capitalista. Face a este critério, o destino de muitas terras que os trabalhadores trouxeram à produção, é uma agricultura muito extensiva ou, mesmo, o abandono da produção e do emprego, ou seja a situação anterior à ocupação das terras.



O regresso da repressão aos campos do Alentejo

## NÃO SE ALIMENTEM ILUSÕES

Toda a ofensiva que vem sendo desencadeada contra a Reforma Agrária — repressão, violência, retirar de terras e de meios de produção, asfixia económica — vem criando um cerco às cooperativas e unidades colectivas cujos efeitos são já evidentes, como se pode avaliar pela evolução do número total (em milhares) dos postos de trabalho nas terras integradas nas Coop./UCP: antes da ocupação — 21,7; 1975/76 — 71,9; 1976/77 — 64,2; 1977/78 — 59,0 e 1978/79 — 43,9.

Este desemprego crescente tem afectado sobretudo as mulheres e está longe de traduzir toda a repercussão da ofensiva contra a Refor-

ma Agrária. De facto, os trabalhadores têm sobretudo procurado evitar a formação de fracturas (empregados/desempregados) na sua luta, pelo que se mantêm numa economia que privilegia o emprego e a produção, o que, face às tentativas de destruir as Coop./UCP, nomeadamente pela asfixia económica, como referimos, vem passando pela opção por uma acentuada contação salarial — o poder de compra dos trabalhadores das Coop./UCP diminuiu, desde 1975, cerca de 45 por cento; a título comparativo refira-se que a relação *salário (homens) nas Coop./UCP salário mínimo na indústria e serviços*, passou de 1,4 em 1975 para 0,9 actualmente — que, simultaneamente, evidencia a determinação existente na defesa da Reforma Agrária.

No entanto, a opção tomada pelos trabalhadores,

mesmo considerando as medidas entretanto empreendidas para incrementar o autoconsumo, não bastam para impedir totalmente os efeitos da pressão económica e, cada semana, cresce o número de unidades de produção da Reforma Agrária que não conseguem manter o mesmo número de postos de trabalho, tornando assim mais evidente a questão central que, na hora presente se coloca: a prazo, nas actuais condições históricas, sem um poder de Estado identificado com as lutas e conquistas dos trabalhadores, estes não poderão vencer o ciclo abaixamento de salários/desemprego, e a actual Reforma Agrária não poderá subsistir. Nem se alimentem ilusões — como já temos ouvido — sobre a existência de *ilhas* de Reforma Agrária, ou seja, da sobrevivência de uma ou outra unidade de produção que disponha de condições

mais favoráveis. Face ao envolvimento actualmente existente, seria forçada, para subsistir, a enquadrar-se na dinâmica capitalista o que conduziria, por exemplo, a optar por uma diminuição do número de postos de trabalho permanente e a recorrer sazonalmente ao trabalho assalariado; ou seja, um punhado vivendo colectivamente com base na mais-valia dos que assalaria. Isto nada teria a ver com uma Reforma Agrária dos trabalhadores.

Face a este panorama, do actual Governo AD só há a esperar que efective a proclamada deliberação de eliminar a Reforma Agrária, para o que tentará mesmo jogar com a sedução de salários mais elevados nos poucos postos de trabalho existentes em cada empresa capitalista agrícola, contando com eventuais desacertos entre os trabalhadores e sobretudo, com a questão, não resolvida, da relação entre os pequenos e médios agricultores e os trabalhadores agrícolas dos campos do Sul. A Reforma Agrária acantonada numa situação defensiva, encontra-se, pois, neste ano importante para o futuro da sociedade portuguesa, numa hora de resistência, cujo êxito depende em larga medida, do apoio e solidariedade que encontrar nos trabalhadores e na opinião pública das cidades.

Este artigo foi também publicado no n.º 1 da *Gazeta do Mês*

**OLIVEIRA BATISTA**  
Professor do Instituto Superior de Agronomia.  
Ministro da Agricultura nos IV e V Governos Provisórios chefiados por Vasco Gonçalves. Principal responsável na elaboração da 1.ª lei da Reforma Agrária



Apesar dos violentos ataques para a sua destruição a Reforma Agrária resiste no essencial

## A Imprensa depois de Abril

# Seis anos de uma experiência exaltante

Ribeiro Cardoso

Em Abril de 1980, seis anos passados sobre a noite gloriosa dos capitães, um director de um jornal estatizado de Lisboa pretende afastar da chefia de redacção os prestigiados elementos que de há muito lá estão, para os substituir por homens da sua confiança política.

Isto originou desde logo uma pronta e enérgica reacção do Conselho de Redacção e da generalidade dos redactores do jornal em questão, que, invocando a Lei de Imprensa em vigor, se opõem à entrada dos homens de mão do director, ele próprio homem de mão da administração colocada na empresa pelo governo actualmente em exercício.

Mas nesta história plena de actualidade convém reuçar um pouco no tempo: nesse jornal, estatizado — **Diário Popular**, o vespertino português com maior tiragem e audiência — o próprio director é profundamente contestado, sendo a sua nomeação, verificada há meses atrás, em pleno governo Mota Pinto, considerada ilegal pelo Conselho de Imprensa, órgão independente que funciona junto da Assembleia da República e ao qual o Conselho de Redacção do "DP" recorreu.

Independentemente do desfecho que esse caso ve-

nha a ter — e não parece ser muito arriscado afirmar que, também aqui, a razão dos trabalhadores vencerá, tudo se resumindo a uma questão de tempo — o mais importante, parece-nos, será constatar as profundas alterações que o 25 de Abril, cujo sexto aniversário agora festejamos, trouxe ao sector da comunicação social.

### UM TEMPO EXALTANTE

Ainda a vitória do MFA não estava confirmada e já os jornais do dia 25 de Abril de 1974 — de imediato liderados pelos seus trabalhadores — deixaram de enviar provas aos ridículos coronéis censores.

Foi o tempo exaltante da criação das primeiras Comissões de Trabalhadores e Conselhos de Redacção e da publicação dos primeiros Estatutos Editoriais. Num ápice, a luta dos trabalhadores criou condições para que os grandes meios de comunicação passassem a dedicar grande espaço à informação política, com abertura a uma grande diversidade de opiniões — e numa situação em que o grande capital perdera o poder político e deixara de dispor de um aparelho repressivo, as várias formas de luta de classes desenvolveram-se em Portugal com

**Diário de Lisboa**  
O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS  
PROSSEGUIRÁ NA SUA ACÇÃO LIBERTADORA  
até ao 24 não comunicada transmitida de País

**APITAL** 2.<sup>a</sup> EDIÇÃO

CRIADO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS  
**1.º DE MAIO FERIADO NACIONAL**  
ABOLIDA A CENSURA DOS ESPECTÁCULOS  
PROFISSIONAIS DE CINEMA OCUPAM DIRECÇÃO-GERAL DOS ESPECTÁCULOS

OFICINA DE IMPRESSÃO RAPIDA DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS  
**DARODOPULAR**

**O GENERAL SPÍNOLA REUNIU-SE** (NO PALÁCIO DA COVA DA MOIRA)  
COM OS DIRECTORES DOS ÓRGÃOS DA INFORMAÇÃO



**Diário de Notícias**

**O GENERAL COSTA GOMES TOMOU POSSE DO CARGO**  
O GENERAL SPÍNOLA REUNIU-SE COM OS DIRECTORES DOS ÓRGÃOS DA INFORMAÇÃO  
GRANDES MANIFESTAÇÕES EM TODO O PAÍS  
MAIORES E MAIORES DESFILAS NA PRAÇA DOS PRINCÍPIOS QUE REAFIRMAM O MOVIMENTO

**Diário de Lisboa**  
Consolidada a vitória do Movimento Militar

**170 PIDES NAS CELAS DE CAXIAS**  
cerca de 200 registos por um voluntário

**Posters de Abel Manta Cortados pela Censura**

uma grande liberdade, constituindo os órgãos de comunicação social, em tal situação, um poderoso factor de aceleração da acção revolucionária das massas.

Simultaneamente, outras transformações se verificavam: o jornal *Época*, propriedade da ANP, desaparecia; o *Novidades*, diário do episcopado, interrompia a sua publicação a partir de 4 de Maio; a ANI era extinta e criada a ANOP; a colonialista agência Lusitânia era também encerrada. Isto, obviamente, para além da "limpeza", a nível de cúpulas, verificada na RTP e na Emissora Nacional, mais tarde transformada em Radiodifusão Portuguesa. Por sua vez, a Rádio Renascença, pertencente ao episcopado, continuou a emitir, ainda que controlada, a nível de noticiários, pelos trabalhadores.

No entanto, mais do que todas as modificações que se verificaram na generalidade dos órgãos de informação, o que se tornou verdadeiramente insuportável para o grande capital foi o papel de acelerador do movimento revolucionário desempenhado com tanta eficácia pela informação. Uma informação que em grande parte continuava a ser propriedade sua...

### A INTOXICAÇÃO

Obviamente, numa situação destas, o grande capital adaptou-se o melhor que pôde para poder assegurar os meios de que necessitava para tentar fazer inverter o processo. Para tanto, serviu-se das contradições e das ambiguidades do próprio processo, deitou mão aos homens de que continuou a dispor no aparelho de Estado, arrebanhou al-

gumas pessoas bem intencionadas mas pouco esclarecidas, esbanjou dinheiro nas mais desvairadas campanhas, a nível nacional e internacional, para lançar o descrédito contra a imprensa progressista mais consequente.

Ao mesmo tempo, e de uma forma menos subtil, criou novos jornais com a finalidade de fomentar a perturbação junto da população e, fundamentalmente, junto de certas camadas intermédias que se encontravam hesitantes. E é assim que, no período imediatamente anterior ao 28 de Setembro, surgem nas bancas os jornais fascistas *Bandarra*, *Tempo Novo* e *Tribuna Popular*, reaparecendo o *Jornal Português de Economia e Finanças*. Por sua vez, a imprensa regional — que desempenhou um papel importante em todo o processo contra-revolucionário — estimulada pelas posições reaccionárias de indivíduos colocados ao mais alto nível do aparelho de Estado, volta a assumir o carácter fascista e fascizante que temporariamente abrandara. No relatório oficial sobre os acontecimentos do 28 de Setembro, de resto, apontam-se entre outros, os jornais *Resistência* (Lisboa), *O Clarim* (Braga), *O João Semana* (Ovar), *O Valenciano* (Valença do Minho), *O Mensageiro Paroquial* (Seia), *O Jornal do Sul* (Beja), *O Jornal da Bairrada*, *O Vilaverdense* e *O Jornal de Famalicão*, como tendo colaborado "na propagação do clima contra-revolucionário".

O mesmo viria a verificar-se antes de 11 de Março, ainda que seja indispensável reconhecer, neste ca-

so, o papel "especial" desempenhado, na preparação do golpe, pelo semanário *Expresso* (o relatório preliminar do 11 de Março, divulgado em 27 de Abril de 75 afirma-o expressamente).

E para que se tenha uma pequena ideia do que foi a acção do grande capital na intoxicação da opinião pública criando novos jornais, devemos lembrar que antes do "Verão Quente" de 75 surgiram o *Templário*, o *Jornal Novo* (financiado e orientado pela CIP) e o *Tempo*. Ainda antes do golpe político-militar de Novembro de 75 começam a publicar-se *O Retornado* e *Liberdade* e, logo após o 25 de Novembro, com a viragem à direita que se registou na política portuguesa, procurando criar condições para a levar às últimas consequências surgem nas bancas jornais como *O Dia*, *Vária 8*, *O País*, *O Diabo*, *O Sol*, *A Rua*, *Pátria*, *Rossio*, *A Gazeta*, *Ilustração*, *Jornal dos Agricultores*, *A Semana*, *Press*, *Edição Especial*, *a Barricada*, etc.

Utilizando números: a imprensa reaccionária e fascista chegou a atingir, no conjunto, uma tiragem superior a 200 000 exemplares diários.

Isto sem falar nos exemplares vendidos, distribuídos gratuitamente ou enviados a assinantes dentro e fora do país, pela imprensa regional e pela imprensa religiosa, que, descobriu-se a certa altura, tinha a funcionar em Lisboa um centro de informação que distribuía os artigos mais reaccionários a numerosos jornais regionais, que depois os publicavam em muitos casos sem mudar uma vírgula sequer...



Outubro de 1977: os trabalhadores da informação compelidos de novo à luta pelos seus direitos

## DO RADICALISMO À PARTILHA

Mas numa análise, ainda que rápida, do que foram, no campo da contra-revolução, estes seis anos da informação em Portugal, não se pode falar apenas no papel do grande capital e da reacção.

Com efeito, o radicalismo pequeno-burguês foi um aliado objectivo da reacção, dando-lhe de mão beijada trunfos para as suas campanhas de desinformação e intoxicação da opinião pública.

Quem não se lembrá, por exemplo, do caso República?

Afastada a administração e direcção desse jornal, afectas ao PS, os esquerdistas, sem uma noção real da correlação de forças e sem uma análise correcta da situação, passaram a publicar um periódico com um conteúdo sectário e provocador, dando assim origem à mais monstruosa das campanhas, a nível nacional e internacional, jamais verificada contra a jovem democracia portuguesa (não seria justo esquecer, aqui e agora, o papel desempenhado nessa campanha pela di-

recção do PS).

Mas nem só do "caso República" reza a história do radicalismo pequeno-burguês no sector da comunicação social: quem não recorda também o caso *Jornal do Comércio*, que levou a uma despropositada greve geral da imprensa pouco depois do 25 de Abril, tendo por reivindicação-base o afastamento do seu director (este processo saldou-se por uma lamentável derrota)? Ou então, quem já se esqueceu do que se passou com a Rádio Renascença, cujo "caso" criou os mais profundos conflitos, afastando, por vezes irremediavelmente, sectores da população de algum modo ligados aos meios católicos?

Mais tarde, outro tipo de acção, ainda que bem diferente nos métodos, veio de certo modo abrir caminho àquilo que mais caro era para os sectores mais conservadores: a partilha dos órgãos de informação estatizados pelos partidos políticos.

A iniciativa pertenceu ao PS, e, enquanto centena e meia de trabalhadores da comunicação social eram afastados logo após o 25 de Novembro (e ainda hoje se

encontram, em grande parte, por reintegrar, apesar da publicação da Lei da Amnistia) as direcções e administrações dos principais jornais, rádio e televisão eram ocupados por destacados militantes do PS, PPD e CDS.

Desde então este processo nunca mais parou: os dirigentes "centristas" e "populares-democráticos" (hoje "social-democratas") que começaram a entrar pouco a pouco, estão hoje de pedra e cal nessas posições, tendo os representantes do PS sido já afastados das posições que um dia ocuparam.

Tudo isto apesar da Constituição da República, promulgada em Abril de 76, garantir no número 1 do seu artigo 39.º que "os meios de comunicação social pertencentes ao Estado, ou a entidades directa ou indirectamente sujeitas ao seu controlo económico, serão utilizados de modo a salvaguardar a sua independência perante o Governo e a Administração Pública".

## TRÊS MARCOS FUNDAMENTAIS

Entretanto, ao longo de todo este complexo processo em que o poder político nunca esteve completamente definido, a intervenção directa e constante dos trabalhadores permitiu que a democracia portuguesa fosse dotada de instrumentos legais que a defendessem, bem como à liberdade de informação.

Neste particular há três datas e outros tantos acontecimentos que é mister assinalar: o dia 26 de Fevereiro de 75, data da publicação da Lei de Imprensa,

por muita gente considerada das mais avançadas que se conhecem; o dia 11 de Março de 75 e as nacionalizações a que deu origem, arrastando consigo a nacionalização de numerosos jornais e consequentemente a criação do importante sector estatizado da comunicação social, hoje pedra de toque do regime democrático em que vivemos; e o dia 2 de Abril de 76, data da promulgação da Constituição da República, que garante a liberdade de expressão e de imprensa, bem como o pluralismo e a salvaguarda da independência da imprensa perante os poderes político e económico.

Contudo para além destes três marcos fundamentais do edifício jurídico que defende a liberdade de expressão e de imprensa em Portugal, outros há que têm igualmente uma grande importância: ao longo destes anos, ainda que de uma forma dispersa, foram sendo criados o Conselho de Imprensa e os Conselhos de Informação, que têm vindo a desempenhar um papel bem positivo neste campo; foram publicados os Estatutos das empresas públicas *Século-Popular*, *Notícias-Capital* e *ANOP*; foi promulgada a Lei da Televisão; o mesmo aconteceu com o Estatuto e a Carteira Profissional dos Jornalistas, velhas aspirações da classe.

Porém, se é certo que o sistema jurídico-institucional português garante a liberdade de informação e o seu controlo democrático, a verdade é que necessita ainda de ser aperfeiçoado, completado e, sobretudo, aplicado em todo o seu alcance — o que, manifesta-

mente, nem sempre tem acontecido.

De qualquer modo, nunca será demais repeti-lo, os instrumentos de defesa da liberdade de informação existem e os trabalhadores sabem hoje utilizá-los com a mesma serenidade com que ontem recorreram a outros métodos — os mais aconselháveis na altura.

E isto é, como dissemos no início, o que desespera os homens como o actual director do "DP" e todas as forças conservadoras reaccionárias que ele representa. É que eles, sabem que, apesar da brutal ofensiva hoje desencadeada contra os órgãos de informação estatizados pelos homens que actualmente detêm o poder, a liberdade de informação e a democracia em Portugal serão defendidas com êxito.

## A IMPRENSA DEMOCRÁTICA

Por fim, resta acrescentar que, apesar das contradições e das dificuldades, há ainda no nosso país um largo sector de informação democrática.

Na verdade, se é certo que a imprensa reaccionária, fascista e fascizante continua a pulular nas bancas lisboetas (ao arripio da lei), não deixa de ser menos verídico que a imprensa democrática se mantém bem viva e actuante. Para não falarmos noutros exemplos, referiremos, só de passagem, a numerosa imprensa sindical; alguns órgãos regionais de que são expoente máximo (e já clássicos...) o *Notícias da Amadora* e o *Jornal do Fundão*, vindos do antes do 25 de Abril, e ao lado dos quais enfileiram, entre

outros o *Povo de Basto*, de Celorico de Basto, *Praça da República*, de Viana do Castelo, o *Povo de Guimarães*, *Barca Nova*, da Figueira da Foz, e *Podium*, de Oeiras-Cascais; quotidianos como o *Diário Popular*, *Diário de Lisboa*, *Jornal de Notícias* (Porto), *O Diário*, *Portugal Hoje* e *Diário de Notícias*; os semanários partidários como o *Avante!* (o semanário de maior tiragem) e *Acção Socialista*; e o semanário de grande informação *O Jornal*, que é o primeiro exemplo de uma cooperativa de redactores e caso único no panorama da imprensa em Portugal.

Propositadamente deixámos para o fim o caso triste de *O Século*. Encerrado provisoriamente em 1976 por Manuel Alegre, então secretário de Estado da Comunicação, nunca mais veio a reabrir. A situação em que os seus trabalhadores foram colocados é verdadeiramente escandalosa, não sendo possível esquecer que dois deles, desesperados, encontraram a solução dos seus problemas no suicídio. No momento em que escrevemos este artigo anuncia-se que os subsídios em atraso vão ser pagos, ficando os trabalhadores definitivamente no desemprego. Alguns com mais de cinquenta anos e toda uma vida ao serviço de *O Século*.

Nota: — Alguns elementos deste trabalho foram retirados do artigo "O Papel dos meios de Comunicação Social na Luta pelas transformações democráticas e revolucionárias em Portugal", de João Paulo Guerra, publicado na *Revista Internacional* em Outubro de 78.

Jornalista do *Diário de Lisboa*.  
Faz parte do Conselho  
de Imprensa

## Entrevista com Vasco Gonçalves



# 25 de Abril, seis anos depois

Baptista da Silva e Carlos Pinto Santos

Se a coragem individual é, também, um elemento participativo da História — embora esta não seja feita de actos isolados dos indivíduos — o general Vasco Gonçalves assumiu um papel de grande relevância na vida recente dos portugueses.

Acima de tudo porque, reconhecidamente, desde o início do processo revolucionário, o general Vasco Gonçalves optou com clareza pela defesa das classes trabalhadoras, sem um momento de hesitação ou tibieza. Depois, porque, oficial superior de umas Forças Armadas desprestigiadas mas desejosas de alterar a sua imagem, se colocou ao lado dos jovens oficiais que desencadearam a ma-

drugada triunfante de 25 de Abril. Mais tarde, porque, determinado e lúcido, se opôs a todas as tentativas de inversão, dando às forças trabalhadoras a primazia na condução do processo. Mas coragem também quando após uma retirada que a História, um dia, há-de esclarecer e julgar, tem permanecido de uma coerência exemplar. E, embora opondo-se ao desenvolvimento político-social pós-25 de Novembro, o general Vasco Gonçalves jamais procurou caminhos menos claros de intervenção, respeitando integralmente as regras democráticas de uma Constituição para a qual os seus Governos tanto contribuíram.

De tudo isto e ainda da originalidade e da honestidade política que sempre soube pôr nos seus actos de governante, o general Vasco Gonçalves granjeou em todos os portugueses realmente interessados num país socialista, um apreço indiscutível que leva a que as poucas palavras que têm dado a público, desde o seu desaparecimento da cena político-militar, sejam ouvidas ou lidas com natural curiosidade e ansiedade.

Vasco Gonçalves é um homem que, definitivamente, faz parte da História portuguesa. No passado, no presente e no futuro.

*Cadernos do Terceiro Mundo* ouviu-o na passagem do 6.º aniversário do 25 de Abril.

A seis anos do 25 de Abril de 1974 e dada a actual situação política, considera que o programa do MFA e os ideais que animaram o Movimento dos Capitães se cumpriram?

Considero que sim. O programa do MFA era um programa de derrubamento do fascismo, de democratização das instituições portuguesas e de lançamento dos fundamentos de uma política anti-monopolista que tivesse por objectivo satisfazer as necessidades das classes mais desfavorecidas.

Julgo que o programa foi cumprido e que terá excedido as expectativas, por exemplo quanto à descolonização.

O 25 de Abril teve, na minha opinião, um significado universal porque deu, não só, possibilidades de contribuir para a libertação dos povos que vinham lutando contra o colonialismo e o fascismo portugueses, como também, em certa medida, contribuiu para a formação de Estados verdadeiramente democráticos que têm por objectivo o progresso social e o desenvolvimento nacional por uma via independente não capitalista.

Por outro lado, quanto à democratização da sociedade portuguesa nós temos hoje instituições consagradas na Constituição que dão largos direitos, garantias e liberdades aos cidadãos portugueses quer no campo dos direitos sindicais quer dos direitos cívicos, políticos económicos e sociais. Penso mesmo que, nisso, a nossa Constituição não fica atrás, antes pelo contrário, é mais avançada que as das liberais Inglaterra e França.

Ainda houve um outro aspecto muito importante: é que o 25 de Abril e o seu programa contribuíram para o desencadeamento de um processo de desenvolvimento democrático revolucionário que conduziu às conquistas da Revolução, que têm um significado transcendente no desenvolvimento económico e social de Portugal.

O processo que se seguiu ao 25 de Abril mostrou concretamente a oposição que há entre os interesses do grande capital, dos monopolistas e dos latifundiários e os interesses do Povo Português. Mostrou que a sociedade portuguesa, a sua organização económica, estava estruturada no sentido de promover uma acumulação e concentração aceleradas do capital,

na mão de uma reduzida oligarquia de famílias que, todos nós sabemos, eram, ao fim e ao cabo, meia dúzia de grupos que dominavam o país.

Ora precisamente o que se seguiu ao 25 de Abril, as lutas entre as massas populares e o Movimento das Forças Armadas, por um lado, e a contra-revolução, por outro, mostraram bem que o sistema fascista não era apenas uma qualquer experiência política de governar o país. O sistema fascista era, de facto, uma ditadura *terrorista* do grande capital, dos monopolistas e dos latifundiários contra os interesses do povo português.

Porque o nosso nível tecnológico é bastante reduzido em relação aos países da Europa desenvolvida, as nossas estruturas de produção, o nosso sistema produtivo, a própria organização das empresas não eram e não são de molde a produzir elevados lucros sem uma exploração desenfreada dos trabalhadores. Isso só se verifica (produção de elevados lucros com relativos benefícios dos trabalhadores) numa escassa dezena de países industrializados muito desenvolvidos, que são os da Europa Ocidental, os EUA, o Japão e, mesmo neste último, tenho as minhas dúvidas. Esses países têm a possibilidade de repartir uma parte dos lucros dum modo que satisfaça melhor as necessidades dos trabalhadores, e ao mesmo tempo, de fornecer através do Estado serviços públicos que completem os salários dos trabalhadores.

Ora entre nós, um dos países mais atrasados da Europa, o grande capital não tinha possibilidades de o fazer. O grande capital tinha necessidade de um sistema *terrorista* de dominação do nosso povo para lhe extrair o mais possível do seu suor a fim de concentrar e acumular nas mãos de uma oligarquia reduzida, riquezas de um modo que, até moralmente, era um afrontamento à dignidade dos portugueses e ao modo de vida dos portugueses.

Qual a sua participação na preparação do movimento revolucionário do 25 de Abril?

Estive ligado à discussão e à preparação dos documentos políticos relativos ao 25 de Abril. Foi fundamentalmente esse o meu papel.



"O 25 de Abril teve um significado universal"

## OS CAPITÃES POLITIZARAM-SE NA GUERRA COLONIAL

Como se explica que os vencedores e coveiros do regime colonial-fascista tenham surgido precisamente no seio da Instituição destinada e educada para o defender, isto é, nas Forças Armadas?

Eu penso que a causa disso foi, basicamente, a prática da guerra colonial. Os militares honestos que foram à guerra, tanto os que tinham uma formação distorcida pela instrução que lhes ministravam na Escola do Exército como os milicianos pela educação que recebiam nas escolas, verificaram o que significava uma guerra colonial. Tratava-se do prolongamento da exploração dos povos das colónias portuguesas por meio da violência armada. Eles verificaram concretamente que não estavam a defender os interesses superiores da Nação mas os interesses do grande capital, nacional e estrangeiro, dos colonialistas e de alguns funcionários do aparelho administrativo colonial que lá se tinham instalado para fazerem carreira.

Verificaram também a mentira, o desajustamento total que havia entre as grandiloquentes declarações dos governantes

e a prática política, económica e social nas colónias. Os jovens oficiais, em particular, consciencializaram-se politicamente. E há um outro aspecto a salientar: apreenderam que o governo fascista-colonialista tendia a transformar os militares do quadro permanente num corpo de mercenários, de profissionais da guerra, como outros são profissionais da medicina ou da economia, etc.

O sofrimento do povo português e dos povos coloniais com a guerra era escamoteado. Como as baixas não eram espectaculares, procurava-se introduzir a guerra colonial nos hábitos do povo português, acostumar as pessoas a que os seus filhos, ao chegarem à idade militar, fossem fazer dois anos de guerra a África.

Por outro lado os fascistas-colonialistas diziam que as guerras coloniais eram instigadas pelo comunismo internacional, fomentadas de fora para dentro, mas os jovens oficiais, os militares portugueses que ali se batiam verificavam o contrário, as condições miseráveis em que viviam os povos africanos desde um analfabetismo quase total à maior indigência, à maior miséria. Eu vi por exemplo, no distrito de Tete, esses utilizarem água para beber, de uma qualidade difícil de imaginar. Se-

gundo a propaganda do regime havia apoio popular nas colónias portuguesas e nós estaríamos a defender os grandes valores que vinham desde a época dos descobrimentos portugueses.

Ora isso era falso. Uma das coisas que impressionava os oficiais era que, ao fim de 500 anos de estarmos em África ou na Índia, as populações quase não sabiam falar português. Tudo isto contribuiu para um amadurecimento da consciência de um largo sector de militares, que compreenderam que as Forças Armadas eram, no fundo, o último sustentáculo de uma ditadura fascista-colonialista odiada pelo povo português, e pelos povos das colónias.

#### A INTERFERÊNCIA DAS FA NA POLÍTICA DÁ-SE EM TODO O LADO

Nos últimos quatro anos o poder tudo tem feito para que a política saia dos quartéis. Mas por outro lado, é a própria direita, apesar de insistir no regresso dos militares às casernas, que admite na prática não poder o actual regime português passar sem uma actuação directa da hierarquia militar.

Eu penso que não é só no nosso país que se verifica a intervenção, a influência, das Forças Armadas na vida política. Verifica-se em todos os países desde que exista um Estado de classes e mesmo nos Estados que caminham para a supressão das classes, dado o contexto internacional e o contexto em que se desenvolve esse processo.

Portanto, não devemos nem podemos considerar que sejam um atavismo dos portugueses as numerosas interferências e influências das Forças Armadas no processo económico, social, político, de desenvolvimento do nosso país.

Simplemente sendo isso uma realidade, que não pode ser escamoteada, se formos leais e honestos para com o nosso povo, devemos procurar que a actuação desta componente relevante do poder político se desenrole a céu aberto, à vista das pessoas, dentro de regras estabelecidas. Agora dizer-se que o poder militar deve subordinar-se ao poder civil e depois andar nos bastidores, nos gabinetes dos políticos civis e dos comandos militares a procurar criar correlações de forças com repercussões dentro das Forças Armadas,



de modo que as Forças Armadas tomem encapotadamente determinada política e não uma que sirva os interesses nacionais, isso é desleal, isso é desonesto, isso é mentir ao povo português.

Quanto a mim não tenho quaisquer dúvidas; é característico do processo político português, que as Forças Armadas tenham uma interferência na vida política, e isto desde sempre. Como disse esta interferência existe em toda a parte.

Em Portugal, a fragilidade relativa do poder da burguesia obriga-a, frequentemente, a recorrer às Forças Armadas para sustentar o seu domínio. Ao contrário, por exemplo, da burguesia francesa, que, como dispõe de maior riqueza, maior poder económico e explora parcelas do Terceiro Mundo como nós nunca explorámos, tem capacidade de responder às reivindicações populares sem recorrer abertamente às Forças Armadas. Contudo, quando se torna de todo em todo necessário, a burguesia francesa faz intervir na sua política as Forças Armadas, como fez em 1958, em Argel, Ajaccio e em Maio de 1968.

Aliás com o agravamento da crise do sistema capitalista, o movimento de libertação nacional dos povos do Terceiro Mundo e o alargamento do campo socialista, aparece cada vez mais claramente a

interferência das Forças Armadas nos países capitalistas industrializados, que se apontam como exemplos de democracia política. São os casos da existência dos complexos militares-industriais, da militarização crescente da economia, da influência das exportações de armamento na balança de pagamentos, da participação crescente de personalidades militares na vida política, etc.

Por estas razões, penso que o grande mérito da nossa Constituição é o de focar abertamente, transparentemente, o papel das Forças Armadas.

Aliás nós não podemos esquecer o papel fundamental que as Forças Armadas tiveram, por intermédio do MFA, no derubamento do fascismo, na criação de um regime democrático, com uma Constituição que vincula as Forças Armadas à defesa, à garantia e ao prosseguimento do processo democrático.

Desde 1976 que se apela insistentemente ao regresso à hierarquia militar. Qual o seu verdadeiro significado sabendo que mesmo durante o regime de Salazar-Caetano, a par de uma rigorosa selecção política na ascensão ao generalato, a referida hierarquia era ultrapassada sempre que o fascismo disso sentia necessidade?

No tempo do fascismo havia uma imbricação estreita entre a alta hierarquia militar e o poder político. Regra geral os generais eram feitos por considerações de ordem política; eram promovidos os homens que davam garantias de fidelidade ao regime.

Todos os militares honrados, e falo com a experiência que tenho de 30 anos nas fileiras, ambicionaram sempre ter à sua frente uma hierarquia que fosse um exemplo de ética militar, de brio, de dignidade moral e de competência profissional. A alta hierarquia anterior ao 25 de Abril, não tinha qualquer prestígio, salvo raríssimas excepções, entre os militares mais jovens.

Quando a guerra colonial chegou ao fim, o moral das Forças Armadas estava muito abalado. Ao longo dessa guerra fomos, na prática, umas Forças Armadas derrotadas, embora não tivéssemos sofrido derrotas espectaculares. Todo o processo apontava para a derrota dos objectivos que o governo fascista prosseguia, e para a vitória dos Movimentos de Libertação Nacional. Como guerra colonial que

era, batiamo-nos por uma causa injusta, o que provocava graves preocupações à consciência dos militares.

Dadas as condições que havia no próprio seio do MFA, condições directamente ligadas à grande unidade que tora possível fazer, entre nós, para derrubar o fascismo em 25 de Abril de 1974, não pudemos declarar o fim imediato da injusta guerra. As operações continuaram, o que mais agravou o moral e o estado de disciplina das nossas tropas, que era vulgar recusarem-se a continuar a guerra depois do 25 de Abril.

O processo do cessar fogo foi complexo, irregular, com tempos diferentes para cada território.

### A CRIAÇÃO DE UMA NOVA HIERARQUIA

Toda esta situação derivada da guerra colonial contribuiu para agravar as inevitáveis agitação e contestação que necessariamente teriam de surgir no seio das Forças Armadas, após o derubamento do fascismo de que elas haviam sido o último suporte. Era necessário, portanto, uma nova disciplina, uma nova hierarquia, baseadas em princípios diferentes dos seguidos no tempo do fascismo.

Tendo a consciência desses problemas o MFA pretendeu, de facto, criar uma



*O grande capital tinha necessidade de um sistema terrorista de dominação do povo*

nova hierarquia baseada nos seguintes princípios:

- ética militar, dignidade e exemplo moral;
- competência profissional;
- fidelidade ao espírito do 25 de Abril.

As agudas tensões sociais desencadeadas depois do 25 de Abril, como consequência necessária do derrubamento da ditadura fascista que havia durado quase meio século, as alterações das relações entre as classes e camadas sociais, o boicote, a sabotagem, a luta cada vez mais dura que promoviam os antigos estóios do fascismo, que haviam perdido o poder político mas não ainda o poder económico, tiveram, como não podia deixar de ser, larga e profunda repercussão no interior das Forças Armadas.

Por outro lado, dadas a origem social dos quadros, a sua geral falta de politização e a sua juventude, a juventude e inexperiência política dos soldados, e ainda todo um passado de ausência de vida política legal, organizada, em Portugal, foi também inevitável que dentro das Forças Armadas, com maior incidência no Exército, o esquerdismo encontrasse campo onde foi fácil desenvolver-se e assumir um papel de grande relevo.

Nós, no MFA, não dispúnhamos de quadros em número mínimo suficiente e suficientemente politizados que nos permitissem enquadrar e travar esse surto de

esquerdismo, esclarecendo, executando uma função pedagógica entre esses militares, na sua grande maioria sinceros, que desejaram tudo transformar da noite para o dia, mas que não distinguiam o essencial do acessório, que não analisavam com realismo as condições concretas existentes na nossa sociedade, as relações de força, a capacidade real das massas, etc. Muitos quadros democráticos, mas moderados e hesitantes, mal esclarecidos, asustaram-se com essa movimentação, não foram ganhos para o espírito do 25 de Abril; alguns demitiram-se na sua acção, outros foram recuperados pela antiga hierarquia cuja ideologia havia sido fortemente influenciada pela educação político-militar que recebeu nos tempos do fascismo.

### INVERSÃO DA CORRELAÇÃO DE FORÇAS

Dadas as vicissitudes de um processo tão complicado que ia acentuando divisões no seio do MFA e a ausência de um poder político-militar coeso, forte, revolucionário, o Movimento das Forças Armadas não foi capaz de criar, a tempo, a hierarquia que se tornava necessária a umas Forças Armadas devidamente hierarquizadas e disciplinadas, impregnadas do espírito libertador do programa do MFA. Aliás essa hierarquia deveria ser criada a partir dos valores de que dispúnhamos, então nas Forças Armadas.



*O MFA não soube criar uma nova hierarquia militar que fosse fiel ao 25 de Abril e prestigiada entre os seus subordinados*

A correlação de forças políticas e sociais, civis e militares, à medida que se aprofundava o carácter socializante da Revolução, foi-se modificando até se inverter. Nesta inversão foi factor decisivo o que se passou no interior do MFA, que foi dividido na difícil unidade que o caracterizara até certa fase adiantada do processo democrático revolucionário.

Para a inversão da correlação de forças no interior das Forças Armadas contribuiu muito a unidade que se verificou — contra os sectores consequentes e mais progressistas do MFA — entre os outros sectores democráticos, que até aí tinham estado com o aprofundamento da Revolução, os elementos sinceros mas hesitantes e os elementos da hierarquia militar do tipo antigo, da direita militar. Mas para esta unidade, não o devemos esquecer, contribuíram, também, os erros da esquerda militar mais consequente e, sobretudo, as acções do sector esquerdista.

A evolução que se seguiu conduziu ao 25 de Novembro e posteriormente à recuperação do poder pela hierarquia militar de direita.

Ora, é precisamente esta hierarquia militar de direita, respondendo concretamente à sua pergunta, que fala hoje do regresso à hierarquia militar.

Naturalmente que, ao longo do processo que venho focando, as Forças Armadas foram seriamente abaladas nas antigas relações hierárquicas, características do fascismo.

São estas antigas relações hierárquicas que a direita militar, desde que tomou a direcção das Forças Armadas, tem vindo a restabelecer com grave prejuízo da coesão, camaradagem, unidade e disciplina internas. Mas a situação, hoje, é muito diferente da anterior ao 25 de Abril, não obstante a inegável recuperação capitalista que se tem vindo operando depois da queda do V Governo Provisório.

Hoje, a coesão, a unidade, a camaradagem, a disciplina, a autêntica hierarquia militar respeitada e consentida pelos subordinados, só pode ser estabelecida tendo por base os novos valores políticos, económicos, sociais e culturais, consagrados na Constituição de 1976.

A Constituição é um largo projecto de entendimento entre as classes e camadas sociais que existem em Portugal e não estão ligadas aos interesses dos monopólios, do grande capital, dos latifúndios, dos



imperialistas. Classes e camadas sociais que tudo têm a esperar do progresso da nossa Pátria e da independência nacional.

Ora, a composição social das nossas Forças Armadas não é homogénea, é heterogénea. Ela reflecte a composição social da nossa sociedade e as relações entre as classes. Contudo a grande maioria, a quase totalidade das classes e camadas sociais não monopolistas e não latifundiárias da nossa sociedade, na sua grande maioria, oriundas de classes não detentoras do grande capital ou com ele aparentadas.

Portanto, hoje, o problema da composição social heterogénea das Forças Armadas e da sua implicação na unidade, na disciplina, na camaradagem, na coesão, pode, pela primeira vez na nossa história, ser superado, ser resolvido.

Mas enquanto houver sectores que dentro das Forças Armadas se opõem, de maneira mais ou menos velada, à execução da Constituição, à sua pedagogia, à sua divulgação quotidiana entre as tropas, enquanto houver sectores que estão interessados que ela não seja aplicada aos militares, sectores que discriminem nas promoções, que pratiquem injustiças como vêm acontecendo hoje no seio das Forças Armadas, é difícil, é impossível restabelecer a tal hierarquia, de que falei inicial-

mente, hierarquia amada e respeitada pelos seus subordinados.

O que acabo de dizer ficou bem demonstrado nas recentes comemorações do 25 de Abril, efectuadas entre os militares democratas e constitucionais, fiéis ao espírito do MFA, ao espírito do Programa do Movimento das Forças Armadas.

### O CONSTITUCIONALISMO NAS FA

**Acha que há um espírito constitucionalista nas Forças Armadas?**

Penso que o espírito constitucionalista se está a expandir nas Forças Armadas e que um motivo bastante importante para esse desenvolvimento é precisamente a consagração das Forças Armadas como uma componente relevante do poder político na própria Constituição. O facto de a Constituição estabelecer que as Forças Armadas são garante da democratização do País, do espírito do programa do MFA e têm a obrigação de assegurar o caminho pacífico e pluralista para a democracia e para o socialismo, contribui também para a expansão do espírito constitucionalista dentro das Forças Armadas. Não obstante as resistências que existem, é sobretudo nas camadas jovens que esse espírito está mais desenvolvido. O mesmo acontece com os sargentos, como se tem visto nas comemorações do 31 de Janeiro e 25 de Abril.

**Será que a subversão do espírito da Constituição pela direita, pode levar à eventualidade de um golpe de Estado em Portugal?**

É claro que, se a política de subversão do Governo da AD tiver êxito e apoios nas Forças Armadas, a situação é muito perigosa. Mas estou plenamente convencido que há forças em Portugal, quer na classe operária, nos trabalhadores, entre os democratas, quer dentro das Forças Armadas, suficientes para impedirem o êxito dessa ofensiva subversiva conduzida pelo Governo da AD. Na medida em que o regime constitucional seja consolidado, a probabilidade de um golpe de Estado é cada vez menor.

**Qual o papel das Forças Armadas numa sociedade em processo de democratização como a portuguesa?**

pág. 68 n.º 23/Maio 80

Penso que, no caso concreto português, o papel das Forças Armadas é o de cumprirem as missões, os objectivos e as funções a que estão constitucionalmente vinculadas pela Constituição de 1976.

**Os partidos que compõem a aliança de direita que actualmente governa o País, têm insistido, nos últimos anos, na necessidade de revisão profunda da Constituição. Que pensa da revisão constitucional prevista e da possível institucionalização do referendo?**

O novo regime político, económico e social, institucionalizado na Constituição de 1976, resultou das profundas transformações ocorridas entre as classes e as camadas sociais, e nas estruturas económicas, no regime de propriedade, nas relações de produção.

É caracterizado, no campo político, pelas liberdades políticas, cívicas e sindicais, pela participação popular na vida política, pela participação dos trabalhadores nos assuntos que mais directamente lhes dizem respeito, pelo acesso progressivo dos trabalhadores ao exercício democrático do poder.

No campo económico, caracteriza-se pela apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, pela direcção planificada da economia, pelos direitos ao trabalho, segurança social, saúde, educação, habitação, etc.

O novo regime baseia-se nas transformações progressistas das relações de produção e distribuição. A apropriação colectiva dos meios de produção prevalece em relação à propriedade privada desses meios. A apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos permite pô-los ao serviço da satisfação das necessidades de todo o povo.

Contudo, o novo regime é caracterizado também pela existência de um amplo sector de economia privada cujo fundamento deve ser subordinado aos supremos interesses da Nação e a uma limitação crescente do grau de exploração dos trabalhadores.

### O NÚCLEO FUNDAMENTAL DA CONSTITUIÇÃO DEVE SER RESPEITADO

É este o núcleo político, económico, social, fundamental da Constituição. Assim, a Constituição não é neutra, tem um

# 76 CONSTITUIÇÃO

## preâmbulo

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do País.

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de dar cumprimento a uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo por fim a constituição de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

A Assembleia Constituinte, reunida na sessão plenária de 2 de Abril de 1976, aprova e decreta a Constituição da República Portuguesa.

carácter programático, ideológico, de transição pacífica e pluralista para a democracia e o socialismo, garantido pelas Forças Armadas.

Penso que este núcleo fundamental da Constituição, que define os limites materiais da sua revisão, terá de ser respeitado.

Isto não significa que não haja alterações a introduzir no texto constitucional, nas matérias em que tal seja permitido pela própria Constituição e de acordo com as experiências colhidas na primeira legislatura. Deve-se salientar que, para além do respeito dos limites materiais de revisão, a Constituição é uma ampla plataforma de acordo entre as diferentes correntes políticas que a elaboraram, as quais fizeram para tal muitas concessões políticas, visíveis no texto constitucional, que assim serve a esmagadora maioria do povo português.

Quanto ao referendo, o texto constitucional não o admite como forma de revisão da Constituição. O objectivo da reacção ao procurar impor o referendo é claro. O referendo não é, de modo algum, um meio honesto, leal, de consultar o povo sobre as alterações a introduzir no núcleo essencial de um texto tão complexo como a Constituição. A análise dessas alterações tem múltiplas facetas, contextos, relações implícitas e explícitas, que de tal modo as alterações não podem ser decididas com um simples sim ou não, isolados de toda a complexidade da questão.

O governo reaccionário quer servir-se do referendo para, mediante pergunta ou perguntas que não podem, de modo algum, conter a elucidação do problema, obter uma resposta que lhe seja favorável, para isso se utilizando do atraso da cons-

ciência política de numerosos sectores da nossa população, de cargas emocionais, guerra psicológica, etc.

O referendo é de tal modo inadequado ao tratamento da questão da revisão constitucional que ele não é incluído entre os meios e formas que a Constituição explicitamente estabelece para a sua revisão. O referendo sobre a revisão da Constituição é uma prática desleal, desonesta, contra os interesses do nosso povo. Estou confiante que as forças democráticas e patrióticas saberão impedir tal prática.

### FRUSTRAÇÃO E ENGANO PARA MUITOS

Noventa por cento dos deputados da Assembleia Constituinte aprovaram a Constituição. Na altura não houve grandes contestações. Mas hoje a direita afirma que ela não se enquadra no sistema político português nem é compatível com a inserção na CEE.

No período da elaboração da Constituição os deputados reflectiram conscientemente, e de modo muito aproximado, o movimento popular, podendo dizer-se que ela foi uma verdadeira conquista do povo. O povo votara no socialismo, embora pudesse não ter uma consciência apurada do que isso significava. No mínimo, significava uma larga e profunda aspiração a direitos e liberdades do cidadão, de participação, justiça social, bem-estar económico. Havia um largo consenso em caminhar para o socialismo. Não nos esqueçamos que o próprio PPD defendia então o socialismo e votou a Constituição.

Os governos constitucionais têm prosseguido, contudo, uma política de restauração do capital, política que tem deteriorado o nível de vida dos trabalhadores, da grande maioria da população. Daí uma grande frustração na população, de que resultou que certos sectores menos esclarecidos ou hesitantes, manipulados por uma propaganda demagógica que substituiu a luta e o esclarecimento político e ideológico pela luta psicológica, se tenham deslocado para a direita possibilitando a vitória eleitoral da AD nas legislativas de 2 de Dezembro passado. Não nos esqueçamos, porém, que a maioria da população não votou com a direita.

O facto de a AD dizer que a Constitui-



O Governo AD é subversivo do regime democrático. Na foto Freitas do Amaral e Sá Carneiro

ção não serve ao povo português faz parte da guerra psicológica que ela move no sentido de recuperar para os antigos senhores do tempo do fascismo o domínio do sistema económico e o controlo do poder, no sentido da restauração do capitalismo em Portugal.

Mas é falso que a Constituição não sirva o povo português. Não têm sido aproveitadas as enormes potencialidades económicas hoje ao dispor do Estado português no sentido da satisfação das necessidades do povo, o que é antagónico da satisfação dos super-lucros do grande capital.

A integração na CEE é, quanto a mim, uma operação política destinada a destruir o nosso regime democrático constitucional. Daí os inimigos da Constituição agitarem com a incompatibilidade entre esta e a integração. Mas até partidários da integração, o que não é o meu caso, têm hoje vindo a terreiro, explicando, por 2 e 2 serem 4, que a nossa Constituição não é incompatível com a referida integração.

## A POLÍTICA DA AD É SUBVERSIVA DO REGIME

Como interpretar que a direita tenha escolhido para seu candidato presidencial um general no activo depois de tantas declarações a favor de um civil?

No meu entender as Forças Armadas devem ser uma límpida componente do poder político, com um comportamento subordinado aos órgãos de soberania de acordo com a Constituição em vigor, e à vista de todos os portugueses.

A presente situação em que os paladinos da AD (que tanto têm defendido em palavras a submissão do poder militar ao poder civil) dizem que a metodologia de escolha de um candidato presidencial passou pela busca da anuência da alta hierarquia militar, é mais uma prova do que tenho dito acerca dessa falsa questão da separação do poder político do poder militar.

Ainda um outro ponto: esta ênfase que é dada à subordinação do poder militar ao poder político, na situação em que vivemos, não pode ser desligada dos objectivos da liquidação do Conselho da Revolução, como expressão institucionalizada, ao nível dos órgãos de soberania, da vinculação das Forças Armadas à defesa da Constituição e do regime. No fundo pretende-se liquidar o Conselho da Revolução para que a vinculação das Forças Armadas ao regime não apareça transparentemente aos olhos do povo, e passe, ao

contrário, a ser objecto de arranjos políticos que escapem aos olhos do mesmo povo, e permitam a utilização das Forças Armadas para fins que não sejam os dos interesses do povo e da Pátria, como era no tempo do fascismo.

Vê-se assim que o que a AD pretende é escamotear as relações de facto existentes entre as Forças Armadas e o poder político, com o fim de manipular aquelas.

Pretende a anuência da alta hierarquia militar ao seu projecto de subversão do regime. Isto, aliás, é demonstrado pela escolha de um candidato do 24 de Abril.

## O CR É UM ÓRGÃO ESTABILIZADOR

Como analisa o actual papel do Conselho da Revolução?

Não obstante as reservas que se possam pôr ao Conselho da Revolução na aprovação de leis que considero terem sido aprovadas de modo inconstitucional, como foi a contra-reforma de 1977 (um conjunto de leis que é contra o espírito da Constituição), como foi o decreto 203/78 que tem permitido à hierarquia militar de direita perseguir os militares do 25 de Abril dentro das Forças Armadas, não obstante, ainda, a falta de legislação militar, a falta de democratização das Forças Armadas, o papel do Conselho da revolução é, no balanço geral, positivo. Se o não fosse, não era objecto dos ata-



Os trabalhadores são os principais garantes da democracia e da independência nacional

ques venenosos da direita, da contra-revolução e do governo da AD.

O Conselho da Revolução tem sido, na situação que temos vivido, estabilizador do novo regime democrático. Foi prematuro, da parte das pessoas bem intencionadas, e nomeadamente dos militares, começar a dizer que o Conselho da Revolução deveria acabar para ajustarmos o nosso modelo político aos modelos políticos das democracias ocidentais. Julgo que foi prematuro.

O período de transição não está terminado. A democracia portuguesa não está consolidada, está sujeita a gravíssimos perigos como mostra a actuação do governo da reacção. A democracia portuguesa nunca correu tantos perigos depois do 25 de Abril como agora.

O Conselho da Revolução deve continuar, mas já se deram tais passos que não sei se será possível que ele subsista. Mas, se tal não acontecer, as suas funções e a sua expressão ao nível dos órgãos de soberania, da vinculação das Forças Armadas à democracia, devem ser mantidas por um ou mais órgãos adequados.

E também tem de se ter presente que a situação portuguesa é diferente da que existe na França, na Inglaterra ou na Holanda, etc. Os trabalhadores têm hoje mais direitos em Portugal do que na democrática França, por exemplo. Nós destruimos o capitalismo monopolista. Querer aplicar modelos políticos que não se ajustem às profundas transformações sócio-económicas verificadas na sociedade portuguesa é criar novas tensões entre nós.

### O PERÍODO MAIS CRIADOR DA REVOLUÇÃO

O período em que foi primeiro-ministro constituiu um tempo de esperança e de profundas alterações sociais e económicas. Iniciou-se a construção, depois deitada, de uma sociedade nova. A direita, e não só a direita, chama, porém, a esse período, de "ditadura gonçalvista". Como caracteriza esse período? Quais as transformações ocorridas nessa época que considera principais?



*O período mais criador da Revolução. Costa Gomes dá posse a Vasco Gonçalves no cargo de primeiro-ministro do V Governo Provisório*

Esse período foi o mais criador da Revolução. Nele foram operadas profundas transformações nas estruturas económicas, sociais e políticas da sociedade portuguesa.

A destruição do poder económico do fascismo era uma condição essencial para que houvesse liberdades públicas em Portugal. Nós verificámos, no nosso dia a dia, que era preciso destruir o poder dos monopólios. As grandes transformações, para além de necessárias, objectivamente, ao processo de desenvolvimento histórico nacional, foram operadas num contexto de emergência nacional, de salvação nacional.

Ao realizarmos essas transformações, estávamos a salvar a economia portuguesa do caos a que conduzia o boicote dos grandes monopolistas e latifundiários. Sabemos muito bem que os latifundiários abandonavam as terras, que havia gente que fazia os negócios mais esquisitos que se pudesse imaginar.

Tudo isso se conjugava com a pressão do imperialismo internacional para nos criar enormes dificuldades, quer quanto à liquidação de compromissos financeiros anteriores ao 25 de Abril, quer no escoamento dos nossos produtos, quer na vinda dos turistas, nas remessas dos emigrantes, etc. Durante esse período os turistas não vinham, e isto era um país pacífico com muito menos atentados, menos destruições que em Espanha ou Itália que tinham dezenas de milhões de turistas. Eram feitos, propositadamente, programas na televisão francesa, por exemplo, para criar um ambiente péssimo à vinda de turistas a Portugal. Estes foram os aspectos mais salientes do boicote internacional.

Esquecia-me de referir ainda as exigências quanto a pagamentos das nossas obrigações internacionais acerca de investimentos que foram feitos nas ex-colónias.

Mas o que eu considero fundamental foram a nacionalização da Banca e dos Seguros, dos sectores básicos da produção e dos transportes, a Reforma Agrária, a legislação laboral, os direitos sindicais, os direitos públicos, as liberdades cívicas e políticas.

Isso foi conseguido pela actuação do movimento popular e do movimento das Forças Armadas. Aí revelou-se, de facto, a aliança entre o povo e o MFA. Até se pode talvez falar de Aliança entre o Povo



*Uma "tenebrosa ditadura" que foi derrubada com grande facilidade*

e as Forças Armadas, por intermédio do MFA, porque houve realmente um grupo de militares patriotas que se identificaram profundamente com o povo, compreenderam o processo que se estava a viver e caminharam para essas grandes transformações da nossa economia e da nossa sociedade. Elas destruíram o capital monopolista em Portugal, mas não destruíram todo o grande capital nem todos os latifúndios.

A partir dos meados de 75, com os avanços da Revolução, houve camadas intermédias e sectores políticos que tiveram medo dos passos que se estavam a dar. Falavam do excessivo ritmo da Revolução. Mas afinal os passos que demos foram os consignados mais tarde na Constituição.

## UMA REVOLUÇÃO INDEFESA

E quanto à expressão "ditadura gonalvista"?

Corresponde ao seguinte: querer-se passar da luta no plano político e ideológico para o da guerra psicológica, em particular porque o nosso povo era muito sensível à palavra ditadura. Tinha vivido durante 48 anos debaixo da ditadura. Esse período mais criador da Revolução foi

atacado com slogans de esquerda como sejam "o socialismo da abundância" e "o socialismo em liberdade" e não com slogans de direita. Era precisamente para criar abundância e liberdade em Portugal que nós tínhamos feito o 25 de Abril. A liberdade e a abundância não caem do céu de um dia para o outro.

Quais foram as características da ditadura gonçalvista? Que ditadura foi essa em que a televisão e a rádio diziam o que queriam? Criaram-se jornais, pasquins dos mais miseráveis, durante esse tempo. As pessoas tinham as maiores liberdades, havia ataques bombistas, havia ameaças, grupos de arruaceiros que correram de norte a sul de Portugal.

Afirmo categoricamente que a Revolução portuguesa foi uma Revolução indefesa, por diversas razões que não vou mencionar agora, mas bastante interessantes do ponto de vista da análise dos processos históricos. Por um lado, tínhamos uma desconfiança a tudo o que cheirasse a polícias políticas, a serviços de informação e a censura, visto que tivemos tudo isso durante os 48 anos de fascismo. Por outro lado, os técnicos dos meios militares que sabiam alguma coisa disso, tinham estado ligados a serviços internacionais a que nós púnhamos certas reservas e dúvidas, e aqueles que podiam verdadeiramente defender a Revolução portuguesa eram os homens que estavam ligados aos sectores da esquerda contra os quais havia muitos preconceitos no MFA.

Essa "tenebrosa ditadura" foi derrubada com grande facilidade, e num período muito curto...

A descolonização é um facto irreversível. Apesar do dramático caso de Timor, pode-se considerar que a descolonização portuguesa foi das menos dolorosas das descolonizações europeias. Porém no caso de Angola, é convicção generalizada que muito se poderia ter evitado. Quais os motivos por que isso não foi possível?

Desde o início que os elementos do MFA mais esclarecidos, mais patriotas, mais conhecedores do que se passava nas ex-colónias, pretenderam que a descolonização fosse limpa, não neo-colonialista. Tínhamos a consciência de que Portugal tinha responsabilidades históricas em relação a povos que tinham sido oprimidos e explorados pelo colonialismo português.

Procurávamos que as condições que fossem criadas aos novos Estados no seu arranque fossem de modo a possibilitar-lhes escolher livremente o caminho que entendessem e, por outro lado, caminharem de mãos dadas com Portugal. Nalguns casos conseguimos isso. Noutros foi pior — e um dos casos em que foi pior foi, precisamente, o de Angola, e porque?

## A INTERVENÇÃO DO IMPERIALISMO

Parece-me, e sem preocupação de elaborar uma exposição muito estruturada, que devemos salientar certas particularidades da descolonização de Angola.

Em primeiro lugar, o peso da população branca. Em seguida, os interesses imperialistas. Depois, em Angola, apareceram três movimentos que se intitulavam de libertação mas, na realidade, havia, um só movimento de libertação nacional, o MPLA. A FNLA era apoiada pelo Zaire, pela China e pelos Americanos. A UNITA era apoiada pelos interesses dos colonos brancos, e mais tarde, ao longo do processo de descolonização, pela África do Sul.

O problema complicava-se ainda mais pelos interesses neo-colonialistas existentes aqui em Portugal e de que era expoente o general Spínola. O encontro do Sal com Mobutu procurava privilegiar a FNLA, exprimir esses interesses.

Os trágicos acontecimentos em Angola foram provocados pela intervenção imperialista e pelos meios neo-colonialistas portugueses que apoiavam a UNITA e a FNLA. A luta intestina destinou-se a fomentar o caos em Angola.

Com o êxodo dos portugueses havia dois objectivos fundamentais, partilhados pelas forças reaccionárias nacionais e internacionais: por um lado, dismantelar a economia angolana privando-a dos seus quadros; por outro, travar o processo revolucionário aqui em Portugal com o acesso de cerca de 300 mil retornados que se sentiam naturalmente frustrados nas suas expectativas de futuro e que constituíam um grande campo de recrutamento das forças reaccionárias portuguesas, além de nos colocarem graves problemas económicos e sociais.

Um exemplo: o governo português, a braços com a situação e querendo satisfazer a vontade dos que desejavam regressar

Tudo o que seja estreitar as relações com esses países não pode deixar de merecer o apoio das forças progressistas em Portugal. É por isso que hoje é motivo de satisfação ouvir-se falar em relações exemplares aos mais altos representantes de Portugal e Cabo Verde. Era isso mesmo que nós pretendíamos ao iniciar a descolonização. Contudo, esse fenómeno parece uma excepção dada a política de restauração e de subordinação ao imperialismo que tem sido prosseguida pelos sucessivos Governos que temos tido a partir da queda do V Governo Provisório, com excepção, no campo das relações com o Terceiro Mundo, do V Governo Constitucional.

Neste aspecto, a actual política do Governo AD tem sido desastrosa para Portugal, pois aquele Governo segue servilmente os meios imperialistas mais agressivos, com o fim de reconstituir o domínio da grande burguesia portuguesa.

Os interesses imperialistas pretendem hoje que Portugal seja o elo intermediário dos interesses da Europa capitalista, e, portanto, tem de haver muita lucidez da parte dos dirigentes portugueses, sinceramente empenhados na ligação com a África, para que a nossa política africana

não redunde em ponta de lança dos interesses do imperialismo.

Por isso, às aberturas que possam haver da parte do Presidente da República em relação a esses povos, desde que tenham por objectivo os legítimos interesses de Portugal e dos povos das ex-colónias, só poderão contribuir para o fortalecimento da nossa posição política internacional como Estado independente.

Na medida em que tenhamos uma política externa autónoma, uma política de estreitamento das relações com os países não-alinhados, com os países do Terceiro Mundo e, em particular, com os países que sigam uma linha independente de desenvolvimento nacional e até de desenvolvimento não-capitalista, nessa medida nós poderemos fortalecer a nossa posição internacional e reforçar a nossa independência nacional. Por conseguinte, tudo o que sejam passos nesse sentido são passos positivos.

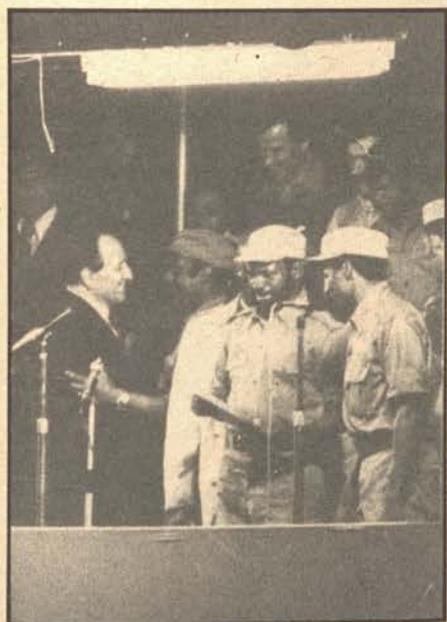
#### PORTUGAL NÃO ESTÁ DOMESTICADO

O socialismo em Portugal será nos próximos anos "assunto arrumado"? O "filho irreverente" da Europa que Portugal foi em 74 e 75 está "convenientemente domesticado" num futuro mais ou menos longínquo?

Não; não considero que isso seja uma questão posta de parte. Antes pelo contrário, é preciso ver que as características da nossa democracia, que são as de uma democracia avançada, estão estreitamente ligadas ao rumo para o socialismo.

Pôr em prática a Constituição é rumar para o socialismo, e hoje a luta é essa. É entre aqueles que pretendem cumprir a Constituição e aqueles que a pretendem subverter e destruir. Toda a luta que hoje vemos desenvolver-se contra o actual Governo reaccionário insere-se na luta não só pela democracia como pelo socialismo.

Não considero de maneira nenhuma Portugal domesticado e penso mesmo que hoje o movimento sindical, a nossa classe operária, estão mais conscientes do que estavam em 75, e mesmo nas camadas intermédias há, também, mais consciencialização. Isso não significa que não haja sectores da população que se vão desmobilizando, mas os que têm função preponderante no desenvolvimento do



No dia da independência de Moçambique, 25 de Junho de 1975, Vasco Gonçalves cumprimenta Marcelino dos Santos na presença de Samora Machel

a Portugal, precisava de um auxílio para a ponte aérea a estabelecer. Aí intervêm, para além de outras, pressões dos norte-americanos que se propõem apoiar a ponte aérea desde que não seja o V Governo Provisório que esteja no poder. O objectivo era também precipitar a queda do V Governo Provisório, porque este era um obstáculo à intervenção do imperialismo em Angola e à intervenção neo-colonialista da parte dos interesses que em Portugal estavam ligados à antiga exploração colonial.

### PORTUGAL TEM TODO O INTERESSE EM ESTREITAR RELAÇÕES COM OS NOVOS PAÍSES AFRICANOS

Como analisa a evolução das relações de Portugal com os novos países africanos de língua portuguesa? Considera que os esforços conduzidos pelo Presidente da República para a normalização das relações ficam comprometidos com a subida ao poder de um governo de direita?

Desde o princípio, estava no nosso espírito o estabelecimento de relações

exemplares com esses países africanos. As relações tinham de ser moldadas numa base não imperialista, não colonialista, anti-apartheid e progressista.

Essas relações exemplares da nossa parte com os países africanos que resolveram utilizar a nossa língua como língua oficial, tinham um interesse extraordinário para nós e tive ocasião de o observar quando assisti às independências de Moçambique e Cabo Verde. Elas podiam estreitar, cada vez mais, a colaboração mutuamente vantajosa com esses países africanos, e dar a Portugal um outro lugar no conjunto das relações internacionais que hoje não tem.

Das relações estreitas com esses países só temos a beneficiar em todos os campos, no político, económico, cultural, etc. As nossas economias na fase actual do desenvolvimento poderiam, de certo modo, ser complementares. A construção do socialismo em Angola e em Moçambique, por exemplo, é uma acção-piloto em Africa, terá repercussões profundíssimas em todo o continente e será um exemplo para a verdadeira libertação dos povos africanos.



*Independência de Cabo Verde*



processo histórico, esses, estão cada vez mais consciencializados. A questão do socialismo continua a ser uma questão que está bem presente na sociedade portuguesa.

Aliás, o actual regime constitucional é de transição para o socialismo. Defendê-lo e consolidá-lo é dar passos rumo ao socialismo.

O nosso movimento popular pode pedir meças ao movimento popular em Itália ou na França, não falando já na Inglaterra ou noutros países. Facilmente esse aspecto pode ser observado na participação e no entusiasmo popular, na quantidade de reuniões, de manifestações, etc. Apesar de se dizer que o número de dias de greve noutros países da Europa Ocidental é maior que em Portugal, isso não significa menor consciência política da parte dos trabalhadores portugueses. Pode significar outras coisas: muita consciência política, que o povo português sabe utilizar as greves, as paralizações, as manifestações e as interrupções de trabalho na sua luta em defesa dos seus interesses e do regime, de modo adequado à situação nacional, etc.

É muito importante que se diga que hoje quem está dentro do quadro constitucional são as forças do trabalho, são as forças democráticas, são os trabalhadores, não é o Governo da reacção.

É de apreciar a consciência política e social dos trabalhadores que, actuando dentro do quadro constitucional, resistem, utilizando as garantias, as liberdades e os direitos constitucionais na luta contra os avanços da direita e da reacção. As

classes trabalhadoras portuguesas, a classe operária, os democratas, as classes intermédias, os próprios intelectuais, de maneira nenhuma se podem considerar como domesticados.

## AS LIÇÕES DO PROCESSO

**Que ensinamentos pessoais lhe trouxe toda a sua experiência como primeiro-ministro e figura preponderante do MFA?**

O primeiro ensinamento foi o de que a questão fundamental numa revolução é a questão do poder. Nós nunca conseguimos dispor de um poder verdadeiramente revolucionário, coerente, coeso, salvo em certos períodos muito curtos. Talvez nesses períodos não tenhamos sido audaciosos, determinados. Admito que se possam fazer essas críticas.

O segundo ensinamento é o de que não é possível em Portugal existir um verdadeiro regime de liberdades, direitos cívicos políticos e sindicais, uma política de desenvolvimento económico nacional, ao mesmo tempo que o poder dos monopólios e latifúndios. Isto ficou demonstrado com as profundas transformações económico-sociais operadas nas estruturas da nossa sociedade.

Uma terceira lição foi a do carácter de emergência de que se revestiram as medidas de nacionalização da banca e dos seguros, da nacionalização dos sectores básicos da produção e transportes, da Reforma Agrária. Esse carácter de emergência, de medidas de avanço da economia nacional, resultou da sabotagem e do boi-

cote económicos, da luta que por todos os meios, incluindo os violentos, moviam os detentores do antigo poder económico contra a nova situação democrática, contra a nossa economia, contra os trabalhadores, contra o movimento popular, contra o MFA.

Finalmente, um outro ensinamento: a inter-relação, a conexão que existe entre

Vasco dos Santos Gonçalves nasceu em 3 de Maio de 1921 na cidade de Lisboa.

Após a frequência do Liceu Camões, em Lisboa, matricula-se na Faculdade de Ciências em 1939, completando os preparatórios de Engenharia Militar três anos depois.

Admitido em 1942 na Escola do Exército (agora Academia Militar) vem a ser promovido a alferes de engenharia em 16 de Setembro de 1944.

Ao longo da sua carreira militar desempenhou as mais diversas funções de comando, chefia e instrução no âmbito da Engenharia militar.

Promovido a capitão em 1954, a major em 1963, a tenente-coronel quatro anos depois e a coronel em 1971, foi sempre considerado um oficial muito competente e um excelente camarada.

Sendo um dos primeiros oficiais superiores do exército a aderir em 1973 ao Movimento dos Capitães, fez parte do MFA desde a sua fundação e é um dos elementos mais importantes da Comissão Coordenadora do Movimento criada após o 25 de Abril de 1974.

Designado por Spínola e com o total apoio do MFA, toma posse como primeiro-ministro do II Governo Provisório em 18 de Julho de 74 e preside aos seguintes III, IV e V Governos até 28 de Agosto de 1975.

Promovido a brigadeiro em Setembro de 74 e a general em Maio de 75, é saneado e passado compulsivamente à situação militar de reserva em Fevereiro de 76.

Casou em 1950 com Aida da Rocha Afonso e tem dois filhos, a Maria João e o Vítor Cândido.

os factores objectivos, os factores subjectivos e o papel das personalidades na história.

Os factores objectivos desenvolvem-se ao nível das relações estruturais, relações materiais de base, relações que se produzem e reproduzem no acto produtivo, independentemente da vontade dos homens ou dos homens tomarem delas consciência. Os factores subjectivos desenvolvem-se ao nível da consciência social, das ideias, dos objectivos das pessoas e das organizações políticas, associativas, etc., que elas criam para prosseguirem esses objectivos, a realização dessas ideias, etc.

No campo subjectivo desenvolve-se a acção de certas personalidades através das quais se exprimem as forças sociais em movimento, exprimem correntes de opinião. São personalidades que podem desempenhar um importante papel no conjunto do movimento social, dadas as forças que representam, os cargos que ocupam, as relações no interior do aparelho de Estado.

O General Vasco Gonçalves tem-se recusado a exercer, desde que deixou o cargo de primeiro-ministro, uma actuação política directa. Só lhe são conhecidas meia dúzia de entrevistas, alguns textos sobre o 25 de Abril, nomeadamente o seu recente livro sobre as Forças Armadas. Considera concluída a sua acção política activa?

Isso está relacionado com as ideias que desde sempre tive sobre o cidadão e sobre a vida política. Penso que o cidadão (já Aristóteles o dizia) é um animal político. Qualquer cidadão é um animal político por acção ou por omissão. Logo um cidadão consciente, identificado com os interesses da sua Pátria, consciente da sua dignidade como homem, como pessoa humana, deve interessar-se pelos assuntos políticos, sociais, económicos, culturais da sua Pátria e do Mundo.

Qualquer cidadão pode ajudar ao progresso da sua Pátria, ao desenvolvimento do homem. Digo mesmo que até ao último minuto da vida, cada homem, qualquer que seja o seu posto, a sua função, a sua situação, desde que tenha o cérebro e o coração identificados com o seu povo, pode dar a sua contribuição para o progresso da sua Pátria.

E esta a minha posição.

# CABO VERDE

## Criar condições para a verdadeira libertação



*A independência — a 5 de Julho de 1975 — foi apenas o culminar de uma fase; outra bem mais dura e difícil se lhe seguiu: a reconstrução de um país por dez ilhas espalhadas no Atlântico e mergulhado num subdesenvolvimento endémico.*

Baptista da Silva

n.º 23/Maio 80 pág. 79



Os efeitos da seca que atingiu Cabo Verde e toda a região do Sahel entre 1968 e 1978

“Queremos construir uma democracia nacional revolucionária em que as massas participem na discussão e gestão dos assuntos nacionais. Para nós, a democracia é as massas decidirem o seu próprio destino” — afirmava-nos resolutamente Olívio Pires, responsável pela organização do PAIGC em Cabo Verde, numa curta conversa que mantivemos durante o intervalo entre duas reuniões de responsáveis do Partido em todas as ilhas do arquipélago.

A declaração do responsável máximo da organização do PAIGC em Cabo Verde; no fundo, tocava-nos “cá dentro”, não porque constituísse para nós algo que não esperássemos ouvir — ela insere-se perfeitamente nas resoluções adoptadas pelo III Congresso do PAIGC — mas porque é sempre reconfortante ouvir de viva voz essas afirmações de princípio político assumido por parte de um alto responsável do Partido e mergulhados que estávamos já desde alguns

dias na dura e difícil realidade cabo-verdiana.

Tínhamos chegado à Praia, capital do país, vindos directamente de Bissau, no voo dos Transportes Aéreos de Cabo Verde que todas as terças-feiras liga as capitais das duas repúblicas irmãs. O voo, num já usado mas seguro bimotor HS-748, tinha sido agradável, embora a velocidade emprestada pelos dois motores “Rolls-Royce” ao aparelho não fizesse perigar a vida do mais débil cardíaco. Demorámos três horas e pouco, e, à chegada, cumprido que foi o respeitoso silêncio que marca qualquer aterragem, houve que ter mãos para a bagagem e empregar o físico para contrariar o vento que quase ininterruptamente varre as dez ilhas que constituem o arquipélago.

As “bebedeiras de verde” da selva guineense (adaptando o que diz o poeta) que nos pairavam ainda nos olhos também elas murcham em contacto com esta paisagem quase lunar que caracteriza as desertifi-

cadas e montanhosas paisagens das ilhas cabo-verdianas. Aqui, é o castanho encarniçado a cor que impera, em contraste bem vivo com o azul do Atlântico. Mas o país barbeado do verde, rochoso, de fracos recursos naturais que os cabo-verdianos viram independente em Julho de 1975, não é encarado pelos seus naturais que aí residem, ou pelos outros tantos que pelo estrangeiro labutam, como um fatalismo, antes sim um desafio, uma esperança de transformação ecológica e social. É frequente ouvir dos cabo-verdianos a expressão: “Este é o país que herdámos. Não temos outro”.

#### “SE AS IGREJAS FOSSEM RIQUEZA... NÃO TINHAMOS QUE NOS QUEIXAR”

Quisemos vir ver com os nossos próprios olhos a realidade cabo-verdiana, passados que eram já quase cinco anos da proclamação da independência. Sabíamos que as dificuldades eram

muitas. Como se não bastassem já os problemas inerentes à insularidade do país, geograficamente repartido por 10 ilhas e cinco ilhéus, dispostos em dois grupos — Barlavento e Sotavento —, assim chamados de acordo com o vento dominante, e a desertificação a que o seu território tem estado sujeito, os cabo-verdianos e o seu governo tiveram que achar resposta para os problemas alimentares provocados por uma seca de cerca de 10 anos, seca que atingiu de um modo geral toda a região africana do Sahel, mas que atingiu Cabo Verde de forma particularmente grave. A ONU foi a primeira a reconhecê-lo, integrando o então recém país independente na lista de países a prestar auxílio contra a calamidade.

Mas se os longos períodos de seca são uma fatalidade quase endêmica que se abate sobre as ilhas de anos a anos, a irregularidade das chuvas é um mal permanente. A média de precipitação é extremamente baixa, da ordem dos 200-250 mm por ano, enquanto que em Dakar, capital do Senegal e que das ilhas não distará talvez mais de 500 quilómetros, a média pluviométrica é já de 700 mm/ano. Não é que não chova, o problema é que nem sempre chove quando devia chover, lá para Setembro-Outubro, para cultivar as culturas tradicionais do milho e do feijão, e quando chove, por estranho que possa parecer, chove em demasia...

O cabo-verdiano tem, aliás, uma expressão que ilustra essa situação em toda a sua dimensão. Ditado antigo cuja origem se perde nos seus remotos antepas-

sados: "quando não chove é a fome, quando chove... é a tragédia", uma verdadeira torrente que arrasta culturas, gado e, o que é mais importante, o próprio solo agrícola. Tudo direitinho ao mar.

Noticiava o jornal "Voz di Povo" na sua edição de 30 de Setembro de 1978 sobre as chuvas que marcaram o termo da seca que há dez anos fustigava o território: "185 mil metros cúbicos de água passaram desperceitados pelo Vale da Ribeira Grande somente em 24 horas de um dia do início deste mês, aquando as chuvas torrenciais..."

Depois de percorrermos a ilha de Santiago onde se situa a capital do país, e ter visitado as mais importantes obras de beneficiação agrícola e de protecção dos terrenos, depois de termos cruzado com as suas gentes e aldeias, onde a cor vulcânica do casario e do solo pedregoso contrasta sempre com a alvura da igreja — sempre presente — que a domina (os nossos camaradas da imprensa cabo-verdiana comentavam: "se as igrejas fossem riqueza... não tínhamos que nos queixar"); depois de termos espraçado o olhar pelo mar e regalado com um inundado prato de "cachu-

pa" (comida tradicional cabo-verdiana feito com grãos de milho cozido regados geralmente por uma apetitosa caldeirada de peixe) regressámos à Praia, onde, no dia seguinte pela manhã, tínhamos conversa marcada com o Ministro do Desenvolvimento Rural.

### A PROPRIEDADE PRIVADA EXISTE; EXISTE AINDA NA MENTALIDADE...

O Ministério do Desenvolvimento Rural é dos poucos serviços administrativos que não se situa na Praça 12 de Setembro, a "Baixa" da cidade, o centro obrigatório de encontro, localizada no planalto que domina o porto e os bairros periféricos. Praça em muito semelhante a muitas praças existentes nalgumas vilas de Portugal, onde nem sequer falta no seu meio um harmonioso coreto à espera de qualquer banda que possa alegrar a festa. E para festas, para o baile ninguém leva o cabo-verdiano à "palma", ou não fosse ele quem inventou a "coladera".

Porém, o Ministério poucos metros dista da Praça. Subimos ao seu terceiro andar, onde fomos encontrar no seu gabinete de trabalho o jovem engenheiro João Pereira da Silva, Ministro



"Se as Igrejas fossem riqueza, não tínhamos que nos queixar!"



Eng. João Pereira da Silva,  
ministro do Desenvolvimento  
Rural

do Desenvolvimento Rural.

Como lhe perguntássemos como se caracterizava a estrutura fundiária em Cabo Verde, respondeu-nos: "a estrutura agrária do país deriva da forma como foram ocupadas as ilhas. Historicamente esse processo foi muito diferente do que se passou na Guiné. As ilhas de Cabo Verde eram desabitadas quando cá chegaram os primeiros portugueses. Depois seguiu-se um processo de colonização semelhante ao das ilhas dos Açores e da Madeira: com um sistema de donatários que mais tarde se transformaram em proprietários. Passámos pela fase dos "morgadios", bastante semelhante àquilo que se passou em certas regiões de Portugal. Daí que a propriedade privada existisse, exista ainda na mentalidade das pessoas...

Fundamentalmente a terra em Cabo Verde pertence a proprietários privados que ou a exploram directamente, a arrendam ou a exploram em parceria.

*Mas, ao que sei, o Estado interveio nesse panorama após a independência, em 1975, e a ascensão do PAIGC ao poder.*

Sim, procurámos transformá-lo. O latifúndio, foi praticamente extinto. As grandes propriedades fo-

ram nacionalizadas ou porque os seus proprietários se opuseram à independência, aliando-se a partidos fantoches, ou porque fugiram de Cabo Verde e as suas propriedades foram postas sob tutela. A única grande exploração capitalista pertencente a um português que foi praticamente expulso ainda durante o governo de transição, foi nacionalizada e constitui hoje a Granja Justino Lopes, que fica aqui mesmo na ilha de Santiago.

Pode-se, pois, dizer que o latifúndio como sistema económico não existe mais em Cabo Verde. Existe sim gente que de facto é nominalmente proprietária de grandes extensões de terras de sequeiro — de regadio existem muito pouco — que, na situação do nosso país, com os longos anos de seca, têm rendimentos baixíssimos. Não são pessoas que constituam um grupo coeso, economicamente com alguma força, que possam exercer alguma pressão.

*Uma das críticas que se faz e que se ouve é precisamente uma certa morosidade que após 1975 tem caracterizado esse processo de alteração das estruturas fundiárias herdadas do tempo colonial...*

A situação vai sendo pouco a pouco transformada — a passos que podem parecer lentos — mas que dada a nossa situação interna e externa eram o caminho mais correcto a seguir.

## REFORMA AGRÁRIA PARA 1981

*Pode-se pois dizer que a acção do seu Ministério se virou mais para a regulamentação de arrendamento da terra, procurando prote-*

*ger os parceiros e rendeiros que constituem quase metade da população activa residente em Cabo Verde...*

Procurámos de facto pôr em execução a lei sobre o arrendamento que já vinha do tempo colonial mas que nunca fora posta em prática pela Administração colonial, já que essa lei ia contra os interesses dos proprietários na medida em que fixava certos princípios que defendiam o arrendatário. Depois de devidamente "retocada", nomeadamente através da extinção das Comissões arbitrais, que a lei inicial previa, e a criação de comissões concelhias de camponeses, pôs-se a lei em execução. Legalmente extinguiu-se a parceria, criando-se alguns mecanismos para transformar os antigos contratos de parceria em contratos de arrendamento; criou-se a possibilidade da renda poder ser fixada por essas comissões concelhias de camponeses caso não houvesse acordo entre as partes e um processo para, de facto, impedir a expulsão dos rendeiros.

Depois dessa lei sobre o arrendamento, saíram duas muito importantes sobre o problema da água: uma nacionalizando as águas e uma outra regulamentando a abertura de poços e de captações.

*Aquí, em Cabo Verde, a água é "como o pão para a boca"...*

Quem controlar a água não precisa ser proprietário... havia até quem vendesse a terra e viesse depois alugar os direitos da água ao novo proprietário...

*Para quando pois uma lei de Reforma Agrária que dê, ou ceda, "a terra a quem a trabalha"?*

Neste momento existe uma comissão nacional que está a estudar a futura lei da Reforma Agrária, que nós esperamos seja promulgada em princípios de 1981.

Vamos procurar estimular os camponeses a associarem-se. — praticamente não existem associações de camponeses na nossa terra — não sabendo nós ainda se essas parcelas que vão passar para a posse do Estado passarão a ser propriedade privada individual dos camponeses ou não. Pretendemos porém criar um sistema que garanta de facto a subsistência das pessoas que trabalham a terra a um nível consentâneo com os níveis aceites como de bem-estar.

A futura lei de Reforma Agrária, mais do que pretender ser um conjunto acabado de regras, deverá apontar-nos o caminho...

Por outro lado, não sabemos ainda em definitivo se o processo deverá ser centralizado através de um Instituto de Reforma Agrária,

ou baseado nas organizações locais de camponeses, que assinalarão as propriedades a serem intervencionadas. Pensamos, porém, que devemos deixar em aberto a possibilidade de se conciliar essas duas formas.

#### EM 4 ANOS, CONSTRUÍRAM-SE 6 MIL DIQUES

A nossa conversa com o Ministro do Desenvolvimento Rural cabo-verdiano perderá já o carácter da entrevista formal de pergunta e resposta, e o engenheiro João Pereira da Silva fala-nos com entusiasmo das realizações já empreendidas pelo seu Ministério: "Desde a independência para cá foram já construídos mais de 6 mil diques em todas as ilhas e é bom que se diga que a grande maioria dessas obras foram construídas à mão..."

Já no dia anterior, durante a volta à ilha de Santiago nos tinham explicado que a construção desses diques era, a par com os trabalhos de florestação das ilhas, dos mais importantes trabalhos agrícolas e ecológicos que se estão a realizar no país. Sem eles Cabo

Verde correria o risco de dentro de não muitos anos ser um país sem solo agrícola, desventrado, com as paisagens delimitadas pelas arestas da rocha-mãe.

Os diques e as banquetas de protecção que o Ministro do Desenvolvimento Rural nos fala pretendem, para além de diminuir drasticamente a "correria" das águas em direcção ao mar e a erosão inerente, fazer com que a infiltração da água no subsolo das ilhas seja muito maior. Com a vantagem, ainda, de a montante dos diques se podem cultivar pequenas ou médias hortas de regadio temporário.

"Todos estes investimentos — esclarece — são feitos pelo Estado. Não há nenhum investimento privado nesse domínio. E as obras são realizadas tomando apenas em linha de conta a melhor utilização do investimento, o facto dos terrenos pertencerem ou não ao Estado não é tomado em consideração. Posso mesmo afirmar que 90 por cento dos diques já construídos estão instalados em terrenos de agricultores privados. O Estado nada cobra aos agricultores por essas obras" — concluiu o engenheiro Pereira da Silva.



Trabalhos de protecção dos solos

## VESTIR AS ILHAS VERDES...

Outro dos ciclóticos trabalhos ecológicos e agrícolas que estão em marcha em Cabo Verde é o da florestação, um verdadeiro "trabalho de gerações" como nos afirmavam.

Tudo leva a crer que as ilhas nem sempre apresentaram esse aspecto árido e "espacial" que hoje as caracteriza. Crônicas antigas — e o arquipélago foi descoberto pelos navegadores portugueses entre 1460 e 1462 — levam-nos a concluir que embora as ilhas não fossem tão verdes como o nome com que foi baptizado o território traduz, apresentavam, no entanto, importantes manchas de floresta. Mas ao longo de todos esses anos, as secas, a erosão, e, sobretudo, o homem foi-as "depilando".

Ao longo do tempo foram-se abatendo árvores e arbustos nunca tendo havido a preocupação de se ir reflorestando as zonas que

se devastavam. As autoridades coloniais que se sucederam sempre acharam o investimento demasiado caro e depois a terra era dos "morgados"...

De tal modo, que se chegou ao desolador panorama dos nossos dias. Quando da independência, o governo do PAIGC procurou, desde logo, e com a ajuda de certos financiamentos externos, implementar uma política de florestação, que após algum tempo de estudos, podemos dizer que arancou em 1978.

Visitámos a Achada do Mosquito, no sudoeste da ilha de Santiago, seguramente a maior zona de florestação em Cabo Verde. Somos acompanhados por um ainda jovem engenheiro que conta, no entanto, já alguns anos de experiência nesta matéria em vários perímetros florestais em Portugal.

Depois de passarmos a Cidade Velha — o primeiro local onde os primeiros colonizadores das ilhas se instalaram — a estrada de "pa-

ralepípedo" acaba e o "land-rover" tem de dar o melhor de si para galgar a pedregosa e sinuosa "picada" que nos leva ao Mosquito. A Cidade Velha, antiga Ribeira Grande, o mais velho porto cabo-verdiano, lá ficou para trás ainda ostentando alguns traços da velha colonização: lá no alto, dominando a enseada, o velho fortim, cá mais em baixo o esqueleto daquilo que teria sido um belo mosteiro, à borda d'água o pelourinho onde se fazia estrebuchar os sentenciados. O nosso acompanhante, do banco do condutor, vai-nos dando alguns dados históricos: "Aí nesse velho mosteiro foi onde o padre António Vieira pregou um dos seus célebres sermões. E aqui a Cidade Velha, era alvo constante dos ataques do famoso pirata Drake..."

## UM PASTOREIO CONTROLADO

Chegados ao Mosquito, onde 400 trabalhadores, homens e mulheres, rasgam



Reflorestação de pinheiros nas zonas altas da ilha de Santo Antão

diariamente os sulcos onde os rebentos de árvores serão plantados, a paisagem é já animadora. Em dois anos foram plantados em 400 hectares deste terreno do Estado nada mais nada menos que 160 mil pés de acácias. E embora o verde não seja ainda dominante, ele já desponta do avermelhado da terra.

“Este ano vamos florestar aqui no Mosquito mais 500 hectares. E podemos dizer que o aproveitamento tem sido de praticamente 100 por cento. O sucesso é devido não só às espécies escolhidas — prosópis(?), acácias e triplex, arbusto muito resistente aos climas áridos, adequado aos terrenos salinos e que produz excelente pasto — como também à técnica muito aperfeiçoada que estamos a utilizar” — vai-nos explicando o nosso guia.

Por ele ficamos a saber que a florestação se está a fazer em praticamente todas as ilhas, mas muito especialmente em Santiago e Santo Antão, as duas maiores ilhas e aquelas que apresentam melhores condições para a agricultura e pecuária.

Para além da florestação ter em vista contrariar os efeitos da erosão nocivos dos ventos e das águas, ela procurará intensificar a infiltração de águas nas toa-lhas subterrâneas e produzir forragem arbórea para a criação de gado, sobretudo a criação de cabras.

Actualmente todo o pe-rimetro do Mosquito está devidamente vedado, pois, de outro modo, os rebanhos de cabras que o circundam, que olham lânguidas e gulosas os rebentos de árvores que já despon-



“Em Cabo Verde, quem controlasse a água não precisava ser latifundiário...”

tam, chamar-lhes-iam um “figo”.

“De futuro — explica-nos o engenheiro — o Estado terá aqui os seus rebanhos que juntamente com as cabras que hoje vemos à solta dos camponeses pastarão aqui controladamente, por talhões em rotatividade, de molde a evitar o pastoreio incontrolado”.

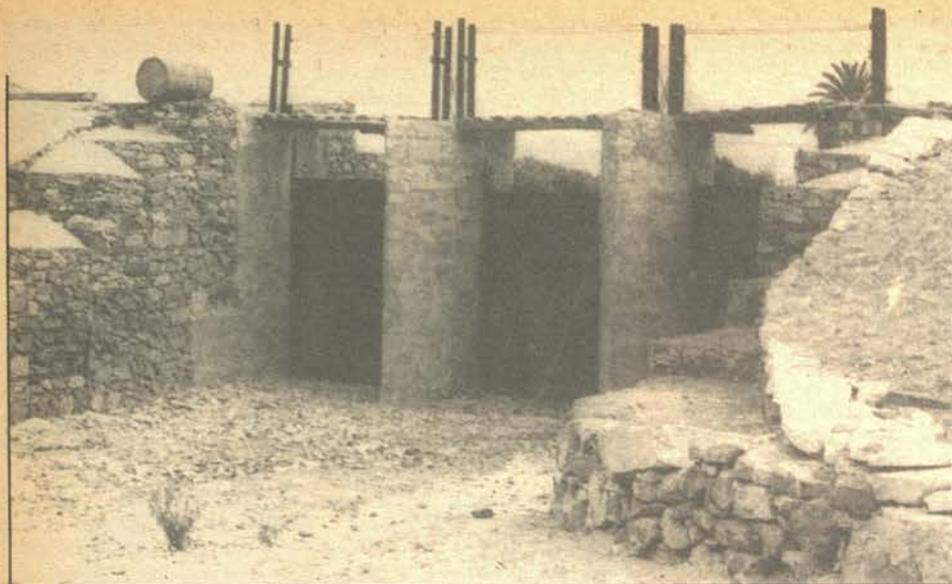
Quer o engenheiro quer o responsável dos trabalhos no Mosquito convencem-me que a cabra, apontada quase sempre como animal desertificador, não tem culpa nenhuma, que ela tem sido sempre o “bode expiatório” do homem, pois, provam à evidência, que ela não pode deitar árvores abaixo, e o que “é facto é que as árvores se foram, e as cabras cá estão...”

Nos anos que vamos vivendo muito se fala de energia e quando dela se fala e de toda a sua problemática neste findar do século XX associamo-la insti-

tivamente ao petróleo e seus derivados, bom é no entanto não esquecer que ainda hoje aqui em Cabo Verde entre 70 e 80 por cento da energia utilizada é constituída por lenha para fins domésticos por cerca de 80 por cento dos 300 mil cabo-verdianos que constituem a população residente no país. (Segundo estimativas recentemente apuradas pensa-se que outros tantos vivem actualmente no estrangeiro para onde foram obrigados a ir trabalhar para fugir às secas e ao desemprego).

## TRABALHO VOLUNTÁRIO

“Estas obras de florestação que aqui vemos no Mosquito em grande parte se devem ao trabalho voluntário de milhares de cabo-verdianos, desde os elementos das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) até aos funcio-



Seis mil diques construídos à força de braço durante 4 anos

nários públicos. Quando começam as primeiras chuvas. O Primeiro-Ministro, camarada Pedro Pires, vem abrir a campanha, também ele plantando alguns pés de acácias. Nesses dias, os Ministérios praticamente fecham... vem tudo trabalhar para aqui."

A sensibilização da população para o problema da florestação, o lema é: "vamos vestir a nossa terra com árvores", tem excedido em todas as ilhas as expectativas mais optimistas, e — sem medo de exagerar — quase que poderíamos dizer, pelo contacto que em diferentes ilhas mantivemos, que os cabo-verdianos de uma maneira geral encontram-se hoje entre os mais acérrimos ecologistas. A consciência virá talvez da constatação que poucos como eles terão uma paisagem tão degradada...

"Este ano serão plantados nas diferentes ilhas para cima de um milhão de pés de árvores e gramíneas" — assegura-nos o en-

genheiro do MDR nosso anfitrião. E quem financia estes projectos? — perguntamos-lhes.

"Aqui em Santiago e na Ilha do Maio, para um total de 5 anos, com um revestimento florestal de mil hectares/ano, o projecto é financiado em cerca de 70 por cento pela Bélgica através do FAO, os outros 30 por cento por contrapartida nacional. Ao todo, o investimento rondará os 5 milhões e 500 mil dólares. Na ilha de Santo Antão, a florestação das zonas altas que estamos a fazer é feita essencialmente à base de pinheiros que ali se dão muito bem. Aí são os holandeses quem financiam."

E onde vão buscar tanto pé de árvore? — interrogo eu.

"Aos nossos viveiros. Só aqui em Santiago há sete.

Ainda agora passámos por um, lá em baixo..." — responde-nos apontando para um vale, uma espécie de oásis incrustado entre duas ravinas peladas.

Abandonámos o Mosquito era já tardinha, o "jeep" depressa esgotou a lotação com trabalhadores que cumprido já o horário, pediam boleia para a cidade. E mesmo nós, caloiros naquelas lides, já sabíamos distinguir, pelo porte do caule, os pés plantados em 78 e os plantados no ano seguinte.

Para trás ficava o verde que desponta lá para a Achada do Mosquito, o verde que dizem que é esperança, e que o é de facto para todos aqueles que ali trabalham.

#### A LAGOSTA DE CABO VERDE FAZ AS DELÍCIAS DO ESTRANGEIRO

Ainda em Lisboa, antes da partida, amigos nossos, alguns camaradas de profissão que já por diversas vezes vieram a Cabo Verde cobrir as cerimónias dos aniversários da independência, aconselhavam-me, solícitos, a não perder a oportu-

tunidade de comer a bela lagosta cabo-verdiana... Era conselho de amigo já que o crustáceo desde há muitos anos mantem-se a preços proibitivos nas cervejarias lisboetas. E depois o "fruto proibido..."

Pelo sim pelo não, e eu até costume ter em atenção os "conselhos" dos meus amigos, já perguntara em alguns "botecos" se o animal constava da lista. Que não senhor, que costumam ter sempre mas as marés estavam más...

Já desesperava! Um amigo cabo-verdiano do Instituto do Livro e do Disco garantia-me que os cabo-verdianos praticamente já não ligam ao crustáceo tal a abundância; que na ilha da Boavista, onde estivera alguns anos, só se comia quando não havia mais nada. Que ele próprio apANHARA tais barrigadas que há vinte e tal anos que não sabia o que era lagosta...

Eu, porém, ia "ruminando" contra as fraquezas da "carne humana".

Mas, "apesar da vida não dar presentes", como dizia o saudoso Brel, ele há dias de sorte. Nessa noite, o vermelho crustáceo constava do "cardápio" do restaurante da pousada onde fiquei instalado, lá mesmo junto ao farol que dá entrada ao porto da Praia. À hora da refeição o bar e o restaurante enchem-se de uma população cosmopolita de cooperantes das mais diversas nacionalidades, em maioria estavam os portugueses e cubanos, mas viam-se também alguns jugoslavos, franceses, um ou outro alemão.

Como as mesas estivessem repletas, um jovem casal americano veio partilhar a mesa onde me instalara.

Ela mais jovem e vibrátil rejubila com a lagosta e o vinho verde português, ele, mais comedido, vai-me dizendo que é técnico da embaixada norte-americana, há dez anos que está em África, e que entre outros países esteve na capital da Mauritânia quando esta era frequentemente atacada pelas forças da POLISARIO. Sem que eu o perguntasse, aproveita para "desancar" nas tropas mauritanas, pois, dizia ele, eram incapazes, não ripostavam ao fogo dos guerrilheiros. Pelo ardor com que fala, ele que se mostrara até aí tão apagado, depreendo que deve ter passado por alguns "maus bocados"...

Aconselho-os a comer o lombo do crustáceo à mão: "o metal dos talheres tira o gosto ao animal". Ele fixa-me com um assomo de sorriso e incredibilidade, ela entusiasmada aceita de pronto a ideia.

Enquanto ele vai tecendo considerações sobre África, um tanto distantes para quem passou 10 anos no continente, como se marcadas por ideias pré concebidas pelos bancos das universidades norte-americanas por que passou, eu interrogo-me se todos os

"conselheiros" da Casa Branca também serão assim.

"Os saharauis tem somado vitórias tanto no campo militar como diplomático. A Polisário acabará por ganhar..." — disparei eu no meu titubeante e liceal inglês à espera do comentário do funcionário de embaixada. Mas ele prefere dizer uma vulgaridade, embora no fundo reconheça que Marrocos passa por um mau período, enquanto a mulher, mais verdadeira, e animada pelo vinho, lhe vai prodigalizando carícias. Eu, cortesmente, aproveito para me despedir rumo à cidade e à "noite cabo-verdiana", à típica sessão de histórias e mornas que os camaradas do "Voz di Povo" tinham prometido organizar.

#### ATÉ À INDEPENDÊNCIA. AS INDÚSTRIAS CONTAVAM-SE PELOS DEDOS

O sector secundário de Cabo Verde não emprega ainda hoje mais de 2500 pessoas numa população activa que rondará as 90 mil.



O pelourinho da Cidade Velha, foi aqui onde os primeiros colonizadores se instalaram

“Aquando da independência — afirma-nos Virgílio Fernandes, Director-Geral do Planeamento — as indústrias contavam-se pelos dedos... E as fábricas que havia estavam envelhecidas” — acrescenta.

Pela análise das estatísticas confirma-se que de facto são os serviços, o sector terciário, que contribuem com maior quinhão — 55 por cento em 1976 — para a formação do Produto Interno Bruto, ou seja a totalidade de bens que a economia produz num dado período. A agricultura, que emprega de forma permanente cerca de 17 por cento da população activa — embora na época das chuvas esse valor aumente em flecha para perto dos 80 por cento — contribui com cerca de 26 por cento do PIB; enquanto a indústria fornece apenas menos de 9 por cento.

“No entanto — diz-nos o nosso interlocutor — depois da independência já se criaram 15 empresas públicas em vários sectores da actividade económica. Procura-se por um lado liquidar sequelas do passado e por outro criar infra-estruturas de desenvolvimento, mesmo recorrendo à criação de empresas mistas, com a maioria do capital pertencente ao Estado, e o restante a particulares ou a entidades estrangeiras.”

Com a entrada em funcionamento do Orçamento Geral do Estado, que se subdivide em Orçamento de Funcionamento da máquina estatal e em Programa de Investimentos, aprovado já para este ano de 1980 pelo órgão de soberania competente, a Assembleia Nacional Popular, pensa-se que a política eco-

nómica do Estado deixará de ser a “política de pilotagem à vista”, como tem sido caracterizada até aqui — em virtude de se ter procurado acorrer às roturas e às

necessidades mais imediatas — para se lançar numa base mais apreciável, programada, planificada.

A este propósito refira-se que o primeiro plano de

## Educação: ligar a escola ao trabalho

“O Governo de Cabo Verde tem procurado seguir a par e passo a linha que desde há muito tempo o PAIGC definiu para a educação, fazer com que as escolas não continuem a formar desempregados, desadaptados, e se tornem centros virados para a criação de potencialidades de trabalho” — afirmou o comandante Carlos Reis aos Cadernos do Terceiro Mundo.

Com uma população de 60 000 escolarizados, que representam 20 por cento dos residentes no arquipélago, o sector da educação de Cabo Verde insere-se, também ele, na política integrada do governo que tem em vista resolver os problemas do desemprego e subemprego que afecta cerca de 1/4 da sua população.

Esse esforço de educação é bem patente: basta dizer que dos cerca de 3 milhões de contos que constituem o total do Orçamento Geral de funcionamento e o Programa de Investimentos, 20 por cento são afectos ao sector, percentagem extremamente elevada se compararmos com taxas semelhantes em países do terceiro Mundo.

“Neste momento não estamos ainda em condições de abrir o ensino secundário a todas as crianças. Há que criar alternativas. Não se pode dar conhecimentos aos jovens (que geralmente a nível liceal são extremamente atécnicos e teóricos) e depois dizer-lhes: desenrasquem-se...” — afirmava-nos com sinceridade o Ministro Carlos Reis.

“Para além da escola técnica-profissional de S. Vicente que estamos a reestruturar com o auxílio do Bureau Internationale du Travail — informou-nos aquele dirigente — iremos constituir uma outra na ilha de Santiago, ao mesmo tempo que será criado um sistema ordenado de educação extra-escolar aproveitando a escolarização que os jovens já tiveram ministrando-lhes conhecimentos práticos necessários ao desempenho de uma profissão”.

Refira-se que prestam actualmente a sua cooperação em Cabo Verde cerca de duas dezenas e meia de professores portugueses ou dando aulas no ensino secundário ou empenhados na formação de quadros cabo-verdianos, havendo mais de 400 alunos a frequentarem cursos superiores no estrangeiro.

médio prazo — que procurará na sua primeira forma cobrir 3/4 anos, os seguintes serão de 5 anos — entrará já em vigor, tudo se espera, em 1982.

O Orçamento de Funcionamento é reduzido — estão previstos 880 mil contos de despesa ordinária e 680 mil contos de receitas — e isso deve-se, por um lado, ao facto da máquina estatal ser mais aligeirada que a sua congénere na Guiné-Bissau (em Cabo Verde trabalham apenas 6 mil pessoas na Administração Pública) e por outro à austeridade seguida pelo governo do PAIGC. O défice, exactamente 200 mil contos, afirmam-nos que será coberto com empréstimos internos.

No que diz respeito ao Programa de Investimentos, o mínimo que se poderá dizer é que é ambicioso. Total do Programa: 2 milhões e 210 mil contos, ou seja 50 por cento do Produto Interno cabo-verdiano. “Equanto que a média que se encontra por esse mundo fora — esclarece-nos o director-geral do Planeamento — é de cerca de 20 por cento.”

Note-se que todo este esforço de financiamento é assumido pelo Estado, o investimento privado não tem praticamente significado no arquipélago, embora o financiamento do Programa seja sustentado graças à cooperação internacional provinda na sua maioria de algumas potências ocidentais — só 10 por cento será financiado pelos recursos internos. A dúvida que poderá pairar é se essa ajuda prestada por algumas dessas potências ocidentais — como a França, os EUA, a Holanda, Suécia — não



*As crianças do jardim-infantil da Cidade da Praia*

apresentará como “factura” algumas exigências e também algumas dependências — entre outras tecnológicas —, mas é ideia generalizada que o governo de Cabo Verde tem apesar de tudo ampla margem de manobra e que quanto aos “recados” que poderiam advir de certas condições, garantem-nos que o PAIGC é caracterizado por ser um “negociador duro”...

Com a entrada em vigor, o Programa de Investimentos para 1980 prevê a criação de 30 mil novas oportunidades de emprego, ou seja, cerca de metade do desemprego existente no arquipélago. Só os sectores do Desenvolvimento Rural e dos Transportes e Comunicações, os dois sectores a quem coube maior montante neste Programa, respectivamente 25 e 20 por cento do seu total, contribuirão com 22 mil novos postos de trabalho (17 mil o primeiro, 5 mil o segundo).

Como nos referia o director-geral do Planeamento, o Programa assenta em três ideias base: satisfação das necessidades da população; promover a unificação do território nacional através

do incremento dos transportes e terceiro reforçar a capacidade de produção e de serviços prestados ao exterior.”

#### **A CRISE ENERGÉTICA TEM BENEFICIADO CABO VERDE**

Os programas de curto prazo para a economia cabo-verdiana de que o director-geral do Planeamento nos pusera a par, suscitavam-nos o interesse de saber como se encaram os rumos do sector económico para o médio longo prazo. Para satisfazer essa curiosidade natural do jornalista, quem melhor estaria colocado que o homem que tem a seu cargo em Cabo Verde a pasta da Coordenação Económica, o comandante Osvaldo Lopes da Silva. Batemos-lhe à porta já na véspera da nossa partida para a ilha de S. Vicente. O Ministério da Coordenação Económica também ele fica na praça 12 de Setembro, não havia pois que enganar.

O comandante Lopes da Silva é um daqueles tantos quadros do PAIGC que antes de se integrar na luta passou pelas universidades



O comandante Osvaldo Lopes da Silva, ministro da Coordenação Económica de Cabo Verde

portuguesas. De 1957 a 1961, estudou engenharia, primeiro em Lisboa, depois em Coimbra, e quando os patriotas guineenses e cabo-verdianos, sob a direcção do PAIGC e de Amílcar Cabral desencadeiam na Guiné a lufá armada de libertação nacional o então estudante Lopes da Silva vem juntar-se-lhes. O Partido no entanto prefere que ele prossiga os estudos: parte então para União Soviética onde se forma em planificação económica; no regresso passa um ano na representação do PAIGC em Dakar antes de se integrar na luta armada nas frentes Sul e Leste da Guiné. Seria aí que o 25 de Abril o surpreenderia.

Eis alguns extractos da conversa que mantivemos com o comandante Osvaldo Lopes da Silva, responsável hoje da pasta económica do governo de Cabo Verde:

*Constata-se um esforço de industrialização no arquipélago e disso é prova o recente Programa de Investimentos para este ano quando concede 14 por cento do seu total ao sector secundário. Sabendo-se*

*de tantas condicionantes, como a repartição geográfica do território, o fraco volume de população e o pouco poder de compra que esta detem, até que ponto se pode pensar em industrialização?*

Cabo Verde tem de fazer face a todos esses obstáculos. E só para dar um exemplo: repare-se que o nosso principal porto está na ilha de S. Vicente, a capital está aqui em Santiago, o aeroporto internacional está numa outra ilha, o Sal...

Mas temos de pensar numa política de industrialização em função de todos esses parâmetros que apontou. Não que seja possível a industrialização.

As indústrias em Cabo Verde têm que ter em conta o mercado externo. Temos logo à partida que atingir um nível europeu, é uma exigência do nosso desenvolvimento. A indústria que seja instalada em Cabo Verde é para competir.

Para além de uma fábrica de calçado e de cimentos, e um importante empreendimento nas salinas do Maio, pensamos lançar em Cabo Verde uma grande indústria de confecção — temos já uma unidade industrial neste sector, a Morabeza, mas ela foi erradamente dimensionada para o mercado interno. Apesar de termos que importar a matéria-prima, a indústria de confecções apresenta tendência para acabar na Europa, ela tem vindo sistematicamente a baixar de latitude e nós estamos bem colocados para a desenvolver...

#### S. VICENTE:

#### 1.º PÓLO INDUSTRIAL

*O projecto de "ponta", no entanto, é o desenvolvi-*

*mento do porto do Mindelo, em S. Vicente, daí os 10 por cento que o sector das Pescas absorverá do Programa de Investimentos para 1980. Não é assim?*

Estamos empenhados em desenvolver S. Vicente em pólo industrial, como primeiro pólo industrial do país. E isso tendo em conta não só a sua posição geográfica, o seu passado como porto de escala, mas em certa medida tirando proveito da crise energética que o valoriza extraordinariamente. Como sabe, antigamente os barcos que pescavam nesta área transportavam o pescado à Europa. Hoje isso é impensável. Com o aumento dos preços dos combustíveis têm necessidade de depositar esse peixe numa base mais próxima e esses portos poderão ser os de Cabo Verde. Como portos concorrentes temos os das Canárias e de Dakar, mas que actualmente apresentam já indícios de saturação.

Estamos — ou vamos — criar no porto do Mindelo em S. Vicente todo um conjunto de infra-estruturas — rede de frio, estaleiros, fornecimento de água, combustível e víveres — que poderão dar muita vida ao velho porto, transformando-o num centro de prestação de serviços à frota internacional e também à frota nacional que queremos desenvolver. Com esse desenvolvimento surgirão as indústrias anexas, a fabricação de redes, anzóis e diferentes apetrechos de pesca e naturalmente a indústria de conservas de atum, que até agora é ainda muito limitada, não ultrapassando as 300 toneladas ano. Para S. Vicente estamos a pensar numa dimen-

são muito maior, tendo sempre em atenção a competitividade, em termos de preço e qualidade.

*Pode-se concluir do que afirmou que a crise energética e o aumento dos preços dos combustíveis tem beneficiado Cabo Verde?*

Para nós a crise energética tem alguns aspectos positivos. Na parte de combustível para consumo interno, tem evidentemente aspectos negativos, mas o grosso do combustível que entra no nosso país é para reexportação. Vendemos cerca de 200 mil toneladas de combustível, das quais metade, ou seja 100 mil toneladas, são vendidas no aeroporto do Sal no abastecimento de aviões de companhias aéreas estrangeiras. Toda essa venda anda à volta dos 3 milhões de contos. E essa diferença entre o preço de custo para nós e o preço a que vendemos é significativa em termos de divisas que entram...

Quanto maior é a crise, mais beneficiamos. Temos é de dominar todos os as-

pectos relacionados com o negócio do petróleo, é isso que estamos empenhados em fazer.

## OS EMIGRANTES E A RECONSTRUÇÃO

*Existe um grande défice da balança comercial cabo-verdiana, isto é, importa-se muito mais do que aquilo que se exporta, não é assim?*

Sim, em 1978, por exemplo, importaram-se cerca de 2 milhões de contos e exportou-se apenas cerca de 70 mil contos, exportações essas constituídas essencialmente por peixe, bananas e sal.

*E quais os principais parceiros?*

O principal é Portugal, o primeiro mercado fornecedor, em seguida os países da CEE. Estamos neste momento a activar as relações com as antigas colónias portuguesas havendo perspectivas animadoras e significativas da parte de Angola.

*Com a Guiné-Bissau, as*

*trocas são pequenas...*

Praticamente não têm expressão. Nós temos pouco que exportar, a Guiné-Bissau também. As nossas exportações para a Guiné limitam-se ao sal, às vezes à farinha de trigo, da Guiné vem algumas vezes madeira. Não têm peso...

Vamos no entanto procurando a complementaridade das nossas duas economias, acompanhamos continuamente o que cá e lá se vai fazendo, vamos criando bases para trocas futuras.

*Comandante Osvaldo Lopes da Silva, sendo a economia cabo-verdiana tão dependente do exterior, o que o volume das importações indica de certo modo, um dos problemas agudos com que se deve debater o governo é com a inflação importada?*

A nossa principal preocupação tem sido a de que a inflação importada não atinja, ou atinja o menos possível, as camadas mais pobres da população. Pode-



O porto do Mindelo, que vemos na foto, será, num futuro próximo, para a navegação aquilo que o aeroporto do Sal já representa para a aviação...

mos ver que os preços dos produtos básicos têm sido relativamente estáveis desde a independência. Há todo um sistema de compensação de preços entre produtos. Nós, ao controlarmos o comércio externo, controlamos em certa medida a inflação.

Ao criarmos em 1975 a EMPA, empresa pública de importação e distribuição de produtos alimentares, procurámos não só racionalizar os circuitos de distribuição, abastecer melhor todas as ilhas com a criação de "stocks" de segurança, mas também garantir preços estáveis e nacionais.

#### DÍVIDA EXTERNA INSIGNIFICANTE

*Sendo 90 por cento do Programa de Investimentos para o corrente ano financiado por Estados ou instituições estrangeiras, uma dívida que se levanta é se o Estado cabo-verdiano, a par dessa ajuda, não se tem socorrido de empréstimos externos?*

A nossa dívida externa é insignificante, o maior empréstimo que nós temos é da ordem dos 10 milhões de dólares amortizáveis em 25 anos, o que não implica uma sobrecarga para as nossas finanças...

Temos utilizado uma política da melhor utilização possível da ajuda externa. Todas as dádivas alimentares são vendidas no circuito normal de comércio e o seu produto é centralizado num fundo de desenvolvimento nacional, que, por sua vez, vai financiar todas as grandes obras que estamos empreendendo a nível agrícola e dos transportes. Projectos estes de utilização intensiva de força de

trabalho, o que tem contribuído para estabilizar a situação social, equilibrar o

mercado de trabalho.

Agora que estamos a encaetar uma nova fase de de-

## PAIGC «Democracia é as massas decidirem o seu próprio destino»

"Nesta fase, o objectivo fundamental do nosso Partido, o PAIGC, é consolidar as conquistas alcançadas, a independência face ao neocolonialismo e derrotar as manobras do imperialismo. Estamos a criar as condições para a verdadeira Libertação. O processo de Libertação continua...", confidenciava aos Cadernos do Terceiro Mundo o responsável pela organização do PAIGC em Cabo Verde, comandante Olivio Pires.

No entanto, para chegar a esta fase do processo de libertação que hoje se vive e assume em Cabo Verde independente, o PAIGC no arquipélago teve de passar longos e difíceis anos, remetido à luta na clandestinidade, com todos os riscos daí decorrentes. Quantas vezes o trabalho clandestino de organização e implantação de células e sua ligação foi brutalmente esmagado pelas vagas de prisões entre os seus militantes levadas a cabo pela polícia política do regime colonial-fascista, a PIDE. Quantas e quantas vezes foi necessário iniciar tudo de novo, quase que a partir do zero, restabelecendo contactos entre os camaradas e o aparelho do Partido que tinha conseguido escapar à vaga, da repressão. Quantos pagaram com o cárcere, o degredo, a morte?

Toda essa luta clandestina do PAIGC nas ilhas de Cabo Verde, todos esses anos de resistência nos subterrâneos da liberdade que antecederam a sonhada independência, que só chegaria a 5 de Julho de 1975, estão ainda por contar. Estamos certos que aqueles que o viveram o acabarão por fazer, é importante que o façam, para que os cabo-verdianos não mais esqueçam, para que as novas gerações, a juventude que aderiu em massa ao Partido quando este surgiu na legalidade, melhor possam conhecer e identificar com aqueles que constituíram os lutadores anónimos da independência.

Os primeiros passos do PAIGC deram-se quando Abílio Duarte, hoje Ministro dos Negócios Estrangeiros do governo de Cabo Verde, foi destacado pelo Partido para organizar a luta nacionalista no arquipélago. O germe do nacionalismo crescia...

Os grupos clandestinos do Partido brotavam não só em Cabo Verde, mas também entre os estudantes que em Portugal faziam os seus estudos, nas colónias de emigrantes espalhadas pela Europa. Muitos dos documentos do Partido que entravam no país eram introduzidos precisamente através da colaboração dos emigrantes. A Rádio Libertação Nacional,

envolvimento industrial vamos ter que recorrer a alguns empréstimos, mas te-

remos muito cuidado ao fazê-lo, só na base de projectos maduramente estuda-



Comandante Olívio Pires,  
responsável pela organização  
do PAIGC em Cabo Verde

emitida a partir de Conakry, chegava também às ilhas e constituía um factor fundamental de agitação e propaganda.

Após o 25 de Abril em Portugal, surgiram alguns grupos fantoches integrados principalmente por adeptos dos projectos neocolonialistas do General Spínola ou mesmo saudistas do passado, como foi o caso da União Democrática de Cabo Verde, mas os trabalhadores e muito especialmente a juventude aderiu em massa ao PAIGC. Em fins de 1974, segundo nos afirmou Olívio Pires "o Partido já se encontrava implantado em todas as ilhas. Mas houve depois que consolidar essa implantação".

Desde então, o PAIGC tem dedicado grande parte do seu esforço à formação de quadros, na organização autónoma de massas, como organizações de carácter social, comissões de moradores, amigos da Natureza, etc. Evidentemente que o problema da autodefesa não tem sido descurado. A este respeito declarou-nos aquele dirigente: "a autodefesa não é só militar, ela é também política.

Como não temos meios para manter um exército poderoso, somos um país de fracos recursos, e para fazer face a uma possível intervenção externa — como aliás já tem ocorrido em outros arquipélagos africanos, mas que em Cabo Verde nós achamos difícil possa acontecer — tudo assenta na possibilidade de o povo se defender. Daí a formação de milícias compostas não apenas por militantes do PAIGC mas pela população de um modo geral, salvo os traidores".

Quanto às ligações entre o Partido e a administração do Estado, Olívio Pires esclareceria: "Se a nível de Partido-Governo o processo é automático, já que os principais membros do Partido são responsáveis do Governo, a nível médio de administração pública há já uma diferença; aí o Partido só exerce uma acção de controle". Para o responsável da organização do PAIGC em Cabo Verde a questão é clara: "O Partido não se pode substituir ao Estado, mas a administração ou as pessoas que a integram não podem também, por seu lado, ter hábitos deformados contrários aos princípios do PAIGC. É necessário encontrar o equilíbrio justo".

Sobre os princípios de base que regem a vida interna do PAIGC afirmou-nos Olívio Pires: "Defendemos o centralismo democrático, a crítica e a autocritica, embora isso muitas vezes não seja muito bem aceite por quem tem telhados de vidro... E a persuasão é a grande arma do Partido."

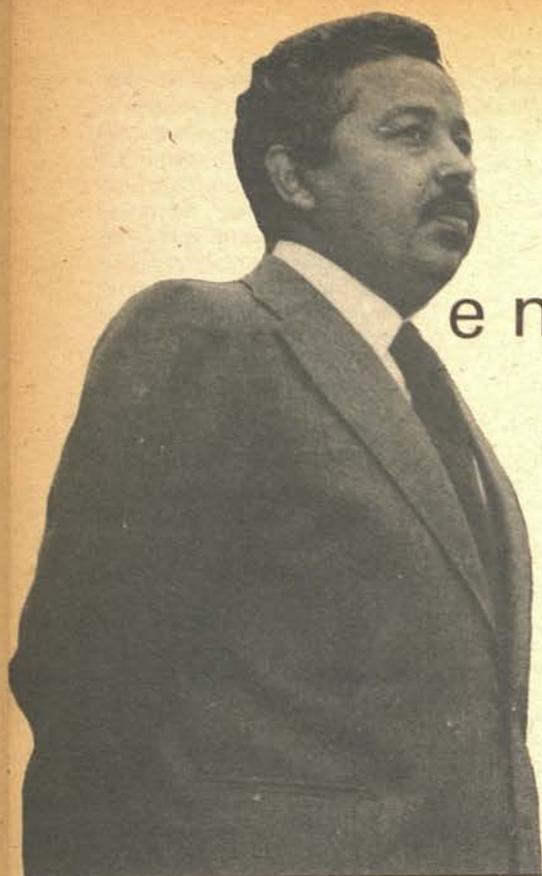
dos, de viabilidade garantida. Só nessa base...

*Apesar do défice das transacções comerciais com o exterior ser enorme, elevando-se a mais de 1 milhão de contos, a Balança de Pagamentos é equilibrada, apresentando mesmo valores positivos. A que se deve isso?*

Fundamentalmente às remessas dos nossos emigrantes, que rondam os 800 mil contos no seu total. Remessas que nos chegam dos mais variados países onde existem emigrantes cabo-verdianos, mas as colónias mais importantes estão na Holanda, França, Itália, Portugal e em menor número no Senegal e nos Estados Unidos. Os nossos compatriotas que foram obrigados a procurar lá fora o sustento para si e para os seus que cá ficaram, contribuem decisivamente para a reconstrução do seu país."

Cruzar-me-ia depois com muitos destes emigrantes no aeroporto internacional Amílcar Cabral, na ilha do Sal, uns de regresso para umas curtas férias junto dos seus, outros já de abalada para a Europa, o bulício é tremendo. São malas e malões, bagagem e mais bagagem, as crianças em correria, dão-se abraços e beijos e a ampla sala de entrada do aeroporto transforma-se numa imensa caixa de ressonância do crioulo enrouquecido das gargantas.

Lá fora um grupo de pilotos e hospedeiras da TAP disputam as últimas lagostas vivas que o vendedor trouxe em canastras para a entrada da aerogare. A excitação é enorme e o preço de aproveitar, apenas a 250 escudos o quilo.



# CABO VERDE

## Independência e não-linhamento

*entrevista exclusiva  
com o Primeiro-Ministro  
cabo-verdiano,  
comandante Pedro Pires.*

Comandante Pedro Pires, é facilmente constatável que o imperialismo tem procurado desestabilizar governos ou intervir do mesmo directamente através de acções de mercenários — foi o golpe nas Comores, as acções desestabilizadoras nas Seychelles e em S. Tomé e Príncipe e outros casos poder-se-iam ainda referir. Tais acções pareciam constituir uma táctica calculisticamente planeada no sentido dessas forças da reacção internacional se apoderarem desses verdadeiros “porta-aviões” fixos, numa altura em que a nível do continente africano iam perdendo posições, fruto das lutas de libertação dos povos.

Sendo Cabo Verde um país-arquipélago, constituído por dez ilhas de caras para a costa ocidental do continente africano, como encara o Primeiro-Ministro cabo-verdiano este panorama?

No fundo, uma ilha ou um arquipélago, como é o nosso caso, não é mais do que uma posição estratégica. Nós temos sempre em conta o facto de termos uma posição estratégica no Atlântico.

Cabo Verde desde há muito tempo, desde a sua descoberta, tem sido um pon-

### **Baptista da Silva**

to de passagem para os barcos que ligam a Europa à costa ocidental de África e à parte sul do continente, mas também dos que ligam a Europa à América do Sul. Trata-se, além disso, de uma posição bastante boa de escala para os aviões que fazem a ligação África-América do Norte, Europa-América do Sul. Temos, como vê, uma posição estratégica bastante boa. O que foi um elemento tomado em conta na definição da nossa política externa e da nossa posição face aos países que pudessem “interessar-se” por esta situação geográfica. Por isso afirmámos desde sempre uma coisa: Cabo Verde não é nem poderá ser base de nenhum país. Essa a primeira afirmação de princípio tendo em conta a nossa posição “cobiçada”. E como sabemos o que é bom é “cobiçado” ou cobiçável”...

### **UMA FORMIGA NÃO PODE FAZER UMA POLÍTICA DE ELEFANTE**

Pode-se pois concluir que Cabo Verde não tem sido alvo de ingerências?

O facto de não ter havido ainda — e não creio que venha a haver — nenhuma tentativa de intervenção ou ingerência nos nossos assuntos deve-se a nós termos equacionado correctamente o problema e termos uma política internacional de acordo afinal com essa situação geográfica. Ou seja, manter uma política de independência e de não-alinhamento. Temo-lo afirmado sempre e não nos cansamos de o afirmar.

Esses princípios de independência e não-alinhamento têm também reflexos importantes na política externa cabo-verdiana em relação a esta zona de África onde o vosso país se insere...

Sim, pensamos que devemos ter uma participação na defesa da paz e da estabilidade na nossa zona. Ora para defendermos a paz e a estabilidade na nossa zona é necessário que tenhamos essa política de não-alinhamento que temos. Não pretendemos ser na nossa zona um elemento de perturbação ou de tensão, muito pelo contrário, gostaríamos de ser um elemento de distensão.

Toda a nossa política externa está baseada nesses princípios e nessas preocupações; e também porque não é possível uma formiga fazer uma política de elefante. Pensamos que um país pequeno e pobre como o nosso deve ter a verdadeira noção do papel que deve desempenhar e ter a verdadeira noção da sua posição no quadro político internacional.

Não pretendemos exacerbar contradições, pretendemos sim atenuá-las defendendo posições de distensão e coexistên-

cia pacífica, defendendo ao mesmo tempo a legalidade internacional. Nós, os "pequenos", temos necessidade que a legalidade internacional seja respeitada.

Pensamos que defendendo estes princípios temo-nos preservado de algumas complicações, que poderiam existir se nós tivéssemos uma posição diferente no plano internacional.

#### "LIBERTAR-NOS DO PERIGO DE ALGUMAS PRESSÕES..."

O que pensa o governo de Cabo Verde das reuniões entre responsáveis das antigas colónias portuguesas?

Temos todo o interesse em que haja as melhores relações entre nós — entre Cabo Verde, Guiné Bissau, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. Se entre os nossos países houver relações de cooperação, económicas e de solidariedade, só temos a ganhar com isso, pois elas poderão dar-nos uma certa força, aparecendo no plano internacional mais fortes, mas, ao mesmo tempo, elas constituem um elemento de defesa dos nossos interesses.

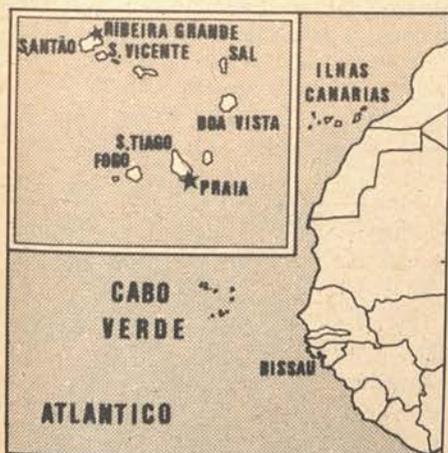
Se nós estivermos unidos, solidários, a entreaduda pode fazer-nos superar situações difíceis e libertar-nos do perigo de algumas pressões.

Como é sabido as nossas relações de cooperação, primeiro entre os nossos movimentos ou partidos, depois entre os nossos Estados, já vêm de longe; actualmente procura-se sistematizar o quadro de cooperação entre os cinco países.

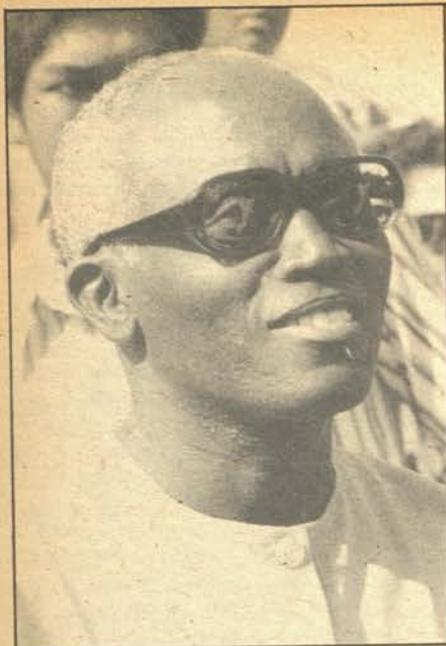
Podemos dizer que até aqui tem havido sobretudo uma série de actividades no sentido de desenvolver as relações de cooperação bilaterais, que, no nosso caso, assumem pontos altos com a Guiné-Bissau e com Angola, mas o problema que se põe agora é já o de uma coordenação a um nível mais alargado, em que se procura orientar e estimular as relações económicas e outras entre os nossos países.

#### UNIDADE GUINÉ-CABO VERDE

Referiu-se a alguns aspectos da cooperação existente entre Cabo Verde e a República irmã da Guiné-Bissau. Sabendo-se que a Unidade entre os dois países se inscreve no Programa Maior do PAIGC, partido que governa os dois países, até que ponto se tem avançado no sentido dessa unidade?



"Cabo Verde não é nem poderá ser base de nenhum país estrangeiro..."



*Aristides Pereira, Presidente da República cabo-verdiana e Secretário-Geral do PAIGC, partido empenhado na construção da democracia revolucionária na Guiné-Bissau e em Cabo Verde*

Temos avançado em vários aspectos. Reúne-se anualmente a Conferência Intergovernamental, organismo importante para a coordenação das nossas actividades económicas, na tentativa de uma melhor racionalização do nosso desenvolvimento com o fim último de se criarem duas economias complementares. Anualmente a Conferência Intergovernamental realiza um balanço das nossas realizações, faz uma análise das dificuldades encontradas e toma posições para que se possam superar essas mesmas dificuldades.

As Conferências Intergovernamentais são pois um instrumento importante, não só no sentido da realização do programa do Partido mas no de implementar as decisões do III Congresso do PAIGC. Nós, afinal, não estamos senão a aplicar as linhas orientadoras definidas pelo III Congresso.

Noutros domínios, o da relação entre as Assembleias Nacionais Populares da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, no domínio da elaboração da Constituição de Cabo Verde e também da revisão da Constituição da Guiné-Bissau tem-se trabalhado bastante com vista a aproximar, digamos, os dois documentos.

Outro aspecto a ter em conta é toda a acção do Partido e da sua Direcção a fim de permitir uma maior aproximação, apesar da distância, entre a organização do PAIGC e a organização do Partido na Guiné-Bissau.

Sintetizando, poderíamos dizer que a aproximação se está a fazer no aspecto económico tendo como elemento dinamizador a Conferência Intergovernamental, no aspecto das instituições tendo como elementos dinamizadores as duas Assembleias e o Conselho da Unidade, que é um órgão emanado das duas Assembleias, e através da própria acção do Partido na aproximação entre as suas organizações nos dois países e através de uma discussão no seu seio dos problemas que dizem respeito aos dois países e aos dois governos.

#### **"NA LUTA DE LIBERTAÇÃO TAMBÉM HAVIA UMA HIERARQUIA..."**

O Comandante Pedro Pires é um dos quatro Comandantes de Brigada das Forças Armadas Revolucionárias do Povo, o mais alto posto na hierarquia das FARP. Porque só agora, 16 anos após a realização do 1.º Congresso do PAIGC, a institucionalização da hierarquia no seio das FARP e qual o seu verdadeiro significado?

Como sabe, nós durante a luta nunca utilizámos galões, embora já existissem os cargos. A designação dos quatro oficiais mais graduados das FARP vem no seguimento das responsabilidades exercidas durante a luta mas também das actuais responsabilidades desses elementos. Se reparar, todos os quatro elementos são membros da Comissão Permanente do nosso Partido e isso já o explica de certo modo.

Mas a hierarquia em si não tem nada de especial. No nosso Partido há uma hierarquia, na Luta de Libertação Nacional também havia uma hierarquia. Porque só agora essa graduação nas FARP?

Como sabe um exército de libertação nacional é completamente diferente de um exército de um país já independente. O esquema do exército regular é diferente do esquema de organização de um exército de libertação nacional, um exército de guerrilha, como era o exército do nosso Partido durante a luta, cada um

tem as suas características. Depois de estudos aturados feitos, chegou-se à conclusão que deveriam ser introduzidos os galões e estabelecidas as hierarquias. Mais do que isso, um país como a Guiné-Bissau não necessita o mesmo número de combatentes do que tinha durante a luta de libertação nacional. O país está agora em paz e, como se sabe, um exército é caro, manter um exército é difícil. Havia pois que o reestruturar, estabelecer o quadro de oficiais e sargentos desse exército, determinar quais os efectivos e a partir daí fazer todo um trabalho de reconversão, saber que elementos deveriam deixar de pertencer ao exército e passarem a integrar a sociedade civil, embora continuem a ser combatentes da Libertação. Por isso só agora a introdução das hierarquias...

Já antes, porém, havíamos chegado à conclusão da necessidade da introdução de galões, pois se repararmos bem não há nenhum exército do mundo que os não tenha. Alguma razão há nisso, nós não podíamos inventar nada de novo. Trata-se de uma adaptação dos dois países, Guiné-Bissau e Cabo Verde, agora independentes e em paz.

#### "PRESTIGIAR AS INSTITUIÇÕES"

Qual o balanço que se pode fazer da actuação da Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde e que experiência se tem colhido desde a sua entrada em funções?

Um país novo é um país novo. Não podemos pois pretender que as nossas instituições funcionem como as institui-

ções de países já com centenas de anos de existência.

A Assembleia Nacional de Cabo Verde é uma instituição do Estado de Cabo Verde que se está ainda a afirmar, pois as instituições vão-se afirmando à medida que o próprio Estado se afirma, à medida que o país se afirma. Tem de haver um desenvolvimento interligado entre as várias componentes do Estado.

Por outro lado, temos limitações: limitações de ordem económica, limitações de ordem cultural e social, limitações de ordem política e outras. Mesmo assim, a Assembleia tem desempenhado um papel bastante positivo e tendo em conta a maneira como ela funciona e a inexperiência dos nossos quadros, a nossa pouca experiência, o pouco tempo como país independente, creio que a Assembleia tem evoluído bem tal como os seus membros. À medida que vamos avançando, ganhando experiência, vemos que a maioria, senão a boa parte dos membros da Assembleia, os nossos deputados, têm estado a desempenhar muito melhor o papel que lhes compete como deputados do povo à Assembleia Nacional Popular.

Temos de trabalhar no sentido de prestigiar essas instituições, para que elas se afirmem, para que toda a gente fique ciente da sua necessidade.

Parece-me que isso tem muito a ver com quase todos os países do Terceiro Mundo...

Temos de reconhecer que uma das grandes fraquezas de vários países do Terceiro Mundo é a fraqueza das suas instituições. Aparecem golpes de Estado aqui e acolá quando as instituições não são respeitadas, quando não funcionam. Há que as pôr a funcionar, para evitar que cada um pense que está no direito de dar o seu "golpe de Estado".

Evidentemente que o Terceiro Mundo tem outras fraquezas que importa analisar, de molde a que também ele melhor se possa afirmar...

#### "SE NÃO EXISTISSE A OUA, A INGERÊNCIA EM ÁFRICA SERIA MUITO MAIOR"

Já que estamos a falar de instâncias e instituições, falemos um pouco dessa instituição particularmente relevante em África e cuja importância ultrapassa as próprias fronteiras do continente que é a Organização de Unidade Africana.



"Na luta de libertação também havia uma hierarquia..."



Pedro Pires:  
"Libertar-nos de algumas pressões..."

Pensa que essa instituição supranacional tem funcionado em moldes regulares? Também ela se tem vindo a afirmar?

A OUA é uma instituição extremamente útil para a África. A OUA, apesar das suas limitações, tem desempenhado um papel extremamente útil para a libertação do continente africano. É difícil no plano internacional não se ter em consideração uma posição da OUA. Pode-se, eventualmente, não se estar de acordo com ela, mas todos os Estados, todos os governos, têm tido em consideração as suas decisões.

A OUA, por outro lado, tem defendido e afastado a África de vários problemas. Se não existisse a OUA, a ingerência nos assuntos internos dos Estados africanos seria concerteza muito maior e o processo de libertação de África teria sido certamente muito mais lento. A África talvez apresentasse hoje uma outra face, fosse outra coisa diferente.

É difícil também que um Estado africano, por mais força que tenha, possa "desconhecer" ou desprezar uma decisão da OUA. Pode fazer o que fizer, mas terá sempre isso em conta... A OUA é um quadro no qual os Estados africanos e sobretudo os mais débeis podem defender os seus interesses, evitando que se cometam actos injustos; OUA onde geralmente os problemas são discutidos com muita abertura e muita franqueza.

Não existe outro exemplo no Mundo: uma organização continental onde toda a gente esteja presente e onde os problemas sejam debatidos com essa abertura e franqueza. Não creio que haja outro exemplo no mundo. Não há...

A OUA é pois algo que há que defender, mas algo também que devemos aprofundar e ver até onde podemos ir juntos defendendo solidariamente os nossos interesses.

Pode-se pensar à primeira vista que a OUA tem muitas debilidades. É verdade. Mas isso é natural, já que ela é constituída por um grupo de Estados com opções políticas muito diferentes umas das outras. O que é certo é que uma decisão tomada em comum será respeitada por toda a gente, será muito difícil boicotá-la. Faz-se barulho e tudo o mais, mas, no fim, acaba-se por vir a acatá-la...

E porquê? Porque toda a gente reconhece a utilidade da organização, a sua força e que ela permite a defesa dos Estados africanos no plano internacional.

A questão que actualmente se põe e para a qual é preciso achar resposta é a seguinte: depois da libertação do continente — que está quase no fim — quais serão os objectivos fundamentais e prioritários da OUA?

Não iremos entrar numa fase onde os assuntos sobre os quais o consenso é muito mais difícil, que são as questões económicas, os interesses concretos? Se nós nos entendemos, digamos, no domínio político, será que em questões concretas, como a solidariedade no domínio económico para o desenvolvimento dos nossos países, nos entenderemos? Essa a pergunta que fica.

A resposta pertence ao tempo. Pensamos, porém, que devemos fazer um esforço para melhorar o conhecimento recíproco entre os países africanos no sentido de desenvolver as nossas relações económicas, e, ao mesmo tempo, desenvolver a solidariedade económica entre os nossos países.

O que se coloca actualmente aos países subdesenvolvidos é uma maior solidariedade entre eles, um melhor conhecimento recíproco e uma maior confiança neles mesmos. Desse modo é possível que a OUA entre nessa nova fase de luta e consiga os mesmos sucessos que tem conseguido na etapa da luta de libertação política.

# CHADE

## O reinício da batalha



*Com o neocolonialismo instalado na hora da independência, o Chade é um exemplo gritante de um país que «partiu mal». Mas após catorze anos de guerra civil, parece finalmente desenhar-se uma unificação das diversas tendências político-militares que se opõe ao imperialismo francês e aos seus agentes locais.*

### Carlos Pinto Santos

Milhares de mortos e feridos, cadáveres esquecidos que apodrecem sob um sol escaldante, feridos que agonizam em hospitais de campanha onde o pessoal médico opera numa visão de horror, obuses não explodidos por vezes assinalados por pequenas bandeiras,

uma cidade semi-destruída e abandonada pelos seus habitantes: eis o cenário desolador de N'Djamena desde que se reiniciou, a 20 de Março, a batalha pela sua conquista.

Frente a frente, duas forças beligerantes principais; as Forças Armadas Popula-

res (FAP) de Goukouni Oueddei e as Forças Armadas do Norte (FAN) de Hisséne Habré, respectivamente primeiro-ministro e ministro da Defesa de um fictício Governo de União Nacional de Transição (GUNT).

Após oito semanas de

combates, apenas interrompidos por precários cessar-fogos obtidos em laboriosas negociações promovidas por diversas capitais africanas, OUA e Nações Unidas, os dois exércitos controlam partes iguais da capital e receberam reforços consideráveis. Goukouni Oueddei tem agora a seu lado as tropas do vice-primeiro-ministro tenente-coronel Abdelkader Kamougué, Forças Armadas Chadianas (FAT) e a Frente de Acção Comum (FAC) de Mahamat Abba Seid (ministro do Interior) e de Acyl Ahmat (ministro dos Negócios Estrangeiros). Do seu lado, Hisséne Habré recebeu soldados dos seus contingentes

do Centro e Leste do país.

Esquemáticamente poderá afirmar-se que Habré tem contra ele a quase unanimidade das onze tendências que formaram o GUNT, dos vários ramos em que se cindiu a Frente de Libertação do Chade (FROLINAT) e a hostilidade da Líbia, principal aliado dos seus adversários. Pelo ex-dirigente da FROLINAT, expulso em Outubro de 1976, a antiga potência colonial, o Governo de Paris, que com uma política sinuosa, intervenções brutais e apoios alternados às diversas facções combatentes surge como o responsável primeiro da guerra

civil neste país do interior ocidental africano.

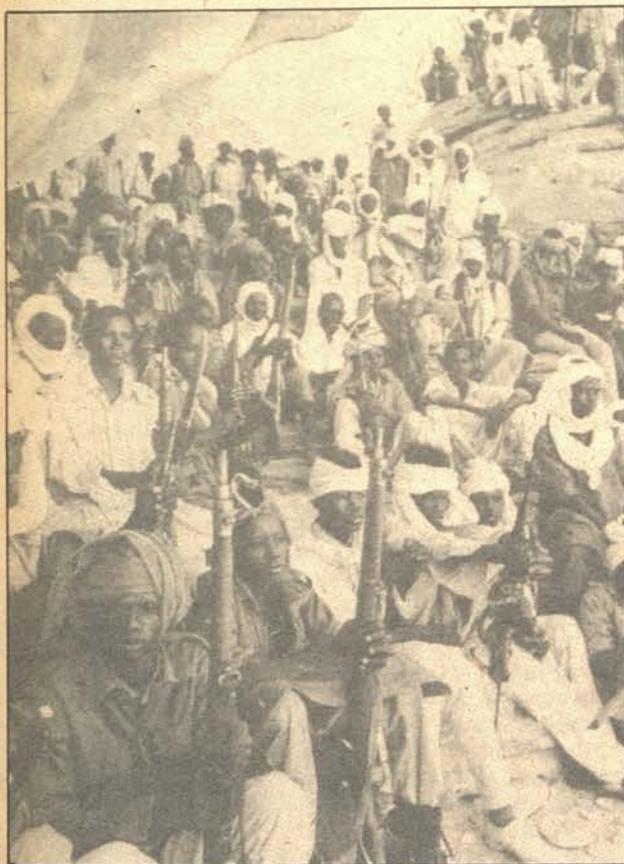
Hoje, considerando a história do Chade constata-se uma evidência: a batalha de N'Djamena e a guerra civil, só terminarão com a vitória final e esmagadora de um dos lados. A paz será alcançada quando um ou vários contendores depuser, exangue, as armas. No Chade o poder não se partilha.

### CATORZE ANOS DE GUERRA

Como outras colónias africanas da França, o Chade ascendeu à independência em 1960. Mas que independência?

Em Fort-Lamy (primitivo nome de N'Djamena) Paris deixou no poder um dos seus agentes mais preciosos na África, François Tombalbaye, figura cimeira de um regime que se tornará famoso no continente pela sua corrupção. O "tombalbaismo" foi o obscurantismo, a luta tribalista desagregadora, a miséria de um povo dos mais pobres de África, a repressão feroz das manifestações populares e a presença de tropas francesas que constituem ameaça constante aos governos progressistas vizinhos.

Rapidamente desfeitas as ilusões de uma independência formal, surgem as primeiras revoltas provocadas pela exploração desenfreada a que uma clientela nacional nascente e os colonialistas de sempre, sujeitam a imensa maioria da população: uma centena de mortos na capital nos motins de Setembro de 1963. Em 1965 os camponeses do Centro, no Guerá, revoltam-se contra as prepotências da administração, na ocorrência os roubos come-



A FROLINAT nasceu das revoltas camponesas no Guerá ocorridas em 1965



Exército francês no Chade. O objectivo foi apoiar sempre os sucessivos agentes locais de Paris

tidos pelos colectores de impostos, e são sangrentamente reprimidos pelas tropas de Tombalbaye e pela Legião Estrangeira francesa.

A rebelião nunca chega a ser totalmente sufocada, alastra-se a outras regiões do país e cria as condições para o surgimento da FROLINAT (1) que promove em 1966 acções de guerrilha no Centro-Este, primeiro, no Borkou-Ennedi-Tibesti (BET), depois.

Face aos rápidos progressos da luta armada, os pára-quedistas franceses intervinem salvando, em 1968, o regime de Tombalbaye de uma derrocada iminente. Mas não conseguem, apesar dos bombardeamentos, das aldeias arrasadas e dos massacres das populações, o seu objectivo principal: "pacificar" o país, ou seja, aniquilar a FROLINAT.

Durante nove anos, a luta continua sem que os sucessivos contingentes franceses possam deter o avan-

ço do movimento de libertação chadiano. Para lá da fronteira norte está desde 1969 o regime revolucionário líbio, cujo líder, Khadafi, ao mesmo tempo que presta apoio à FROLINAT pressiona Tombalbaye obtendo algumas concessões: em 1972 o Chade corta relações diplomáticas com Israel e Tombalbaye aceita, num acordo secreto, o reconhecimento do velho tratado Mussolini-Laval que incluía a faixa de Aozou — 114 000 km<sup>2</sup> no extremo-norte do Chade, rico em urânio — no território líbio.

Também para tranquilizar Khadafi — preocupado com a sorte dos 52 por cento chadianos muçulmanos que segundo este são vítimas de discriminações racistas — Tombalbaye lança em 1973 a "chaditude", simulacro de "revolução cultural" copiada da doutrina de "autenticidade" do seu aliado Mobutu Sese Seko e que se resume à africanização de nomes e à

prática de velhos ritos *yondoh*. Fort-Lamy é agora N'Djamena e o próprio Tombalbaye muda o seu nome cristão François para N'Garta (chefe).

Dois anos depois, a FROLINAT actua em três quartos do território e controla extensas zonas do Norte e Centro do país.

No seguimento de uma primeira tentativa falhada, o general Felix Malloum, chefe do exército de N'Djamena, dirige da prisão em 13 de Abril de 1975 um golpe militar (só possível com a ajuda, pelo menos tácita, das autoridades francesas) derrubando um regime que após quinze anos está moribundo e desacreditado mesmo perante o imperialismo.

O golpe de Malloum coincide com o anúncio da descoberta de importantes reservas petrolíferas chadianas. A França, prevendo a chegada de concorrentes na sua neo-colónia, muda de peão.

## UM PAÍS IRREMEDIAMENTE POBRE?

Os indicadores económicos assinalam ser o Chade um dos países mais pobres do Globo: 120 dólares de Produto Nacional Bruto *per capita*, uma balança comercial em *déficit* crónico (12,7 biliões de francos C.F.A. (2) em 1976), 1,6 por cento de crescimento anual de PNB, 93 por cento de analfabetos. A agricultura emprega 86 por cento de uma população com a segunda expectativa de vida mais baixa do mundo (homens 29 anos, mulheres 35, em 1963/64).

Para os colonos o "Chade útil" foi sempre o Sul, onde os camponeses eram obrigados a cultivar o algodão em proveito das companhias têxteis francesas, como a *Compagnie Française pour le Développement des Fibres Textiles* que controla a *Cotontchad* que por sua vez tem o monopólio da produção e da comercialização.

O algodão é também o motor de um tímido desenvolvimento industrial do Sul do país. A *Unipartex*, francesa, domina a *Société Textile du Tchad*. O comércio de produtos de primeira necessidade está igualmente nas mãos de grandes empresas francesas: *S.C.O.A.*, *C.F.A.O.* e *S.C.K.N.*, filial da *Unilever*.

Nos últimos anos, porém, detectaram-se importantes recursos minerais: urânio e volfrâmio na banda de Aozou (território a que se associa os planos nucleares de Trípoli); ouro no Mayo Kébbi; bauxite, ferro, ouro e urânio no Biltine, Ouddai Ennedi e no Guéra.

A *Continental Oil*, associada à *Shell*, *Chevron* e *Exxon*, prospecciona petróleo no Kanem e no Logone Oriental. A *Conoco*, sétima sociedade petrolífera mundial e segundo produtor de carvão nos Estados Unidos é o maior investidor no Chade. Nos últimos dez anos gastou 30 biliões de francos CFA nas pesquisas do subsolo chadiano anunciando publicamente a descoberta de oito jazigos "interessantes": segundo os seus directores locais a estimativa máxima de reservas produtivas ultrapassa 50 milhões de toneladas, sendo a qualidade das matérias orgânicas do petróleo chadiano equivalente às do Mar do Norte e da Arábia Saudita.

São as riquezas potenciais que o solo do país começa a patentear que eliminaram as concepções ultrapassadas do "Chade útil" dos colonos franceses e é agora todo o território que se coloca na mira dos interesses imperialistas.

### "TOMBALBAÍSMO" SEM TOMBALBAYE

A chegada ao poder de Felix Malloum não traz alterações de vulto à situação do país: a reconstrução económica prometida pelo governo militar fica nas boas intenções, a submissão aos interesses franceses mantém-se inalteráveis e persiste a gangrena da corrupção. É, segundo a FROLINAT que depois de uma atitude inicial de expectativa intensifica a luta armada, o "tombalbaísmo sem Tombalbaye".

Vendo Malloum em posição difícil, o Governo francês procura um novo agente para enquadrar na sua



Félix Malloum

estratégia, ao mesmo tempo que joga nas dissidências internas da FROLINAT já dividida em várias tendências autónomas. Perante a surpresa geral a pedra escolhida é o ex-dirigente guerrilheiro Hisséne Habré que alcançara em Abril de 1974 grande celebridade nos meios de comunicação franceses com o rapto da arqueóloga Françoise Claustre só liberta em Janeiro de 1977 após a expulsão do seu sequestrador da FROLINAT por Goukouni Oueddei e da intervenção de Khadafi. Habré, o "rebelde toubou" como lhe chama a imprensa francesa, está firmemente implantado no Tibesti e dispõe de uma força bem treinada, equipada e aguerrida. É então inimigo irreductível da Líbia e isso é quanto basta para o Governo de Paris que define Trípoli como o seu adversário número um no terreno. Após sinuosas negociações, Habré estabelece acordo com franceses e com Malloum que, com muita ou pouca relutância, aceita o parceiro imposto. Entretanto em Janeiro-Fevereiro de 1978 uma nova ofensiva guerrilheira põe em debandada as Forças Armadas Chadianas. Malloum é obrigado a ne-

gociar com uma FROLINAT momentaneamente reunificada e onde Goukouni ressurgiu fortalecido politicamente.

A França intervém mais uma vez directamente enviando três mil soldados e aviões Jaguar e Breguet o que evita a queda do regime de Malloum.

Meses mais tarde, as divergências surgidas de novo no seio da FROLINAT facilitam finalmente a Paris a instalação no poder da dupla Malloum-Habré o que, segundo as previsões do Governo de Giscard d'Estaing, impedirá o projecto de reconciliação nacional defendido por Khadafi.

Nomeado primeiro-ministro, Habré reorganiza as suas forças e prepara o assalto final ao poder que ele não tem intenções de compartilhar. Apoiado pelo corpo expedicionário francês desencadeia a primeira batalha de N'Djamena em

12 de Fevereiro de 1979 contra o seu aliado Felix Malloum.

Decorridas três semanas de violentos combates que fazem milhares de vítimas entre os civis, o exército de Malloum é aniquilado com a excepção das forças do tenente-coronel Kamougué constituídas na maioria por gendarmes que resistem e retiram para o Sul conservando a capacidade operacional.

Enquanto se desenrolam os combates Malloum-Habré, a FROLINAT chefiada por Goukouni progride no terreno e penetra na capital.

Após esforços medianeiros desenvolvidos por Governos de países vizinhos, em que se destaca o nigeriano, a conferência de Kano, na Nigéria, reúne as quatro facções principais em luta: Goukouni, Habré, Abdelrahman — chefe do Movimento Popular para a Libertação do Chade (MPLT) que controla a região petrolífera de Kanem no Oeste do país — e Kamougué. É decidido desti-

tuir Malloum e criar um Conselho de Estado Provisório presidido por Goukouni-Oueddei.

Paris dá o seu acordo a este Governo Goukouni-Habré, assegura a continuação da cooperação e anuncia oficialmente a retirada das tropas, evacuação que é sucessivamente prometida e adiada.

A segunda conferência de Kano, em Abril, salda-se por um fracasso porque as quatro facções signatárias da conferência anterior recusam as novas tendências que se apresentam a exigir participação governamental: Conselho Democrático Revolucionário (FROLINAT-CDR) da Ahmat Aeyl; Forças Armadas de Libertação (FROLINAT-FPL) de Mahamat Abba Seid; FROLINAT-Vulcão de Abdoulaye Adoum Dana; FROLINAT-Fundamental de Hadjaro Senoussi; FROLINAT-Original de Abba Siddick e União Nacional Democrática (UND) de Fatcho Balam.



Todas as facções estão fortemente equipadas

Os precários acordos estabelecidos não permitem ultrapassar as profundas divergências nem esbater a luta pelo poder das tendências reunidas no Governo de N'Djamena onde a intransigência e a ambição confessa de Hissène Habré avultam como os primeiros obstáculos na obtenção da paz. O Governo mergulha no isolamento diplomático, as dificuldades económicas agravam-se com o bloqueio imposto pela Nigéria e intensificam-se as pressões exercidas tanto no Norte como no Centro do país pelas forças excluídas das conferências de Kano.

Afirmando que a sua segurança pessoal não está assegurada em N'Djamena, Kamougué reúne-se às tropas estacionadas no Sul e recusa participar no Governo, o que empalidece ainda mais a autoridade deste. É a vez do chefe das FAT se aproximar do regime de Trípoli e fazer acordos com Abba Siddick e os pró-líbios Ahmat Acyl e Mahamat Abba Seid.

Os novos esforços de mediação efectuados pela Nigéria e Sudão conduzem, em 21 de Agosto, aos acordos de Lagos assinados pelas onze tendências chadianas. O texto da plataforma prevê um Governo de União Nacional Transitório (GUNT) que, presidido por Goukouni Oueddei, é encarregue da organização de eleições gerais num prazo máximo de 18 meses. Decide-se, além disso, o cessar-fogo, a desmilitarização da capital, a retirada das tropas francesas, a libertação de prisioneiros, a formação de um exército nacional integrando os elementos das diversas facções e o envio de uma Força Neutra Inte-

## As onze tendências chadianas

Os agrupamentos político-militares que assinaram os acordos de Lagos são os seguintes:

— Forças Armadas Populares (FAP), de Goukouni Oueddei, primeiro-ministro do GUNT, chefe do principal ramo da FROLINAT. Fortemente implantadas no Borkou-Ennedi-Tibesti e no Kanem; estão na posse de metade de N'Djamena;

— Forças Armadas do Norte (FAN), de Hissène Habré, ministro da Defesa do Gunt. Dominam o Biltine, as cidades de Biltine, Abéche e Ati e a outra metade de N'Djamena;

— Forças Armadas Chadianas (FAC), do tenente-coronel Abdelkader Wadel Kamougué, vice-primeiro-ministro do GUNT. Ocupam as regiões do Sul de Mayo-Kebbi, Logone Ocidental e Oriental, Médio Chari e Tandjile. Desde os primeiros dias de Maio destacamentos das FAT combatem em N'Djamena ao lado das FAP. As FAT vêm do exército do regime de Malloum e são constituídas sobretudo por antigos gendarmes;

— Forças Armadas Ocidentais (FAO), de Moussa Medela Mahamat. Têm posições numa parte da zona petrolífera do Kanem. Surgidas de uma cisão do MPLT;

— Frente de Acção Comum (FAC), presidida por Mahamat Abba Seid, ministro do Interior do GUNT. Está implantada nas regiões de Salamat, Guera e Chari-Baguirmi, disputando o norte destas províncias com o exército de Habré. Combatem actualmente em N'Djamena ao lado das FAP. A FAC agrupa três tendências:

— Frente Popular de Libertação (FROLINAT-FPL), de Mahamat Abba Seid. Politicamente próxima do regime líbio;

— Conselho Democrático Revolucionário (FROLINAT-CDR) ou Vulcão Novo, de Ahmat Acyl, ministro dos Negócios Estrangeiros do GUNT. Pró-líbio;

— Primeiro Exército do Vulcão (FROLINAT-Vulcão), de Abdoulaye Adoum Dana. Próximo do regime sudanês.

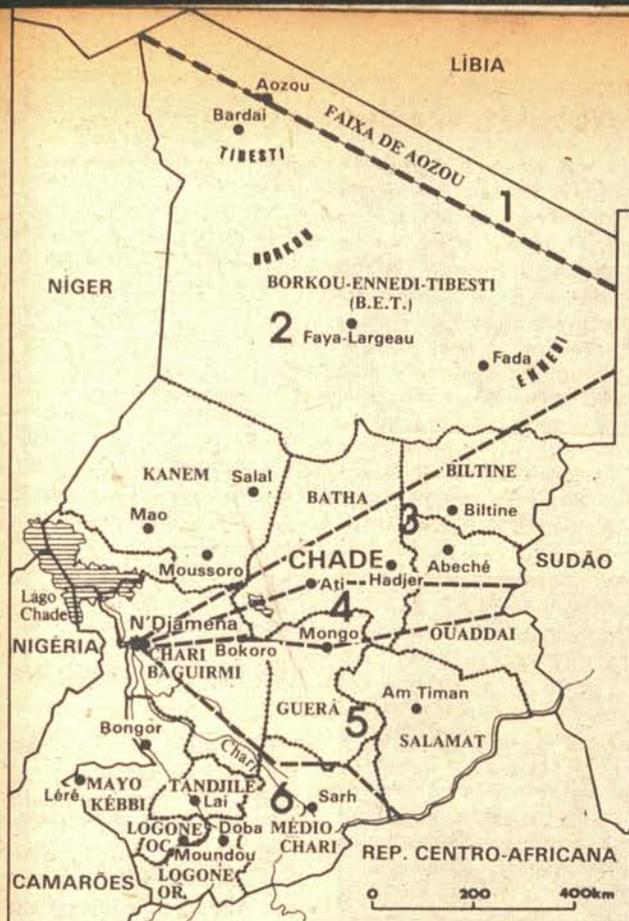
Três outras tendências que integraram a FAC na altura dos acordos de Lagos mas que a abandonaram posteriormente:

— FROLINAT — Original, de Abba Siddick sucessor de Ibrahim Abatcha (fundador da FROLINAT) e secretário-geral da Frente até às grandes cisões. Ministro do Ensino Superior do GUNT;

— Movimento Popular para a Libertação do Chade (MPLT), de Abdelrahman. Criado em 1978 com o apoio da Nigéria;

— FROLINAT — Fundamental, de Hadjero Senoussi;

— União Nacional Democrática (UND), de Fatcho Balam, exilado no Senegal durante dez anos.



No final de Abril o controlo do território chadiano pelas quatro principais forças militares era o seguinte: 1—F. de Aozou ocupada pela Líbia; 2—Forças Armadas Populares (FAP) de Goukouni Oueddei; 3—Forças Armadas do Norte (FAN) de Hisséne Habré; 4—Zona disputada pelas FAN e pela Frente de Acção Comum (FAC) presidida por Mahamat Abba Seid; 5—FAC; 6—Forças Armadas Chadianas (FAT) de Abdelkader Kamougué. N'Djamena estava dividida em dois sectores, um em poder das FAN, outro controlado pelas FAP aliadas às FAC e FAT.

rafricana (FNI) integrada por contingentes militares de países africanos afastados das fronteiras do Chade, o Benin, o Congo e a Guiné-Conackry.

São necessários mais três meses de negociações cerradas para que a 11 de Novembro numa reunião em Douguia, nas margens do rio Chari, a 70 km de N'Djamena, o GUNT seja finalmente formado. Os lí-

deres das três principais tendências, Goukouni, Habré e Kamougué partilham os cargos de maior importância: primeiro-ministro, ministro da Defesa e vice-primeiro-ministro.

#### CINCO MESES DE TRÊGUAS

A paz podre no Chade dura cinco meses. As divisões entre uma equipa governamental de 22 mem-

bro reaparecem no início de Janeiro levando ao malogro todas as tentativas de pôr a funcionar o aparelho administrativo e económico. É o impasse.

E quando as negociações, dirigidas por Goukouni, para a retirada das tropas francesas (que ainda se mantinham no país a cumprir as três missões formuladas pelo Eliseu, "dissuasão", "protecção psicológica e moral" e "ajuda civil"... ) parecem produzir os primeiros resultados, a psicose da guerra civil recrudescer subitamente.

Na origem está a recusa de Hisséne Habré em retirar os seus contingentes da capital como ficara acordado em Lagos, retardando *sine die* a data limite marcada para 5 de Fevereiro. O ministro da Defesa opõe-se, também, à instalação da Força Neutra Interafricana que acusa preparar um *complot* para afastar as FAN do poder, recorrendo ao desgastado argumento de que os soldados congolezes da FNI não seriam senão cubanos disfarçados e que o contingente do Benin esperado em N'Djamena era treinado por soviéticos e cubanos. Completando o ramo dos fantasmas, Habré agita uma vez mais o "demónio" Khadafi para exigir o encerramento da embaixada líbia. Tudo somado, profere declarações favoráveis à continuação do corpo expedicionário francês no país.

Inevitavelmente, a permanência das FAN em N'Djamena provoca a das FAP de Goukouni e a prevenção no Sul das FAT de Kamougué. Com todos os exércitos preparados, o confronto é uma questão de dias ou horas.



*Kamougué, Abba Said (em cima), Acyl Ahmat e Abba Siddick (em baixo) unidos a Goukouni Queddei contra Hissène Habré. Nesta aliança poderá estar a solução para quatorze anos de guerra civil*



Depois de um primeiro ataque, em 16 de Março, contra a FAC de Mahamat Abba Seid, em Bokoro e Mongo, no Guera, Habré lança as FAN no combate ao seu principal inimigo, as FAP. Está-se a 20 de Março e começou a segunda batalha de N'Djamena.

Oito semanas decorridas sobre o início dos combates, somente interrompidos por cessar-fogos que não têm muitas vezes senão algumas horas de duração, as vítimas, civis e militares, contam-se por milhares, a população atravessa o rio Chari à média de dez mil por dia para se refugiar nos vizinhos Camarões e N'Djamena desmorona-se em nuvens de poeira.

pág. 106 n.º 23/Maio 80

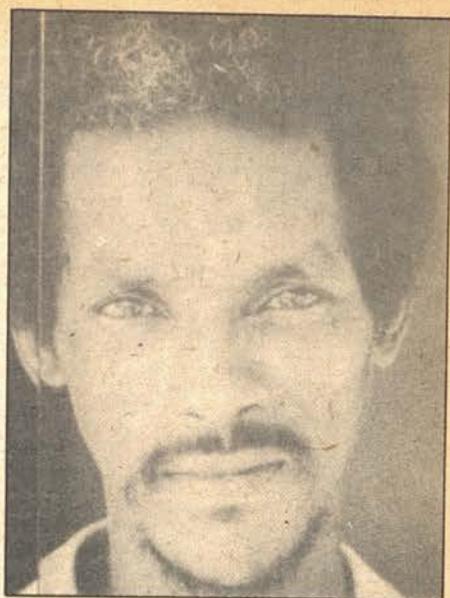
## UNIDADE ANTI-HABRÉ

No complexo tabuleiro chadiano, um facto novo começa, porém, a surgir e que poderá encerrar em si uma solução mais definitiva. Habré, escondendo cada vez menos a protecção que lhe dedicam os franceses, coloca a actual fase da guerra civil numa dicotomia entre aliados e adversários do regime líbio. "Esta guerra — declara — não é uma guerra entre dois homens, é um combate político entre as forças nacionalistas e as forças retrógradas apátridas, os aliados da Líbia, a coligação Goukouni-Kamougué-Ahmat-Acyl".

De facto, as principais tendências chadianas parecem unidas contra o ministro da Defesa do GUNT. Tanto as tropas de Kamougué, como as de Ahmat Acyl e Abba Seid convergiram

## Conceitos ultrapassados

Durante anos o conflito chadiano foi simplisticamente interpretado pelas rivalidades étnicas Norte-Sul ou religiosas, muçulmanos contra cristãos e animistas. Hoje essas explicações estão manifestamente ultrapassadas, quando as duas principais forças em guerra são oriundas do Norte islamizado, as FAP de Goukouni Queddei e as FAN de Hissène Habré. As primeiras apoiadas pelos cristãos animistas do Sul de Kamougué, aliados dos defuntos regimes de Tombalbaye e Malloum, os segundos protegidos pela antiga potência colonial. A fronteira que separa as diversas facções que combatem no Chade passa pelos que se colocam no campo da independência nacional e os que se abrigam debaixo da asa do imperialismo francês.



*Hissène Habré e Goukouni Oueddei, chefes das duas tendências principais em luta, as FAN e as FAP. A paz no Chade passa pela derrota incondicional dos aliados do imperialismo francês*

para N'Djamena e combatem ao lado das FAP alastrando a luta ao Leste do país, em Ati e Hadjer. "Para nós — declarou a um jornal francês Djana Golo, ministro da Justiça e representante de Kamougué — o problema é simples. Hissène Habré fez secessão contra o Governo legal do Chade, saído dos acordos de Lagos aceites pelas onze tendências chadianas. Assim, nós defenderemos até ao fim a autoridade e a legitimidade do Estado".

O caminho para a paz no Chade está talvez nesta aliança combatente anti-Habré, se, na eventualidade de uma derrota militar esmagadora do antigo raptor de Françoise Claustre, as restantes tendências se entenderem numa base mínima de acordo (que se poderá buscar nas resoluções de Lagos) fazendo recolher as armas de vez, unificar o

Estado desmembrado, pôr a funcionar a administração paralizada e a economia em ruína e instituir uma política de independência nacional.

Entre as várias incógnitas chadianas ressalta a atitude do Governo francês, que mantém no país, mesmo depois do repatriamento dos civis europeus, 1200 homens do corpo expedicionário, apesar das declarações de Giscard d'Estaing de que partiriam após a sua evacuação. E como conciliar esta decisão do presidente francês com outras afirmações do Eliseu de que "as forças francesas ficam disponíveis para contribuir eventualmente, a pedido das autoridades chadianas em todas as acções que terão exclusivamente a finalidade de assegurar a aplicação do cessar-fogo"?

Mas que autoridades?

A Goukouni que se crê ter alcançado a liderança entre a maioria das tendências ou a Habré a quem o Governo francês prodigaliza uma protecção de peso? Estará nos planos franceses esperar o culminar da luta para lançar na mesa uma outra personagem capaz de "reabilitar" Paris perante a opinião africana?

Há muito que no continente se deixou de confiar nos "bons ofícios" da França. Não são unicamente os vinte anos de ingerência no Chade independente; em África o imperialismo cobre-se com a bandeira tricolor e desfila ao som da Marselhesa.

- (1) Fundada por Ibrahim Abatcha em 22 de Junho de 1966.
- (2) Um dólar = 218,7 francos CFA.

# OCEANO ÍNDICO

## Os planos imperialistas



*A concentração de elevado número de vasos de guerra, a deslocação de milhares de marines para a ilha de Masira, no Oman, e o espectacular reativamento da base de Diego Garcia constituem um plano integrado do Pentágono que tornam a região do Índico num «barril de pólvora»*

**J. C. Cabral**

O Oceano Índico, sobretudo a partir da década de 60, tem vindo a desempenhar um papel cada vez mais importante no desenvolvimento económico dos países da África Oriental e do Sul da Ásia. Nas suas costas vivem cerca de 1000 milhões de pessoas e, através dele, processa-se cerca de 10 por cento do tráfego marítimo mundial (1).

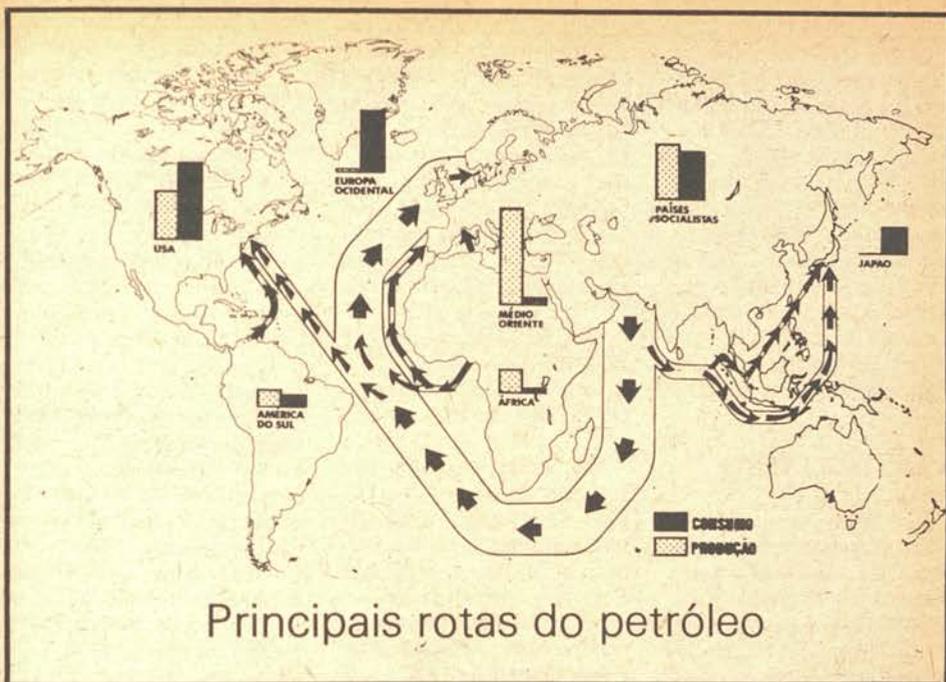
A sua importância em termos económicos deve-se fundamentalmente à existência das grandes rotas comerciais que ligam a América e a Europa à África Oriental, ao Sul da Ásia e à

Austrália e ainda por ser através dele que se processa a maior parte do escoamento do petróleo do Próximo e Médio Oriente.

De um modo geral, pode dizer-se que a evolução da situação dos países da zona tem sido determinada por duas grandes linhas de força: por um lado, os esforços redobrados do imperialismo no sentido de manter (ou substituir), ainda que sob novos disfarces, o seu domínio na zona; e por outro, a tendência irreversível que anima esses povos a libertarem-se desse domínio, obtendo uma indepen-

dência política, económica e ideológica reais, acabando de vez com todas as formas de neocolonialismo existentes.

É para esta zona do Globo que convergem hoje com apreensão as atenções mundiais. Com fundadas razões teme-se que ela venha a ser palco de mais uma escalada da agressão imperialista, comandada, como sempre, pelos E.U.A., que pode conduzir, na situação actual, a um conflito de sérias repercussões não só para os povos da zona mas para toda a Humanidade.



Principais rotas do petróleo

A política agressiva da administração Carter tem acumulado erros sobre erros, tem lançado uma campanha difamatória e subversiva contra todos aqueles que se lhe opõem, tem constantemente provocado situações conflituosas, como se procurasse a todo o custo um confronto directo a nível militar.

Incapaz de resolver os seus problemas, a administração Carter tem procurado escondê-los lançando autênticas cortinas de fumo e campanhas de intoxicação da opinião pública, inventando culpas a torto e a direito, procurando assim ocultar as suas responsabilidades na crescente tensão mundial.

Preocupado com a recente imposição americana de instalação de novos mísseis nucleares táticos na Europa (uma forma de contornar o protocolo do Acordo

SALT-II, comprometendo assim os passos já dados para a paz e o desanuviamento mundial) um general francês perguntava perplexo: "Haverá um louco à solta no Pentágono?" (2).

De facto, a política actual dos E.U.A. é a mais agressiva da década de 70, constituindo uma grave manifestação de irresponsabilidade se tivermos sobretudo em conta a ameaça que representa para a paz mundial. Como máscara para esta política, foi retomado o espantinho da "ameaça comunista".

#### A POLÍTICA EXPANSIONISTA NORTE-AMERICANA

Foi também a pretexto de uma hipotética (e hoje confirmadamente falsa) "ameaça comunista" liderada pela União Soviética que os Estados Unidos

enunciavam em 1947 os princípios da sua política agressiva e de domínio à escala mundial.

Com efeito, a doutrina Truman conhecida também como doutrina da "contenção" levou ao estabelecimento de um "colete de forças" à volta das nações socialistas da Europa e da Ásia, com vista ao seu estrangulamento e posterior destruição.

Assim foi criado o bloco agressivo da NATO (a que se seguiram outros como a defunta CENTO), acompanhado de medidas políticas e económicas contra os países socialistas. Ao mesmo tempo, iniciou-se a intervenção militar directa na Ásia (Coreia).

No fundo, a doutrina Truman, o Plano Marshal, a criação da NATO e as intervenções militares apenas se destinaram a facilitar o domínio económico e polí-

tico da Europa Ocidental, a proteger os mercados de exportação norte-americanos e a garantir, em condições vantajosas, a continuidade e a expansão do complexo militar industrial norte-americano, que, muito embora já não tivesse razão de existir com o fim da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, não podia, por razões económicas e de lucro fácil, desaparecer, na óptica dos dirigentes americanos da altura. (3)

### A ERA DA DÉTENTE

Em finais da década de 60, o fracasso global da política de contenção assim iniciada era flagrante. Paralelamente, a capacidade demonstrada pela União Soviética em recuperar o défice do potencial estratégico nuclear em relação aos E.U.A. obrigou os dirigentes norte-americanos a modificarem progressivamente algumas das grandes linhas da sua política externa.

A política da "contenção" foi progressivamente substituída pela política da *détente*.

Através dela, os E.U.A. reconheciam, pelo menos tacitamente, a sua impossibilidade de vir a governar o Mundo a seu bel-prazer. Aceitavam a necessidade de estabelecer acordos gerais com os países socialistas, e em particular com a União Soviética, que pudessem vir a abrir caminho para uma nova era de progresso e de paz mundial.

Articulada ainda durante a administração de Kennedy e Johnson, só durante a administração Nixon veio a tomar uma forma acabada e a constituir a política oficial do governo.

As negociações sobre a li-

mitação dos armamentos estratégicos, a contenção da corrida aos armamentos e a defesa da via pacífica para a resolução dos conflitos foram alguns dos aspectos positivos (ainda que bastante limitados) que trouxeram novas esperanças para o desanuviamento e a paz mundial.

### O REGRESSO ÀS ORIGENS SOB UM NOVO NOME: OS REALISTAS

Mas desde a pesada derrota no Vietname os falções americanos, apoiados nas correntes mais reaccionárias dentro e fora dos E.U.A., desencadearam uma ofensiva militarista que se fez principalmente notar a partir de 1977.

A independência de novos Estados africanos, ao fim de longas lutas de libertação nacional e a consciencialização crescente das nações árabes acerca da forma como as suas riquezas naturais eram objecto de lucros fáceis para as grandes multinacionais do petróleo, foram pretextos para o reavivar de posições extremistas como se as causas da crise geral do capitalismo lhe fossem exteriores.

Incapaz de resolver os seus problemas internos e externos, naturalmente cada vez mais agravados, a administração Carter, em desespero de causa, tem, por todos os meios ao seu alcance, tentado impor aos seus aliados as posições mais extremistas e reaccionárias para desse modo as poder impor aos outros povos do Mundo.

As medidas tomadas nos últimos meses pela administração Carter neste sen-

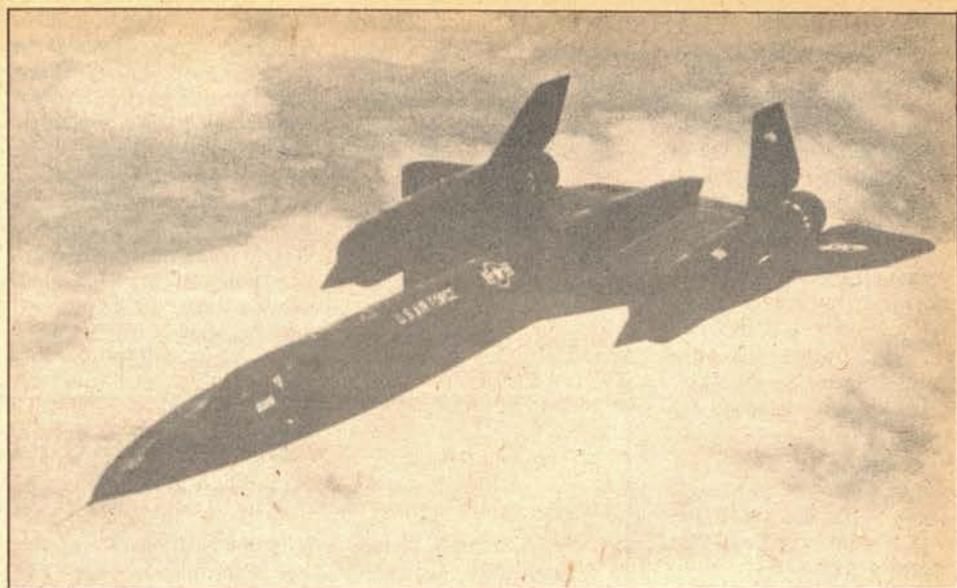
tido têm constituído um autêntico desastre, a ponto do actual comportamento dos dirigentes norte-americanos ter sido comparado, por um insuspeito professor universitário (4), ao dos ratos de laboratório em situação de labirinto. Com efeito, estes animais, colocados repetidas vezes no mesmo labirinto persistem em dirigir-se para os mesmos becos sem saída, não aproveitando portanto as "lições" da sua experiência negativa anterior. Tal tem sido efectivamente o comportamento da actual administração norte-americana. A célebre "Doutrina Carter" bem pode ficar conhecida como a "doutrina dos becos sem saída".

Com um novo nome — agora os "falcões" norte-americanos autodenominam-se de "realistas" — os defensores e executores desta política não têm demonstrado a mínima imaginação, limitando-se a copiar velhos esquemas da "Guerra Fria" já anteriormente utilizados sem qualquer vantagem.

### UNIDADE E VIGILÂNCIA

Mas esta política, a prosseguir, é hoje em dia uma política mais do que nunca perigosa — e por isso irresponsável — ao pôr efectivamente em perigo a paz mundial.

As recentes tentativas que têm vindo a fazer nesse sentido foram recentemente objecto de análise por um jovem dirigente iraniano durante uma entrevista dada ao *Le Monde* (5). Na sua perspectiva, a luta simultânea em duas frentes (E.U.A. e URSS) para onde os E.U.A. e aliados tentam



*O SR-71A é o mais moderno avião espião da Força Aérea dos EUA. Com a autorização de Sadate, espiam os países árabes da zona do Golfo a partir de bases do Egito*

conduzir o Irão e outros países do Terceiro Mundo constitui, na prática, um compromisso claro com o imperialismo norte-americano, facilitando-lhe o caminho para atingir os seus objectivos de dominação.

#### **A NOVA FORMA DE UMA IDEIA VELHA**

O conflito na região do Corno de África, a queda do regime do Shah do Irão, e o consequente desaparecimento do CENTO, a multiplicação dos movimentos de libertação dos países mais enfeudados ao imperialismo da região do Golfo e a questão do Afeganistão (tudo somado à tão apregoadada "ameaça comunista") são os pretextos com os quais os E.U.A. procuram, hoje em dia, convencer os seus aliados ocidentais a lançar-se numa aventura conjunta na região do Índico.

Arrogando-se o direito de interferir em qualquer

ponto do Globo em que a situação lhes não agrade, os E.U.A. preferem ensaiar agora uma política de repartição de riscos e responsabilidades com os seus aliados europeus.

Agitando na Europa e na Ásia o espantinho do corte de fornecimentos do petróleo, incitam os seus parceiros da NATO a uma intervenção conjunta no Índico, à qual certamente não faltaria o apoio do regime sionista e do regime traidor de Sadate.

Fazendo assim reviver os planos mais ambiciosos das estratégias da NATO, os E.U.A. propõem, claramente, o alargamento da área de intervenção daquela organização ao Índico.

#### **OS OBJECTIVOS ACTUAIS**

Os grandes objectivos da política norte-americana para o Índico (6) (que não se podem desligar dos estabelecidos para o Médio

Oriente) podem basicamente resumir-se nos seguintes pontos:

1. Controlar as zonas-chave da produção do petróleo e as rotas principais do seu escoamento, dominando entre outros os pontos-chave das saídas para o Índico a partir do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico.

2. Estabelecer uma cadeia de bases aeronavais e de comunicações que lhes permitam uma ligação efectiva com as suas bases no Mediterrâneo e no Pacífico.

3. Colmatar a brecha aberta com o desaparecimento do CENTO através da realização de pactos militares com os países amigos da zona, garantindo assim a continuidade da sua intervenção na zona.

4. Convencer os seus aliados europeus que não têm outra alternativa senão a de participarem nesta ofensiva, sob pena de serem desguarnecidas as suas posições na Europa, o que

aconteceria se os E.U.A. se vissem obrigados a agir sozinhos.

5. Finalmente, negar por todos os meios à União Soviética qualquer tipo de influência, quer na região do Índico, quer no Médio Oriente.

#### PREPARATIVOS DA AGRESSÃO

Destes aspectos, e no contexto que temos vindo a referir, tomam particular importância os pontos apontados em 3, 4 e 5, por serem parte integrante do plano expansionista que os E.U.A. têm preparado para aquela região.

Segundo um relatório do Pentágono (7), os E.U.A. consideram já a região do Golfo (e do Índico) como um "teatro de guerra" onde pode ser iminente a eclosão de um conflito armado. A este respeito o general Rogers anunciou num discurso público (8) que os E.U.A. tinham já preparado planos para uma intervenção directa na região que englobavam uma força especial de intervenção, acompanhada de sofisticados dispositivos materiais, de forma a tornar possível a realização de uma acção relâmpago de envergadura nessa região.

Por seu lado, o Secretário de Estado para a Defesa, Harold Brown, enviou aos seus parceiros da NATO um aviso semelhante em que dava a entender que um conflito na zona teria muito provavelmente repercussões no flanco sul da NATO, facilmente alastráveis ao flanco norte, ou seja, a toda a Europa.

Para evitar um tal conflito, o senhor Brown convidava os seus aliados a estu-

darem a possibilidade de reunião de uma força mista de grande envergadura que atemorizasse suficientemente todos aqueles que pensassem resistir-lhe.

#### REPARTIR RESPONSABILIDADES, ESCOLHER OS CÚMPLICES...

Reconhecendo não ser fácil a obtenção de um

acordo deste tipo com a totalidade dos parceiros da NATO, os E.U.A. têm procurado atingir um acordo bilateral (tácito) com alguns países europeus e mesmo fora da Europa.

Uma prova de que a preparação deste plano é já antiga é o relatório apresentado pelo analista principal do Gabinete do Orçamento do Congresso norte-americano, Dov S. Zarheim, que

## Diego Garcia: a chave do plano

A retirada britânica da maior parte das suas bases no Índico, provocou, a partir da década de 60, um vazio que os EUA pretendem ocupar.

A chave estratégica do Índico e, portanto, deste plano, é a base aeronaval de Diego Garcia, que constitui o elo de ligação entre as bases norte-americanas nas Filipinas e na ilha de Masira, na costa do Omã.

Diego Garcia é um atol do arquipélago Chagos, localizado a 7º 30' Latitude Sul e 72º 20' Longitude Este, em forma de V, encerrando uma baía natural de cerca de 30 km de comprimento e 3,5 km de largura.

O acordo estabelecido entre a Grã-Bretanha e os EUA, em 1966, permitiu a este país tomar conta da ilha, tendo sido a expulsão de toda a população a primeira medida tomada pelos norte-americanos. A população foi, assim, obrigada a emigrar na sua totalidade para as ilhas Maurício (1).

A primeira utilização da base foi como estação de comunicações navais, directamente ligada ao sistema Omega (2).

Em 1970 foi recomendado pelos altos comandos norte-americanos a instalação de uma força permanente, tanto quanto possível mista, no Índico, tendo então sido começados os trabalhos para a instalação de uma base naval e de uma base aérea, bem como de uma zona de depósitos de carburantes, munições (algumas nucleares), material, etc.

Em 1973 já estava pronta e em funcionamento uma pista de 4 mil metros e a base naval podia recolher os maiores navios existentes. As actuais instalações revestem-se assim de um quádruplo aspecto; base naval, estação de comunicações, ponto de apoio logístico e base aérea capaz de acolher bombardeiros estratégicos.

Diego Garcia encaixa-se deste modo perfeitamen-

deu origem a um artigo publicado em Fevereiro último (9). Nesse relatório, o autor procura analisar as "possibilidades reais" dos diferentes parceiros poderem vir a aceitar a proposta americana.

Fazendo depender essas possibilidades de dois factores fundamentais — interesse comum e força disponível —, o analista americano considera apenas impor-

tantes as respostas da Grã-Bretanha, da França e da R.F.A., afirmando que as respostas do "resto" (os outros países europeus da NATO) só teriam significado político.

No entanto, a Holanda, por motivos não explicados, acaba por merecer também uma análise específica.

Das considerações que faz acerca do possível en-

volvimento destes países numa acção militar no Índico sobressai basicamente o que se segue:

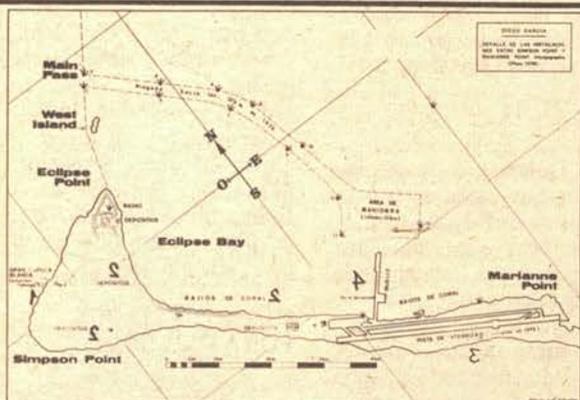
## FRANÇA

À primeira vista, a França poderia parecer ser o candidato mais adequado para uma cooperação formal no Índico. Na realidade este país continua a ter cerca de 14 mil homens em diversos países africanos, incluindo os efectivos da base de Djibouti, na região do Corno de África; mantém a sua base naval em Mayotte, no sul do Índico, donde irradia uma esquadra de pelo menos 14 navios que de tempos a tempos inclui mesmo um porta-aviões (10). E, por outro lado, ainda recentemente cooperou com os E.U.A. na manutenção do regime corrupto de Mobutu do Zaire.

Ainda que os níveis de cooperação, particularmente na zona de influência da NATO tenham sem dúvida alguma aumentado nos últimos anos, a recusa dos E.U.A. à proposta de Giscard d'Estaing para uma política africana conjunta e as resistências internas (tanto da esquerda como dos próprios gaullistas que apoiam o governo) com que uma tal aliança iria deparar não são de molde a dar-se como provável esta hipótese.

## GRÃ-BRETANHA

A cooperação directa com a Grã-Bretanha, aproveitando a maré do governo reaccionário da Sr.<sup>a</sup> Thatcher, não conta com este tipo de problemas. Este tipo de cooperação "encaixaria" até bem no progra-



Esquema das instalações da base de Diego Garcia (1 — Estação Omega; 2 — Depósitos; 3 — Pista de Aviação; 4 — Doca)

te na evolução da doutrina militar dos EUA a partir da década de 70.

Com efeito, a ideia geral da "retirada das penínsulas para as ilhas" (a que o fracasso do Vietname veio dar mais força) foi concretizada pelos estrategas do Pentágono naquilo a que chamaram *Blue Water Strategy* (3). A essência desta doutrina consiste em afirmar que, em termos estratégicos, o poder terrestre, uma vez comprometido, converte-se em algo inflexível e irreversível, enquanto que o poder naval, pelo contrário, efectuar retiradas controladas e correcções sobre a sua utilização durante o próprio desenrolar dos acontecimentos.

A recente decisão de Carter em enviar para Diego Garcia uma força naval de desembarque de 11 mil homens (Força de Intervenção Rápida) é mais um indicador de que a política agressiva do imperialismo prepara, naquela zona, uma nova (e perigosa) fase de violência.

1 — Ver Guia do Terceiro Mundo 1980, pág. 188-189

2 — Este sistema altamente secreto possui ainda mais sete estações espalhadas pelo Mundo e destina-se a dar as coordenadas exactas aos submarinos nucleares norte-americanos (SSBM) para o disparo com precisão dos seus mísseis balísticos nucleares (SLBM).

3 — De Caceres, ob. cit., pág. 25.

ma do governo conservador britânico que se propôs "fazer mais do que aquilo que se tem feito até ao momento com as mesmas forças militares" (11). Além disso, a Grã-Bretanha desloca regularmente uma força naval importante para o Índico (uma vez por ano), força que colabora em manobras conjuntas com os E.U.A. e outros países (12).

É ainda sintomático o facto de jornais conservadores britânicos mencionarem o interesse do Governo inglês em estabelecer uma força naval permanente no Golfo Pérsico, semelhante à força naval norte-americana no Médio Oriente (13). Para tal, seria no entanto necessária a autorização para instalações portuárias na zona que certamente o Bahrein, antigo protectorado britânico, não negaria. Além desta possibilidade, a Grã-Bretanha poderia em alternativa utilizar a força de apoio naval que mantém em Diego Garcia (possessão inglesa cedida praticamente na totalidade aos E.U.A.) ou mesmo conseguir essas faci-

lidades em Singapura, antigo quartel-general da *Royal Navy* no Oceano Índico.

A forma de cooperação mais provável, a verificar-se, seria a contribuição de navios de escolta para as grandes unidades norte-americanas, quer se trate de porta-aviões ou de navios de assalto, ou a criação de forças mistas de navios de menor porte.

A Grã-Bretanha poderia ainda contribuir com unidades dispostas de capacidade aérea de intervenção em ocasiões particulares.

#### HOLANDA

A Holanda é outro dos países que estão a ser sondados pelos E.U.A.

Também este país faz deslocar com regularidade ao Índico (pelo menos de dois em dois anos) algumas das suas unidades navais. Contudo, dispendo de uma frota de guerra com pouco mais de 24 unidades com capacidade oceânica, não pode ser significativa a sua colaboração em termos militares. Em contrapartida, qualquer participação holandesa teria um significa-

do político que os E.U.A. não deixariam de utilizar. Além disso, as boas relações do governo holandês com o regime sionista não forçariam uma mudança substancial da sua política externa, se esta contribuição viesse a concretizar-se.

#### REPÚBLICA FEDERAL ALEMÃ

Quanto a este país, Zarahem afirmou encontrar-se actualmente demasiado ocupado com a segurança da Zona Centro da Europa e, portanto, com poucas probabilidades de aceitar uma intervenção no Índico. A verdade, porém, é que na altura em que escrevemos este artigo, já chegaram ao Índico unidades navais deste país... mistérios da diplomacia americana!

#### OUTROS ALIADOS FORA DA EUROPA

Para além dos países europeus que referimos, foi também analisada a possibilidade de participação da Austrália (que o autor considera uma potência naval do Índico) em operações naquela área.



Helicópteros RH-53D, do tipo dos que participaram na operação falhada contra o Irão. Com depósitos de combustível suplementares pode voar cerca de 1000 milhas transportando 37 soldados completamente equipados para combate.



Submarino nuclear da classe  
Los Angeles

Essa participação, que aliás está prevista nos programas de Defesa do Governo australiano (14), poderia ter lugar a partir das bases continentais australianas (aviões e navios) e pelo deslocamento de unidades da aviação naval para

Diego Garcia, a principal base americana no Índico.

Os aviões F-111 da Força Aérea Australiana, com capacidade estratégica, seriam também uma contribuição que os E.U.A. veriam com agrado.

Por outro lado, Israel e o Egito seriam também chamados a desempenhar um papel importante neste plano. Aliás, a recente utilização de bases no Egito para voos de espionagem (levados a cabo por aviões SR-71), voos dos aviões de alerta, comando e controle (Boeing E-3A AWACS) e para escala dos Hércules C-130 que recentemente participaram na operação falhada contra o Irão, são disso prova evidente.

A Israel caberá, à falta de melhor, o desencadeamento de acções militares de desestabilização secundárias, destinadas a manter ocupados os países árabes vizinhos.

### CONCLUSÃO

Com uma força actual de mais de vinte e cinco unidades navais, englobando três porta-aviões e navios ultramodernos de desembarque, com outras unidades a caminho (entre elas mais um porta-aviões), os E.U.A. pretendem reunir uma força conjunta ainda mais poderosa. Um plano deste tipo jamais se poderá integrar numa estratégia defensiva como os E.U.A. apregoam.

Trata-se de uma clara manobra ofensiva que põe em perigo não só a vida dos povos da região como mesmo do resto do Mundo.

Por isso ela deve ser veementemente denunciada e impedida por todas as formas.

### NOTAS:

- 1 - Gorshkov, S.G. *The Sea Power of the State*, Pergamon Press, 1979, (pág. 15).
- 2 - Referia-se, naturalmente, a Zbiew Brzezinski, conselheiro para os assuntos da Defesa dos E.U.A., cujas posições irresponsáveis são já tristemente célebres.
- 3 - Moisy, C. *O Complexo Militar Industrial Americano* Edições Dom Quixote, Lisboa, 1972.
- 4 - *The Psychology of Administration*, citado no Diário de Lisboa de 15 de Abril de 1980.
- 5 - Idem.
- 6 - Ver a este respeito: Gilbert, S. *The U.S. Concept of National Security in The U.S. War Machine*, Salamander, London, 1978, (págs. 24-30) e De Cáceres, Diego García y la Estrategia del Oceano Índico in *Defensa*, ano II, n.º 13, 1979 (págs. 18-25).
- 7 - Idem 4.
- 8 - Wilson e Hoagland, *Army is Drafting Plans for Quick-Strike* in *Washington Post*, 22/6/79.
- 9 - Zackeim, D., *Towards a Western Approach to the Indian Ocean*, *Survival*, Fevereiro 1980, (págs. 7-14).
- 10 - *Jane's Fighting Ships 1978-79*, *Jane's Publishing Co.*, London, 1978.
- 11 - *Foreign Policy and the New Government*, *Chatham House Briefings Number One*, *The Royal Institute of International Affairs*, London, Maio 1979, (pág. 5).
- 12 - *Statement on the Defense Estimates*, annual 7474, H.M.S.O., (pág. 27). Apresentado ao parlamento pelo secretário da Defesa norte-americano em Fevereiro de 1979.
- 13 - *Foreign Policy and the New Government*, ob. cit., nota 15, (pág. 6).
- 14 - *Department of Defense, Defense Report*, 1978, Canberra.

# EL SALVADOR



## Um Povo em luta contra a opressão

*Em El Salvador há somente duas certezas: um, o apoio que Washinton continuará a prestar à direita, outra a continuação da luta promovida pelas organizações revolucionárias*

**Pablo Piacentini**

A inviabilidade de um esquema pacífico ou democrata-liberal que apoie a dupla dependência da América Latina — a interna da oligarquia e a externa do neocolonialismo à qual está subordinada a oligarquia — tem sido, de um ou outro modo, manifesta em quase todos os seus países.

A expressão evidente desse fracasso (de resto

perfeitamente natural) encontra-se nas numerosas ditaduras que assolam o continente. Incapaz de impor-se através de mecanismos democráticos pela sua intrínseca condição de antipopular e antinacional, o sistema da dependência socorre-se dos sectores reacionários das forças armadas sempre que se vê ameaçado. E a história da Amé-

rica Latina torna-se, desse modo, na crónica de governos formalmente democráticos que são superados pelo descontentamento popular e que caem para dar lugar a ditaduras da extrema direita portuguesa reencontrando armas para dizimar as organizações de massas, e batem em retirada quando a isso as obrigam as suas próprias contradições ou as

necessidades da superpotência norte-americana. Países há, no entanto, onde os clãs militares conseguiram prolongar a sua estadia no poder através de caudilhos que conseguiram controlar a cúpula castrense e dominar, desse modo, o país com mão firme. Exemplos dessa variante verificaram-se em Cuba, na República Dominicana e na Nicarágua, e verificam-se ainda no Paraguai.

#### O EXEMPLO SANDINISTA

O caso de El Salvador — hoje o epicentro da efervescência continental, a que se segue a Guatemala — possui particularidades especiais.

Ali o poder económico encontra-se concentrado num punhado de famílias que, não obstante o seu poder, não conseguiu articular partidos políticos com suficiente representação para tentar o estabelecimento de governos de estilo democrata-liberal. A pressão popular que, em El Salvador, se manifesta, também, com um certo vigor entre o campesinato, fez com que a oligarquia delegasse, pelo contrário, a condução política — que implica uma repressão social sistemática — nas forças armadas. As cúpulas militares suscederam-se no governo durante várias décadas, mas sem conseguirem, no entanto, desarticular um movimento de massas que, nos últimos anos, aumentou sem cessar e foi, recentemente, estimulado pelo triunfo da Revolução Sandinista da Nicarágua.

Foi precisamente o receio de uma repetição da experiência nicaraguense

que induziu os Estados Unidos a delinearem uma alternativa para a ditadura ultra-direitista do General-Presidente Carlos Humberto Romero, derrubado em 15 de Outubro de 1979.

Aquilo que possivelmente mais impressionou o Presidente Carter e os seus colaboradores foi o facto da persistência de uma ditadura da extrema direita, dotada de um poderoso organismo repressivo, não ter conseguido impedir o crescimento do Sandinismo na Nicarágua, e quando a insurreição revolucionária rebentou, Washington encontrou-se perante um quadro claramente favorável ao Sandinismo e, por conseguinte, sem interlocutores para os seus habituais jogos de recâmbio. O centro político havia-se esfumado e os seus raros dirigentes não dispunham de qualquer apoio.

Consequentemente, por analogia, para evitar que El Salvador seguisse o cami-

nho da Nicarágua, havia que criar-se e fomentar-se ali o centro político como barreira anti-revolucionária e conceder-lhe o necessário poder para pôr em prática reformas que absorvessem o mal-estar social. O projecto consiste em modernizar e diversificar uma dependência interna de perfis arcaicos como um modo de manter a externa. Foi por isso que Carter aprovou o plano e prometeu até financiá-lo, de maneira a garantir o controlo sobre a experiência. No plano internacional procurava desligar-se, publicamente, de um governo repressivo que afectava o prestígio norte-americano e retirava, desse modo, credibilidade à incoerente campanha de Carter sobre os direitos humanos.

#### O FRACASSO DA VIA REFORMISTA

Aparentemente, as condições de El Salvador eram



Guerrilheiros em luta nas ruas de São Salvador



Funerais de vítimas da repressão

óptimas. O centro-esquerda estava ocupado por partidos de tendência democrata-cristã e social-democrata, não associado à oligarquia. Havia um sector de oficiais jovens dispostos a empreender uma via reformista.

Todavia, a operação, iniciada pela junta civil-militar que substituiu o regime de Romero e que contava com a participação dessas forças, tinha alguns defeitos: em primeiro lugar, tornava-se evidente o patrocínio que lhe concedia o governo norte-americano, em segundo lugar, o projecto não previa uma mudança completa dos quadros militares. Se, por hipótese, o golpe levado a efeito pela Junta tivesse incluído a liquidação da ultra-direita militar, se se tivesse assistido a uma experiência mais a fundo, mais congruente, da variante reformista.

Em tal hipótese, contudo, a situação poderia fugir ao controlo e transformar-se num governo perigoso para os próprios interesses norte-americanos.

Foi essa a principal limitação do projecto. A Casa Branca quis que houvesse apenas um render da guarda nos mais altos comandos e que as forças armadas

se adaptassem ao seu projecto, e não chamassem a si a realização de um projecto nacional.

Aconteceu, desse modo, a Junta ter nascido com graves contradições no seu seio. Divididas as forças armadas, com unidades e postos-chave nas mãos da ultra-direita, a Junta apresentou um programa reformista, genérico e tido como improvisado, ao mesmo tempo que outros grupos uniformizados e para-policiais intensificavam a repressão. As reformas foram imediatamente denunciadas, não só pela sua insuficiência, mas também porque ocultavam formas de continuidade dos antigos interesses económicos. Desse modo, um sacerdote exemplar, o Arcebispo assassinado de San Salvador, Oscar Arnulfo Romero, afirmou nas suas homilias que não se tratava de verdadeiras reformas e que através, por exemplo, da agrária se procurava um controlo militar maior sobre o campesinato e sobre as organizações deste. Não obstante os bons propósitos de alguns membros civis e militares do novo governo, sucedeu então as insuficiências do programa, as lutas militares e a repres-

são terem sido encaradas pelo povo como um todo que urgia rechaçar, a fim de não cair numa armadilha, sem dúvida mortal, o crédito que as forças democráticas haviam outorgado aos jovens militares ao partilharem com eles o governo, com vista a contrariar a ultra-direita castrense. Aconteceu, contudo, que a junta não cedeu às pressões. Conseguiu, pelo contrário, agir com uma intensidade maior e com inteira impunidade.

Aquilo que nos primeiros dias parecia ser um êxito, a participação das forças democráticas e a sua separação dos sectores revolucionários que passaram à oposição, foi apenas efémera. Primeiramente, afastaram-se do governo os sociais-democratas do Movimento Nacional Revolucionário, e ao passo que o sector mais moderado da Democracia Cristã, que se identifica com o seu dirigente tradicional, José Napoleão Duarte, continuou a dar o seu apoio à Junta, todos os militantes progressistas desse partido romperam com este e regressaram à oposição.

#### A COORDENADORA REVOLUCIONÁRIA NA VANGUARDA

Se o examinarmos através do método analógico tão do agrado do governo dos Estados Unidos, e o actual quadro salvadorenho mostra algumas semelhanças com o da Nicarágua pouco antes da queda de Somoza, verificaremos que aquilo que mais em especial deverá preocupar os estrategos do Departamento de Estado é o facto do centro se ter reduzido e estar ameaçado de extinção se a

presente situação se prolongar e a oposição revolucionária estar a aumentar sem cessar e a mostrar-se unida. Enquanto Duarte e os militares continuam a atribuir as confrontações e o extermínio maciço de camponeses, sindicalistas, políticos e sacerdotes — enfim, uma constante e brutal efusão de sangue — a uma luta que apenas tem como protagonistas a extrema direita e a extrema esquerda, a realidade indica outra coisa: todas as forças democráticas, com excepção da ala direita da Democracia Cristã, se encontram na oposição, reunidas na Frente Democrática Salvadorenha. Esta identifica-se, por sua vez, com o programa da Coordenadora Revolucionária de Massas de El Salvador, que figura na vanguarda da resistência. O espaço político do conjunto opositor é, portanto, enorme, e o espaço de que a Junta ainda dispõe é muito reduzido e com tendência para tor-

nar-se ainda menor. O projecto de recâmbio pode desde já ser tido como enterrado.

Para já, El Salvador não é a Nicarágua. Não deixa de ser verdade, por outro lado, que Washington fará tudo quanto estiver ao seu alcance para que o triunfo revolucionário não se repita, para apresentar a Junta como uma presença democrática.

Embora reduzida, Carter conseguiu encontrar uma justificação para dar uma ajuda militar directa às forças armadas de El Salvador. A relativa composição civil-militar do governo serviu na altura como pretexto para a ingerência militar norte-americana que foi reforçar o aparelho repressivo. É evidente que, perante um agravamento da situação, ou perante a agudização das lutas militares, será levado a efeito um golpe castrense da extrema direita que levará a repressão ao

seu nível máximo. Mas isso tornará, no entanto, ainda maior o espaço da oposição. Que virá a acontecer, contudo, se a luta se converter numa confrontação aberta entre os militares? Há que contar, em todas estas variantes, com a possibilidade de uma insurreição geral dirigida pelos sectores revolucionários, segundo os quais a mesma está já madura.

Em consequência de tudo isso, tem tomado certa consistência a denúncia de que o governo de Carter decidiu invadir El Salvador no caso da emergência revolucionária vir a pôr o sistema em perigo.

O tempo dirá qual será a saída da encruzilhada salvadorenha. Por agora, bastará fazer notar que o aumento das forças revolucionárias destruiu já os planos destinados a conduzir o país dentro do sistema da dupla dependência. A luta continua em El Salvador e em todas as nações oprimidas do continente.



Josep Broz Tito

## Só a morte o vergou



“No que se refere a mim, pessoalmente, cheguei a essa ideia (do não-alinhamento) depois da reunião de Bandung, depois das decisões de Pantchashila. Meditei muito sobre isso. Era para mim insuficiente, mais como algo declarativo. Disse que tínhamos de ir mais longe. Olhava não só para os países asiáticos e africanos, mas para mais além. Porque há dois blocos: o ocidental, que se formou muito antes, e o oriental. O oriental teve de surgir, em minha opinião, como um contrapeso.(...) Pensava eu: De qualquer modo, esses (países) que estão fora dos blocos teriam de juntar-se de uma maneira ou de outra, sem darem forma de organização, como um terceiro bloco (...)

Numa palavra, pensava que tínhamos de reunir de qualquer maneira o Terceiro Mundo”.

Quem assim falava, naquele dia de Maio de 1972, perante as câmaras da TV Jugoslava, era um homem já muito avançado na idade, ia completar o seu octogésimo aniversário, e as suas palavras reflectiam em toda a sua grandeza, a epopeia e a miséria deste nosso século vinte. Seu nome: Josep Broz (TITO), marechal e

Presidente da República Socialista Federativa da Jugoslávia. Poucos homens como ele terão vivido e marcado tão firmemente a vida da Jugoslávia e da Humanidade neste século XX, que ele cruzou como um cometa.

A sua biografia, a sua vida e personalidade, confunde-se com a própria história do Movimento Operário e de toda a Humanidade.

### A EXPERIÊNCIA SOVIÉTICA

Os habitantes da pequena localidade de Kumrovec que o viu nascer — a 25 de Maio de 1892 — estavam longe de imaginar que aquele sétimo filho daquela pobre família de camponeses pobres iria influenciar tão marcadamente a vida do seu país. Com 15 anos de idade Josep Broz aprende o ofício de serralheiro em Sisak e, em 1910, parte para Zagreb onde adere ao movimento operário socialista.

Quando cumpre o serviço militar, estala a I Grande Guerra. Nas fileiras desenvolve activa campanha contra o militarismo e contra a guerra, o que o leva a conhecer a prisão do Forte de Petrovaradin. Envia-

do para a frente dos Cárpatos, aí é gravemente ferido e feito prisioneiro em 1915; o tempo de cativeiro é aproveitado pelo jovem Josep, então com 23 anos de idade, na aprendizagem do russo e da sua literatura, bem como da tomada de contacto com as ideias que agitam o movimento operário russo. Após a revolução de Fevereiro de 1917, foge para S. Petesburgo, onde participa já ao lado dos bolcheviques nas manifestações de Julho: é preso então pela polícia de Kerenski e deportado para a Sibéria. Durante o caminho, no entanto, consegue fugir para Omsk onde se junta à Guarda Vermelha Internacional e ao Partido Bolchevique.

Após o triunfo da revolução de Outubro, Josep Broz regressa à Jugoslávia onde adere ao Partido Comunista. A experiência da Rússia dos soviets tinha sido para ele uma grande aprendizagem, chegava a Zagreb mais determinado do que nunca a lutar também no seu país para o triunfo da Revolução.

A realidade, porém, desiludiu-o bastante, o Partido Comunista, que deveria encabeçar a resistência aos ataques da burguesia nacional contra as conquistas económicas e políticas obtidas pelo movimento de massas nos primeiros anos da guerra, é atravessado por uma profunda desorientação e uma violenta luta de facções no seu seio.

### A REORGANIZAÇÃO DO PCJ

De 1920 a 1936, Josep Broz conhece o trabalho da clandestinidade, por várias vezes o desemprego, muitas vezes a pri-

são. A acusação é sempre a mesma: "desenvolvimento de actividades comunistas." Apesar das torturas e maus tratos, a prisão, tanto para Josep Broz como para muitos comunistas que aí se encontram, tornam-se as grandes "universidades", onde os militantes estudam e reflectem sobre os desafios que se põem ao movimento operário do seu país e ao movimento operário internacional.

É por essa altura que toma o nome de Tito. Em 1936 participa em Moscovo no VII Congresso do Komintern e no final desse ano regressa à Jugoslávia com as funções de secretário para a Organização do Comité Central do PCJ. Ao que se pensa, essa atribuição de funções não teria sido pacífica quanto à nomeação de Tito, mas teria prevalecido a opinião de Dimitrov, então responsável máximo da Organização do Komintern. No final de 1937, Tito assumiu a chefia do Partido Comunista Jugoslavo e pôs em prática os dois princípios que teriam sido alvo da polémica no Komintern a quando da sua nomeação como responsável da organização do PCJ: o Comité Central passou então do exterior para o interior da Jugoslávia e o Partido passou a viver exclusivamente da contribuição interna dos seus membros.

### A LUTA CONTRA O OCUPANTE NAZI

Quando a ameaça concreta da agressão fascista era já indesmentível, Tito resolve formar um Comité Militar no Comité Central do Partido, para além de se ter intensificado um trabalho político junto dos soldados e dos oficiais patriotas.



Estaline, Roosevelt e Churchill na Conferência de Ialta em 11 de Fevereiro de 1945



Os fundadores do Não-Alinhamento em Brioni, 1956. Da esquerda para a direita: Nehru, Tito e Nasser

Quando a Alemanha de Hitler e a Itália atacaram a Jugoslávia, em 6 de Abril de 1941, o regime jugoslavo e o seu desmoralizado exército depressa capitularam. A burguesia nacionalista encontrava-se também ela como o próprio país: enquanto este foi retalhado entre os invasores, aquela encontrava-se retalhada pelas nacionalidades de onde era oriunda, croata, sérvia ou montenegrina. Apenas uma força se encontrava organizada a nível de todo o território nacional jugoslavo: o Partido Comunista. O esforço reorganizador de Tito nos anos anteriores tinha-se mostrado decisivo.

A resistência jugoslava, encabeçada por Tito e pelo Partido Comunista Jugoslavo ficou na história deste século como uma das páginas mais gloriosas da luta contra o totalitarismo nazista.

Após a libertação, Tito surgiu como o líder incontestado e nacional, tornando-se presidente da Frente Nacional, presidente do novo governo, comandante do exército e mais tarde Presidente da República Federativa. A reconstrução nacional arrancava, um novo Estado e um novo sistema social eram estabelecidos.

#### A RUPTURA COM ESTALINE

A ruptura com Estaline e com o Kominform (secretariado da Informação) em 1948 iria influenciar decisivamente toda a posterior política externa jugoslava.

Com efeito, as divergências entre a maioria dos dirigentes do Partido Comunista Jugoslavo e a política então seguida pela URSS, liderada por Estaline e pelo seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Molotov, já se haviam manifestado durante a luta de libertação contra a ocupação nazista. A política de "Frente Nacional" defendida por Estaline para a Jugoslávia, que se consubstanciaria na aliança entre os *partizans* de Tito e os *tchetniks* apoiados pelos ingleses caía sangrentamente por terra no interior do solo jugoslavo. Tito acusava os *tchetniks* de colaboracionismo com o ocupante nazi. A tese de Estaline enquadrava-se já no acordo à escala internacional que viria a ser consagrado na Conferência de Ialta entre Roosevelt, Churchill e o próprio Estaline, ocorrida entre 4 e 11 de Fevereiro de 1945. O conflito de Trieste e o apoio dado pelo PCJ à insurreição dos comunistas gregos afastariam ainda mais as posições de Estaline das preconizadas por Tito à frente do Estado jugoslavo.

A ruptura com a URSS e com as outras "democracias populares" do centro da Europa que se haviam formado no pós-guerra levam a Jugoslávia a um difícil isolamento. A ruptura, como afirmavam os dirigentes jugoslavos, explicava-se pela rejeição dos comunistas jugoslavos "do conceito de que o socialismo só pode construir-se com base num modelo e li-

na geral únicos, determinados a partir de um centro”.

### O NÃO-ALINHAMENTO

A superação desse isolamento, em pleno período da Guerra Fria, passaria pela aliança, no campo político, com as novas nações emergentes dos velhos impérios coloniais. Isso explicará a forma decidida como Tito, juntamente com Nehru da Índia e Nasser do Egipto vêm a lançar as bases do não alinhamento. Seria precisamente na capital jugoslava, Belgrado, que se reuniria, sob a presidência de Tito, a Primeira Cimeira dos Não-alinhados. Presentes 28 Estados, sendo 25 participantes e 3 com o estatuto de observador e ainda representantes de 33 movimentos de libertação, partidos ou entidades afins.

Apartir de Belgrado o movimento não-alinhado não mais deixaria de crescer: em Havana, onde decorreu no ano passado a VI Conferência e onde viria a ser aprovada por unanimidade uma resolução sobre o reconhecimento de Josep Broz Tito como “um dos fundadores do movimento e seu primeiro Presidente”, estavam representados 138 países, dos quais 96 delegações com direito a voto, sendo as restantes constituídas por observadores ou convidados. Presentes apenas cerca de uma dezena de movimentos de libertação: a Ásia e a África, entretanto, de Bel-



Tito com a sua companheira Jovanka Broz

grado a Havana, havia em grande parte se libertado do jugo colonial.

Com a morte, Josep Broz Tito enfrentaria uma última e derradeira batalha. Só ela o faria vergar, no dia 4 de Maio, pelas 15 horas, na cama de uma clínica de Liubliana. Porém o seu espírito e a sua obra continuam vivos neste crepúsculo do século XX, que ele viveu como poucos homens.

Quer saber algo mais sobre as regiões autónomas da MADEIRA e AÇORES ?

então leia o



f.i.

farol das ilhas - r. mãe d'água, 13-2.º-f - 1200 lisboa - telefone 36 66 13

dep. pub. f.i.

## Coquetices britânicas com Pinochet



A segunda acção de envergadura levada a cabo pelas tropas de Hassan II contra as posições dos guerrilheiros saraui no sul de Marrocos, parecem, segundo as informações que nos chegam, saldar-se por mais uma pesada derrota. Após uma primeira ofensiva das tropas marroquinas na região de Ouarkiz, sul de Marrocos, na área vulgarmente conhecida como Oued Draa, repelida pelas forças da Polisario durante uma importante batalha de blindados — o que levou certos observadores a classificar a actual fase da guerra que se trava no Sara como uma "guerra clássica" —, as forças de Hassan iniciaram uma segunda ofensiva naquela região, na tentativa desesperada de aliviar o anel de força com que os guerrilheiros saraui submetem a importante posição estratégica marroquina de Zag. Note-se que esta guarnição marroquina, avaliada em vários milhares de homens, é desde a meses abastecida somente através de meios aéreos. Segundo um despacho do Ministério da Defesa saraui, os guerrilheiros da Polisario teriam infligido, mais uma vez, pesadas baixas às tropas marroquinas, chefiadas

No momento exacto em que se encontra em pleno vigor a linha dura do governo conservador britânico contra "o comunismo mundial", o Banco Lazard Brothers firmou, na primeira semana de Janeiro, um convénio para a abertura de uma linha de crédito de cinco milhões de dólares com o Banco do Chile.

O referido crédito segue-se a um empréstimo semelhante que foi feito, em Dezembro último, pelo Rothschild Bank, sendo ambas as operações oficialmente endossadas pelo Departamento de Garantias aos Créditos para a Exportação

## A República saraui às portas da OUA

das nesta ofensiva na própria pessoa do general Dlimi, antigo oficial de informações do Rei, que verá assim esboroar-se nos areais do deserto a sua teoria de "limpeza do território".

Entretanto, a nível diplomático, a República Árabe Saraui Democrática soma vitórias. Mais três países reconheceram a sua existência: a Síria, a Líbia e a Swazilândia, sendo estes dois últimos membros de pleno direito da OUA. Recorde-se que esta organização africana reunirá proximamente a sua Cimeira, em Lagos, na Nigéria, e nela será debatido o problema da descolonização do Sara Ocidental. Até ao momento, 23 países africanos reconhecem a RASD, bastando apenas mais dois para que a República Saraui seja aceite como membro de pleno direito da organização (com a entrada do Zimbabwe, a OUA é presentemente constituída por 50 países).

Refira-se, ainda, que durante este mês de Maio, a Polisario restabeleceu diálogo (durante cerca de um ano publicamente interrompido) com as autoridades espanholas. Efectivamente, segundo notícias provenientes de Madrid, o ministro da Informação saraui, Uld Salek, reuniu-se com Marcelino Oreja, ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha, e com ele teria debatido a actual situação no Sara Ocidental, território que esteve sob administração colonial espanhola até 1975. Tal encontro, levaria as autoridades marroquinas, em desespero de causa, a formular, uma vez mais, veementes protestos.

De acordo com o "Financial Times", o empréstimo é feito em resposta a um pedido do governo chileno para financiar a importação de bens britânicos. Tudo leva a pensar que as presentes medidas significam um passo mais no cancelamento das restrições comerciais impostas pelo governo britânico depois da derrocada do governo de Allende. Foi anunciada, ao mesmo tempo, a visita de sete missões comerciais ao Chile no decurso do presente ano, com o objectivo de restabelecer a presença britânica no mercado local, o que provocou francos protestos dos gru-

pos britânicos que se opõem ao governo militar do Chile.

As coquetices são, no entanto, mútuas. O Ministro das Relações Exteriores do Chile, Sérgio de Castro, declarou recentemente ao "Sunday Times", de Londres, que "Margareth Thatcher está a deslocar-se exactamente na mesma direcção que nós". É bem possível que o compromisso ideológico de ambos os países com as políticas "monetaristas" inspiradas no professor Friedman, da Escola de Chicago, dê um certo fundamento às palavras do Ministro.

## A economia chinesa através dos números

Pela primeira vez em vinte anos, foram publicados na República Popular da China dados oficiais sobre a situação económica e social do país. Os dados referem-se ao período de 1977-78 e são mencionados tanto no boletim dos Serviços de Estatística da China Popular como nos relatórios do presidente do Conselho de Estado, Hua-Guofeng, do presidente do Comité do Plano, Yu Giuli, e do ministro das Finanças, Zhang Jinfu, apresentados na II Sessão da Assembleia Nacional Popular.

Segundo indicam esses dados, a população da China Popular teria ultrapassado os 975 milhões de habitantes. No que respeita a agricultura, sector considerado "a base de tudo", a colheita de cereais ter-se-ia elevado, segundo as referidas estatísticas, a 305 milhões de toneladas, o que representa um aumento de apenas 7,2 vezes em relação a 1958. Segundo o *Diário do Povo*, a produção de trigo per capita em 1977 foi a mesma de 1955.

Apesar de considerado sector prioritário, as despesas feitas com a economia rural foram, segundo o mesmo diário chinês, de menos de 10 por cento das despesas do Estado, enquanto que, para o desenvolvimento da indústria ligeira, foram destinados, em 1978, 5,4 por cento do conjunto dos investimentos (de 1952 a 1958, a média teria rondado os 7,3 por cento).

Actualmente, boa parte do orçamento da República Popular da China é destinada a fins militaristas. Este esforço na corrida ao armamento parece ter-se intensificado após a recente agressão contra o Vietname, nomeadamente através da compra de sofisticados aviões à indústria de guerra britânica.

Em relação ao ano anterior, as despesas militares directas aumentaram, em 1979, cerca de 20 por cento. Segundo informações veiculadas pelas grandes agências internacionais, a China Popular estaria a apelar ao investimento maciço de capitais estrangeiros para o arranque do seu desenvolvimento industrial.



# CULTURA

## Corsino Fortes, um poeta de Cabo Verde



*Não há fonte que não beba  
da fonte deste homem*

I

*Nas rugas deste homem  
Circulam  
estradas de todos os pés que emigram  
Quebram-se  
vivas! as ondas de todas pátrias  
Anulam-se  
de perfil! as chinas de todas muralhas*

*Na mão bíblica  
No humor bíblico deste homem  
Crepitam de joelhos  
Desertos & catedrais  
Onde  
deus & demónio*

*jogam  
noite e dia  
a sua última cartada  
E do pó da ilha à mó de pedra  
Não há relâmpago  
Que não morda a nudez deste homem  
Nudez de liberta!  
Que a dor germina  
E o espaço exulta  
E pela ogiva  
ogiva do olho  
Não há poente  
Que não seja  
Uma oração de sapiência  
Sobre a face deste homem  
o povo ergueu a praça pública  
E os tambores transportam  
o rosto deste homem  
Até à boca das ribeiras  
E ao redor  
os vulcões respeitam  
o silêncio deste homem*

II

Não há chuva  
Que não lamba o osso de tal homem  
À porta da ilha  
Diz o sal de toda saliva  
O sol ondula oceanos no sangue deste homem

Oh cereal altivo! vertical & probo  
Ainda ontem  
antes do meio-dia  
O vento punha velas na viola deste homem  
Hoje!

A viola  
De tal dor é sumarenta  
E projecta  
sobre as almas

à seiva  
De uma árvore imensa

Oh oceanos! que ladram à boca das tabernas  
Se o sangue deste homem  
é tambor no coração da ilha  
O coração deste homem  
é corda no violão do mundo  
E os joelhos  
rodas que vão rodas que sobem  
com ilhas no interior





III

Sombras sobre a colina Rosto sobre o povoado  
Quando  
pastor & gado jogam à cabra-cega  
E chifres de sol  
projectam  
cidadelas no ocidente  
O poente galopa a maré-alta  
E ergue  
"A taça da noite  
Sobre as tēporas deste homem"

Oh noite verde! Oh noite violada  
Que a noite não apague  
A memória das cicatrizes  
E cicatrizes de ontem  
Sejam  
Sementes de hoje  
Para sementeira E floresta de amanhã

Como Noé  
As espécies conhecem  
a sílaba E a substância deste homem  
Não há milho  
Que não ame o umbigo deste homem  
Não há raiz  
Que não rasgue a carne deste homem  
E na fome pública deste homem  
Cresce  
a ave no voo E a gema na casca  
Cresce  
o cabo d' enxada E a cīntura da terra  
Cresce  
a porta de sol E o alfabeto da pedra verde  
Não há fonte  
Que não beba da frente de tal homem  
Que  
A erecção deste homem é redonda  
E tem o peso da terra grávida

Corsino Fortes

Nasceu em Mindelo, ilha de São Vicente, Cabo Verde, em 4 de Fevereiro de 1933. Seria já na sua juventude adiantada que pôde concluir o curso liceal, após o qual foi professor eventual do liceu da cidade da Praia (1960-1961). Entretanto obteve uma bolsa de estudo e veio para Lisboa, matriculando-se na Faculdade de Direito, na qual se licenciou, ingressando na carreira da magistratura. Exerce actualmente as funções de embaixador da República de Cabo Verde em Lisboa. Estreou-se como poeta no *Boletim do Liceu Gil Eanes* (um número apenas), Colaborou na *Claridade* e *Cabo Verde*. Figura em *Modernos poetas caboverdianos*, 1961; *No reino de Caliban*, 1965. Publicou: *Pão & Fonema*, Lisboa, 1974.



O poema, foto e nota biográfica foram-nos cedidos pela revista África



# uma força moçambicana ao serviço dos motores da produção



EMPRESA NACIONAL PETRÓLEOS DE MOÇAMBIQUE-E.E.

Caixas Postais 417 e 1866  
Telex 6-382 PETRO MO  
Telef. 2 71 91 Maputo  
República Popular de Moçambique

